

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

MÁRCIA BARROSO FONTES

**SITUAÇÃO ECONÔMICA DE ARRANJOS DOMICILIARES MONOPARENTAIS E
BIPARENTAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA**

BELO HORIZONTE
2014

Ficha Catalográfica

F683s
2014

Fontes, Márcia Barroso.
Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil [manuscrito] : uma análise orçamentária / Márcia Barroso Fontes. – 2014.
127 f. : il., gráfs e tabs.

Orientadora: Simone Wajnman.
Coorientador: Gilvan Ramalho Guedes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 117-127).

1. Pesquisa nacional por amostra de domicílios – Teses.
2. Orçamento familiar – Brasil – Teses. 3. Levantamentos domiciliares – Brasil – Teses. I. Wajnman, Simone. II. Guedes, Gilvan Ramalho. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 306.80981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM007/2015

Márcia Barroso Fontes

**Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no
Brasil: uma análise orçamentária**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Wajnman
Co-orientador: Prof. Dr. Gilvan Ramalho Guedes

Belo Horizonte
UFMG/CEDEPLAR
2014

Folha de aprovação

Às queridas pessoas do meu arranjo domiciliar: Mauricio, Marcela e Mauricinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora professora Simone Wajnman pela acolhida durante todo o meu doutorado. Pelos seus ensinamentos, suas orientações valiosas e, sobretudo, por acreditar em mim. Dentre as grandes orientações dela, não posso deixar de destacar o nome do Prof. Gilvan para compor a coorientação desta tese. Ela e ele formaram uma dobradinha perfeita. Vou levar para sempre a marca deles, pois me moldaram para ser um profissional muito melhor daqui pra frente.

Aos professores, funcionários e amigos do CEDEPLAR. Aos membros da banca de qualificação e da defesa de tese, pelos ensinamentos, sugestões e empenho em maximizar meu aprendizado e melhorar meu trabalho.

À minha coorte de 2010 e aos colegas das outras coortes, pelo convívio agradável em meio às angústias da vida acadêmica.

Aos colegas do DED que sempre torceram por mim e, especificamente, às colegas da área que tudo fizeram para que eu concluísse meu trabalho: Rita, Teresa, Cristiane e Janaína. À Rita, chefe do DED, por toda a força dispensada principalmente no final do curso. À Neuza, pelas sugestões no texto sempre que necessitei.

Ao meu arranjo domiciliar Mauricio, Marcela e Mauricinho, por terem compartilhado comigo as alegrias e as dificuldades envolvidas no processo de doutoramento. Essa vitória também é deles e para eles.

A toda a minha família, principalmente meus pais e irmãos. À Kaka, que me substituiu na função de mãe nos anos que fiquei ausente de casa.

Sempre achei que amigos verdadeiros são aqueles enviados por Deus, que se revestem de anjos e, por isso, são capazes de entender na íntegra um ser humano: agradeço à Karla minha eterna amiga, pelo apoio e carinho que sempre nos uniu.

Finalmente, agradeço a minha força espiritual, sempre presente me acalmando, me dando paz, harmonia e perseverança: minha Mãe do Lírio Dourado e meu Deus Pai.

*... vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera
acontecer. (Geraldo Vandré)*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar a situação econômica dos domicílios monoparentais comparativamente aos domicílios biparentais, considerando-se a possibilidade de ambos se arranjam com e sem extensão familiar. De posse das informações de consumo, aborda-se, ainda, o investimento feito pelos pais aos filhos, nos componentes capazes de potencializar o capital humano dos mesmos. Através da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), delimita-se os tipos de arranjos domiciliares e verifica-se como as subclassificações desses arranjos associam-se à perspectiva orçamentária, utilizando-se os métodos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e *Seemingly Unrelated Regressions* (SUR). Assim, identificando-se o perfil dos diferentes arranjos mensurados pela renda, posse de bens e dispêndio, além da pauta de gastos nos componentes indicadores de investimento nos filhos, estimula-se a discussão da necessidade do planejamento de políticas públicas que tem como eixo as famílias, assegurando-lhes a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Arranjo domiciliar. Monoparentais. Orçamento.

ABSTRACT

This study aims to explore the economic situation of single-parent households compared to two-parent households, considering the possibility of both are acquainted with and without extended family. Possession of consumer information, it approaches also the investment made by parents to their children, the components able to enhance the human capital of the same. Through the National Household Sample Survey (PNAD) and the Household Budget Survey (HBS), is delimited types of living arrangements and it appears as the subtypes of these arrangements are associated with budgetary perspective, using the methods Ordinary Least Squares (OLS) and Seemingly Unrelated Regressions (SUR). Thus, identifying the profile of the different arrangements measured by income, ownership of assets and expenditure, beyond the agenda of spending on components investment indicators in children, encourages the discussion of the need for public policy planning its pivot the families, assuring them the greater well-being and quality of life of individuals.

Keywords: Home arrangement. Single parent. Budget.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação da relação entre grupos familiares e domiciliares.	20
Gráfico 1 – Evolução do percentual de domicílios monoparentais, biparentais e outros, no total de domicílios brasileiros - Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011.....	82
Gráfico 2 – Classificação de diferentes arranjos domiciliares em relação ao rendimento médio <i>per capita</i> domiciliar (\$R) - Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011	95
Gráfico 3 – Classificação de diferentes arranjos domiciliares em relação ao índice de posse - Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011	96
Gráfico 4 – Classificação de diferentes arranjos domiciliares em relação ao gasto médio <i>per capita</i> domiciliar (R\$) - Brasil, 2008-2009.....	102
Gráfico 5 – Participação do aluguel e condomínio (%) no total das despesas em habitação, de acordo com os diferentes arranjos domiciliares - Brasil, 2008-2009.	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis de rendimento e sua descrição	62
Quadro 2 – Descrição dos registros e relação dos escolhidos para o estudo	65
Quadro 3 – Condição na unidade domiciliar em relação à pessoa de referência.....	66
Quadro 4 – Arranjos domiciliares e sua composição	67
Quadro 5 – Variáveis de despesas geradas a partir da POF 2008-2009	71
Quadro 6 – Sequência de modelos estimados para análise da renda e do dispêndio por arranjo domiciliar	74
Quadro 7 – Modelo estimado para análise da posse de bens por arranjo domiciliar	76
Quadro 8 – Modelo estimado para análise do gasto por tipo de despesa.....	79
Quadro 9 – Grupos de despesas segundo a composição dos gastos relacionados ao investimento nos filhos	81
Quadro 10 – Modelo estimado para análise do gasto <i>perfilho</i> em itens potencializadores de investimento em capital humano	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população brasileira segundo características domiciliares e familiares - Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011	31
Tabela 2 – Distribuição relativa dos domicílios segundo o tipo de domicílio - Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011	32
Tabela 3 – Distribuição relativa da população segundo o tipo de domicílio - Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011	32
Tabela 4 – Amostra de domicílios e pessoas pesquisadas pelas PNADs – Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011	59
Tabela 5 – Distribuição amostral dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e biparentais - Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011	60
Tabela 6 – Distribuição dos arranjos monoparentais e biparentais em relação ao sexo do chefe - Brasil, 2008-2009.....	68
Tabela 7 – Distribuição amostral dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e biparentais – Brasil, 2008-2009.....	69
Tabela 8 – Pontuação <i>alpha</i> para a escala gerada de acordo com os itens presentes nos domicílios.....	75
Tabela 9 – Distribuição do total de domicílios brasileiros segundo a composição (100%/ano) - Brasil (1996, 2001, 2006 e 2011).....	84
Tabela 10 – Valores médios e proporcionais de algumas características relacionadas aos domicílios e às chefias monoparentais femininas e biparentais – Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011	88
Tabela 11 – Coeficientes estimados a partir do modelo de regressão múltipla para análise do efeito das variáveis apresentadas sobre a renda domiciliar <i>per capita</i> entre os diferentes arranjos domiciliares. Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011	94
Tabela 12 – Coeficientes estimados a partir do modelo de regressão múltipla para análise do efeito das variáveis apresentadas sobre o gasto total domiciliar <i>per capita</i> entre os diferentes arranjos domiciliares. Brasil, 2008-2009.....	100
Tabela 13 – Distribuição dos domicílios monoparentais femininos e biparentais quanto à despesa mensal domiciliar segundo tipo de despesa - Brasil, 2008-2009	104
Tabela 14 – Distribuição dos domicílios monoparentais femininos e biparentais quanto à despesa mensal domiciliar direcionado aos filhos segundo tipo de gastos potencializadores de capital humano - Brasil, 2008-2009.....	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1 AS FAMÍLIAS E OS DOMICÍLIOS NA CONTEMPORANEIDADE	19
2.1.1 O estudo das famílias e dos domicílios.....	19
2.1.2 Conceitos de família e de domicílio	22
2.1.3 Mudanças nas configurações familiares	25
2.1.4 As famílias monoparentais.....	33
2.1.5 As famílias biparentais.....	43
2.1.6 A pobreza com base na renda das famílias	45
2.2 AS ESTRUTURAS DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS.....	50
2.2.1 Processo decisório de consumo	50
3 BASE DE DADOS E MÉTODO	58
3.1 PNAD	58
3.1.1 Variáveis utilizadas para a caracterização sociodemográfica.....	61
3.1.2 Variáveis utilizadas para a composição dos rendimentos.....	62
3.2 POF.....	63
3.2.1 Estrutura da POF	64
3.2.2 A construção dos arranjos domiciliares	66
3.2.3 A construção das variáveis de consumo.....	70
3.3 MÉTODO	72
3.3.1 Para determinar a estrutura orçamentária	72
3.3.1.1 Renda, posse de bens e dispêndio agregado dos arranjos domiciliares	72
3.3.1.2 Dispêndio por itens de consumo dos arranjos domiciliares	77
3.3.2 Para determinar o gasto direcionado ao investimento nos filhos.....	79
4 RESULTADOS	82
4.1 EVOLUÇÃO DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS E BIPARENTAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	82
4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS E BIPARENTAIS	87
4.3 PERFIL DOS RENDIMENTOS DOS ARRANJOS DOMICILIARES.....	93
4.4 GASTO AGREGADO DOS ARRANJOS DOMICILIARES	99
4.5 DISPÊNDIOS POR ITENS DE CONSUMO DOS ARRANJOS DOMICILIARES	103

4.6 DISPÊNDIOS EM ITENS POTENCIALIZADORES DE CAPITAL HUMANO .	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

A transição demográfica modificou o padrão tradicional de organização das famílias, gerando impactos em seu tamanho, estrutura e composição. Assim, houve no Brasil incremento de determinados arranjos domiciliares, com destaque para os monoparentais chefiados¹ por mulheres. A ênfase deste trabalho não se concentra naquelas mulheres que enfrentam uma gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar e, ou abandono e muitas vezes permanecem na casa dos pais criando seus filhos com o amparo dos mesmos; mas daquela estrutura familiar compreendida por mulheres separadas ou divorciadas que possuem filho(s), viúvas que criam seu(s) filhos(s) ou mulheres que não se casaram, mas tornaram-se mães a partir de concepção natural ou adoção e criam seu(s) filho(s) em domicílios próprios sem a presença do cônjuge. Ao comparar esses domicílios com os biparentais, a literatura enfatiza a sua fragilidade econômica, caracterizando-a principalmente pela razão de dependência elevada e dificuldade da chefia em conciliar atividades produtivas e reprodutivas (CARVALHO, 1998; CARLOTO, 2005; WALDFOGEL et al., 2010).

Isso incita a ideia de que crianças oriundas de domicílios monoparentais são mais vulneráveis à pobreza e reflete uma visão conservadora sobre a importância do modelo conjugal como princípio de organização doméstica (LICHTER; CROWLEY, 2004). Ademais, essa associação entre monoparentalidade e vulnerabilidade pressupõe a transmissão intergeracional da pobreza, em que privações na infância em educação, saúde e alimentação, entre outras, conduziriam as crianças a deficiências e insucessos, dificultando-as a ascenderem socialmente na vida adulta (MOMSEN, 1991; LEWIS, 1993; MEHRA et al., 2000).

Entretanto, muitos estudiosos ao buscar entender as mudanças nas estruturas familiares reconhecem que os arranjos monoparentais nem sempre expressam fragilidade face aos demais, não podendo, assim, relacioná-los com a pobreza de forma direta e unívoca (BILAC, 2002; CHANT, 2003; SABOIA; SOARES, 2004;

¹ A denominação “chefe de domicílio”, anteriormente utilizada nas análises das informações domiciliares e familiares, foi substituída pelo IBGE pelo conceito de pessoa responsável pelo domicílio, ou seja, aquela considerada pelos moradores como referência do domicílio (ou da família). Essa denominação traz subjacente a perspectiva de responsabilidade do indivíduo dos pontos de vista econômico e institucional e diminui o peso cultural da condição de “chefia”.

COSTA et al., 2005). Para esses, diante do espaço conquistado pelas mulheres no mercado de trabalho² e no nível educacional, da diminuição da taxa de fecundidade e do amparo das famílias e das redes de apoio, as chefias monoparentais vêm desmistificando sua adjetivação de vulneráveis e beneficiando-se de uma situação socioeconômica mais confortável.

Dentro desse debate, problematiza-se que a fragilidade ainda admitida para os arranjos monoparentais expressa-se em análises que privilegiam a composição da renda domiciliar como unidade básica de investigação. Essa mensuração monetária da fragilidade, no entanto, não reflete diretamente a dimensão do consumo, nem tampouco revela mecanismos diversos de recomposição de bem-estar, como a reconfiguração familiar.

É por isso que vários autores defendem o uso das variáveis de consumo em detrimento da renda para investigar o bem-estar das famílias e as mudanças nos padrões de vida ao longo do tempo (DEATON; ZAIDE, 2002; NETO; MENEZES, 2010; DOSS, 2013). Para Deaton (2002), o consumo possui a característica de ser menos volátil do que a renda, já que o rendimento pode sofrer alterações ao longo de um período, enquanto despesas como alimentação, transporte e habitação, são relativamente fixas. Os inquiridos estão mais dispostos a revelar seus hábitos de consumo do que seus rendimentos, reduzindo potencial viés de atenuação causado por erros de medidas nas variáveis de interesse. Há dificuldade em se estimar a renda das pessoas que trabalham no setor informal, sazonal e dos ocupados por conta própria. Por fim, informações de dispêndio não monetário representam importante medida de bem-estar, visto que o fato de uma família não possuir renda monetária suficiente, pode não implicar na restrição de determinado bem ou serviço.

Adicionalmente, é preciso reconhecer que a inobservância das estratégias utilizadas pelas chefias monoparentais para a recomposição de bem-estar também contribui para mascarar as condições econômicas dessas famílias. Para Favaro (2009), diante das dificuldades cotidianas, as chefias monoparentais buscam alternativas voltadas para o reforço da base de recursos e do cuidado de seus membros. Dentre

² Para Lavinias e Nicoll (2006), em pouco mais de 30 anos, as mulheres brasileiras dobraram sua participação no mercado de trabalho, reduziram significativamente hiatos de renda e reverteram definitivamente hiatos educacionais, sem falar nas profundas mudanças demográficas, como a queda da fecundidade que impulsionaram tais mudanças.

as alternativas, destaca-se a modificação da estrutura familiar em arranjos estendidos, como forma de partilha dos recursos financeiros e troca de cuidados. (CHANT, 2007; FAVARO, 2009).

Logo, é importante entender a situação econômica dos arranjos domiciliares, considerando a interface das dimensões da renda, do consumo e dos mecanismos de resistência à situação de vulnerabilidade que as famílias acionam na esfera privada.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é explorar a situação econômica dos domicílios monoparentais comparativamente aos domicílios biparentais através de indicadores orçamentários, considerando-se a possibilidade de ambos se arranjam com e sem extensão familiar. Especificamente, pretende-se descrever a evolução dos arranjos monoparentais e biparentais caracterizando-os socioeconomicamente no contexto brasileiro, identificar a renda domiciliar *per capita* e a posse de bens dos arranjos investigados, estimar, através das informações disponíveis na POF, os dispêndios totais e por itens de despesa, considerando as estruturas domiciliares distintas e abordar a potencial transmissão intergeracional de bem-estar, mediante o investimento em capital humano, dada às diferentes composições domiciliares.

Há carência de estudos, no Brasil, que indiquem o bem-estar dos arranjos domiciliares sob a perspectiva da sua estrutura orçamentária. Pouco se sabe a respeito dos perfis de consumo associados aos padrões de renda de arranjos que se vêm firmando no país e menos ainda sobre a proporção dos gastos direcionados aos investimentos que agregam capital humano aos filhos. Os arranjos monoparentais chefiados por mulheres, que antes sustentavam a noção de “feminização da pobreza”, já se espalharam por todos os níveis socioeconômicos e não há clareza sobre a situação econômica desses diante das mudanças demográficas, das estratégias utilizadas pelas chefias na administração dos seus domicílios e do intercâmbio de ajuda mútua no âmbito privado. A falta de uma análise mais abrangente pode enviesar a estimativa do bem-estar das famílias, conduzindo-as a uma inequívoca sobrestimação da sua fragilidade econômica.

Face ao exposto, busca-se nesta tese responder às seguintes perguntas: Os arranjos monoparentais são mais vulneráveis economicamente dos pontos de vistas

da posse de bens, da renda e do consumo domiciliar ao compará-los com os biparentais? Qual o perfil orçamentário dos arranjos quando se consideram parentes corresidentes e idade dos filhos nas composições domiciliares? Qual a proporção do gasto direcionado ao investimento em capital humano dos filhos crianças, dadas as diferentes composições domiciliares?

A contribuição deste trabalho consiste em apresentar uma análise dos arranjos em que não há a presença do cônjuge masculino no domicílio, destacando o perfil orçamentário, comparativamente àqueles domicílios em que esse está presente. Considera-se a complexidade inerente a esses arranjos, enfatizando a idade dos filhos e a presença do parente no domicílio, que muitas vezes correside com a família, para prover recursos e serviços reduzindo impactos das dificuldades cotidianas. Além disso, em uma análise pioneira no Brasil, buscou-se estudar neste trabalho a participação dos gastos voltados para o incremento de capital humano dos filhos, o que dá pistas para compreender o estímulo das famílias mono(bi)parentais em realizar investimento nos filhos como possibilidade de maximizar o bem-estar deles no futuro.

Seguindo essa linha de estudo, espera-se, com esta pesquisa, contribuir com a literatura ao preencher lacunas sobre o perfil orçamentário dos domicílios brasileiros, baseado nas medidas de bem-estar de renda, posse de bens e consumo. Espera-se, ainda, subsidiar as ações de políticas públicas, que tem como eixo as famílias brasileiras, para que estas sejam melhor direcionadas aos arranjos atingidos pelas mais severas privações.

Esta tese inicia-se com este capítulo, que contém a introdução, apresentando a proposta de pesquisa e enfatizando-se os objetivos que se pretende atingir. Em seguida, apresenta-se, no Capítulo 2, toda a revisão de literatura relevante ao tema, referente aos estudos sobre família e domicílios, enfocando alguns conceitos e as mudanças que se observam em suas estruturas ao longo do tempo. São explorados os estudos sobre o orçamento das famílias com ênfase nos padrões de consumo e renda. No Capítulo 3, discutem-se a metodologia adotada, as bases de dados utilizadas e propõe-se o método de análise inferencial para atendimento dos objetivos propostos. No Capítulo 4, apresenta-se um panorama descritivo dos arranjos domiciliares de interesse deste trabalho. Já no Capítulo 5, são

apresentados os resultados dos modelos, enfocando os diferenciais de rendimentos e a posse de bens auferidos pelos arranjos distintos. Evidenciam-se as despesas dos arranjos de interesse em dois níveis: um relacionado à despesa total e outro por itens de consumo. Em seguida, exibem-se os indicadores dos dispêndios direcionados aos filhos crianças, destacando os principais componentes referentes ao investimento pessoal. Por fim, no Capítulo 6 apresentam-se as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 AS FAMÍLIAS E OS DOMICÍLIOS NA CONTEMPORANEIDADE

2.1.1 O estudo das famílias e dos domicílios

A família assim como o domicílio são as instituições socioeconômicas fundamentais da sociedade humana (BONGAARTS, 2001). Normalmente localizada num domicílio, é no interior da família que se dão os processos sociais e onde acontece a maioria dos fenômenos demográficos (WAJNMAN, 2012). Sendo o ponto intermediário entre o indivíduo e a vida em sociedade, a família representa a unidade responsável pela produção, além da alocação de bens e serviços dos quais seus membros necessitam, considerando sua estrutura, composição e tamanho.

Para Bruschini (1989), a abordagem de família pressupõe diversos enfoques teóricos, enquanto que para a maioria dos estudos coincide com o grupo residente na unidade doméstica. De acordo com a autora, o interesse pelo tema na demografia surgiu nas décadas de 1960 e 1970, quando a unidade familiar passa a ser percebida como o cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo. Nesse momento, a reprodução da população, entendida em termos da reprodução da força de trabalho, começa a ser estudada em seus aspectos cotidianos, em nível do grupo doméstico. Surge, então, a demografia da família definida como o estudo dos determinantes de tamanho e de composição da unidade familiar, que abrange tanto aspectos demográficos (fecundidade, mortalidade, nupcialidade e migração) quanto aos aspectos socioeconômicos, os quais atuam sobre a estrutura familiar (BRUSCHINI, 1989).

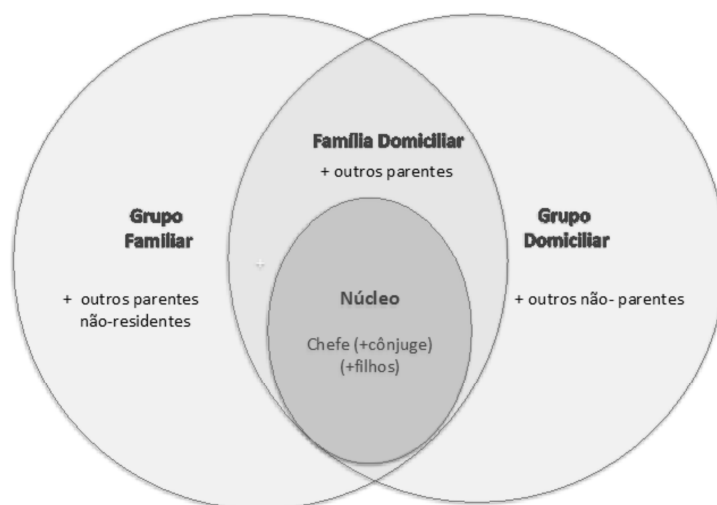
Para os estudos da família e do domicílio, a interface da demografia com outras ciências como a sociologia, a economia e a antropologia beneficiou-se de uma abordagem multidisciplinar, integrando aspectos apontados por cada uma das várias correntes. Assim, enquanto na antropologia predominou a noção de família como grupo de pessoas ligadas por relações afetivas construídas sobre uma base de consanguinidade e aliança (BRUSCHINI, 1989), que enfatiza o papel desempenhado na cultura e na organização da sociedade como um todo, no

pensamento sociológico priorizou-se um grupo conjugal coincidente com a unidade residencial não necessariamente relacionado, mas unido para atingir determinadas metas sociais (SCHMID, 1988 *op. cit.*; STOCKMAYER, 2004). Já a economia considerou essas unidades como o *locus* de decisões conjuntas em relação ao consumo, a produção, a participação na força de trabalho, na poupança e na formação de capital (KUZNETS, 1978), sendo as decisões familiares, como casamento, divórcio e filhos, tentativas de aumentar o bem-estar individual, comparando custos e benefícios de partilhar bens públicos ou obter bens que são peculiares num arranjo familiar, a exemplo da companhia e da solidariedade.

Combinando as diferentes perspectivas de cada uma das ciências, a demografia permite identificar, dessa forma, a família e o domicílio como o resultado das transições que os indivíduos experimentam entre estágios da vida assim também entre formas de coabitação. A demografia das famílias se ocupa dos métodos e técnicas de mensuração para análise dessas transições, além dos contornos dos grupos familiares resultantes, incluindo, em seu escopo, tanto os vínculos de parentesco quanto os de coabitação (WAJNMAN, 2012).

Wajnman (2012) propôs um esquema representativo da relação entre grupos familiar e domiciliar estruturado em três dimensões: o grupo domiciliar, o grupo familiar e a família domiciliar (FIGURA, 1).

Figura 1 – Representação da relação entre grupos familiares e domiciliares.



Fonte: Extraído de Wajnman (2012, p. 19).

O grupo domiciliar caracteriza-se, fundamentalmente, pela inserção de indivíduos dentro da mesma unidade residencial, independentemente de terem ou não laços de parentesco. Já o grupo familiar prioriza as relações de parentesco, estabelecida por consanguinidade, adoção ou conjugalidade, por outro lado tais relações também podem-se dar por afinidade, incluindo vínculos travados entre cônjuges e companheiros que aliam parentes como sogros, cunhados, madrasta e enteados. Esse grupo transcende a fronteira domiciliar, extrapolando sua abrangência para os parentes dispersos geograficamente, que podem ter regras de convivência e apoio mútuos altamente variáveis. Por fim, a interseção entre os grupos domiciliar e familiar resulta a família domiciliar, que incorpora parentesco e coresidência, resultando em um grupo de membros que vivem juntos e estão também ligados por alguma forma de parentesco. Nesse grupo há um núcleo representado por uma pessoa, que é considerada pelos membros ali residentes como a pessoa de referência, com a potencial presença do cônjuge, filhos e outros parentes residindo juntos. Essa é a unidade preferencial de análise nos estudos de família, pelo fato de esse ser o grupo principal de levantamento nos censos e pela facilidade de identificação de seus membros, bem como de suas características (KEYFITZ, 1985 *op. cit.*; WAJNMAN, 2012). Além disso, a coabitação tem papel relevante na integração dos familiares, já que a distribuição de direitos e obrigações entre membros é mais intensa entre aqueles que vivem em um mesmo domicílio.

Os membros de uma família, porém, nem sempre coabitam e por isso sua delimitação separada por blocos é questionável ou arbitrária (BURCH, 1979). Muitas vezes, mesmo considerando a separação espacial entre membros, estes continuam mantendo intensa convivência, compartilhando trabalho e recursos para melhor organizar suas vidas (MEDEIROS; OSÓRIO, 2000). Então, nos estudos da família, a abordagem das interações socioeconômicas de indivíduos aparentados vivendo em outros domicílios constitui uma lacuna nas pesquisas científicas.

O desafio da demografia da família consiste em lidar com as multidimensionalidades das estruturas familiares, domiciliares e dos grupos de parentes. Pressupõe-se que cada indivíduo nas unidades familiares tenha idade, sexo e estado civil e está relacionado com outros de maneiras variadas. Estas redes de relações e suas formas de organização despertam interesses aos demógrafos em não somente

descrever, mas também predizer os processos que modificam essas estruturas (LEBRAS, 1979).

2.1.2 Conceitos de família e de domicílio

Dependentes de fatores culturais, sociais e econômicos, os conceitos de família e de domicílio variam conforme o tempo e o país. À medida que os indivíduos passam a organizar suas vidas de formas diferentes, surge o desafio de acomodar as novas condições de vida e as relações sociais na demografia da família (WILLEKENS, 2009). Por isso, não é usual encontrar na literatura distinção clara entre os conceitos de família e de domicílios. Normalmente, as pesquisas modificam suas definições ao longo do tempo, tentando adequar às especificidades operacionais e locais. Ainda assim, com o intuito de obterem um parâmetro mundial de classificação e definição dos termos que orientam as pesquisas sobre famílias, as Nações Unidas (*United Nations*) elaboraram um documento-base direcionado a todos os institutos responsáveis pela coleta de informações populacionais. Quanto à definição de domicílios, a recomendação é:

A household may be either:

(a) A one-person household, that is to say, a person who makes provision for his or her own food or other essentials for living without combining with any other person to form part of a multi-person household; or

(b) A multi-person household, that is to say, a group of two or more persons living together who make common provision for food or other essentials for living. The persons in the group may pool their resources and have a common budget; they may be related or unrelated persons or a combination of persons both related and unrelated. This arrangement exemplifies the "housekeeping" concept (UNITED NATIONS, 2008, p. 128).

É comum usar um conceito diferente de *housekeeping* adotando no lugar dele o conceito *household-dwelling*. Consideram-se, nesse caso, todas as pessoas que vivem numa unidade habitacional pertencente à mesma unidade de provisão de alimentos e outros bens essenciais à sobrevivência. Ao adotarem tal conceito, há correspondência entre a unidade habitacional e a unidade de provisão doméstica, unificando ambos os conceitos. Já o conceito de família para as Nações Unidas refere-se à seguinte definição:

The family within the household, a concept of particular interest, is defined as those members of the household who are related, to a specified degree, through blood, adoption or marriage. The degree of relationship used in

determining the limits of the family in this sense is dependent upon the uses to which the data are to be put and so cannot be established for worldwide use (UNITED NATIONS, 2008, p. 129).

O conceito de família nuclear, em princípio, refere-se à relação entre pais e filhos. Porém, em alguns países é comum a composição de domicílios constituídos por avós e netos sem a presença dos pais podendo, assim, incluir tais domicílios de segunda geração em sua definição de família nuclear (RIBEIRO; SABÓIA, 2008).

Embora, na prática, a maioria dos domicílios seja composta por uma única família constituída por um casal sem filho, ou por um ou ambos os pais e seus filhos, não se deve assumir que domicílios e famílias sejam conceitos similares. As tabulações dos censos devem, portanto, indicar se elas se referem a domicílios ou a famílias dentro dos domicílios (UNITED NATIONS, 2008, p. 129).

As diferenças entre domicílio e família, de acordo com as Nações Unidas, são:

- Domicílio pode ser constituído por uma única pessoa, mas a família deve ter no mínimo duas.
- Os membros de um domicílio não precisam estar relacionados entre si, enquanto os membros de uma família necessariamente sim. Um domicílio pode incluir mais de uma família, ou uma ou mais famílias juntas com uma ou mais pessoas não parentes, ou pode ter apenas pessoas sem vínculo de parentesco (UNITED NATIONS, 2008, p. 129).

No Brasil, as definições de família variaram ao longo do tempo e em razão das diferenciações das pesquisas sobre o assunto. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) institui suas definições para a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), que por sua vez considera a família:

A família é considerada como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Definiram-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no

mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar (IBGE, 2010).

Já para a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que trata a família como unidade de consumo, a classificação perpassa por uma unidade constituída por:

Único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e, ou, realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia (IBGE, 2010).

Nas pesquisas do IBGE, tanto a estrutura física quanto o grupo de pessoas que residem numa mesma habitação são chamados de “domicílios”, enquanto os núcleos familiares são denominados “famílias”. Desse modo, um domicílio pode ser composto de várias famílias, o que é a situação das famílias estendidas (WAJNMAN et al., 2006).

Há críticas à definição de família apresentada pelo IBGE. A primeira delas é a ideia de família coincidir com o grupo residente na unidade doméstica sem considerar o círculo mais amplo de parentes que extrapolam o domicílio. Ainda que seja difícil delimitar o grupo de pessoas que compõem uma família, isso não parece adequado já que, muitas vezes, o universo familiar não reside num mesmo domicílio (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001). Outra crítica refere-se à utilização do termo família em critérios que congregam laços de consanguinidade, dependência econômica e coresidência. Isso acaba por agregar, sob o mesmo conceito, grupos distintos que não poderiam se identificar como tal (SABÓIA; COBO, 2005). Por fim, há o fato de se considerar como família a existência de um único morador, já que a palavra família pressupõe a ideia de grupo.

Apesar de apresentarem divergências com as das Nações Unidas, as classificações adotadas pelo IBGE sobre família e domicílio podem se valer para que os pesquisadores estendam as possibilidades de pesquisas e maximizem as especificidades da dinâmica familiar, considerando as características locais e também temporais. Por esse motivo, as classificações instituídas pelo IBGE para a

PNAD e para a POF serão tomadas como base para elaboração da presente pesquisa.

2.1.3 Mudanças nas configurações familiares

A família tradicional é constituída pelo casamento legal de um casal heterossexual definida pela relação entre um homem provedor e uma mulher cuidadora (SIGLERUSHTON; MCLANAHAN, 2001). Todavia esse casamento presumia uma divisão sexual do trabalho, determinando a partir daí a condição aceita para a procriação e educação dos filhos. No entanto, transformações foram sendo introduzidas no interior das famílias, cuja base de compreensão perpassa pela teoria da Segunda Transição Demográfica (STD). Ela fornece o principal referencial para estudar as particularidades da família atual.

A STD surgiu inicialmente nos países europeus após o período de recuperação dos nascimentos e casamentos, que sucedeu à finalização da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria caracterizou-se pelas tendências populacionais, em que as taxas de fecundidade caem para abaixo do nível de reposição.

De acordo com Van de Kaa (1987), no marco da STD construiu-se as relações familiares constituídas por alguns alicerces como os padrões educacionais, culturais e valores relativos ao papel social da mulher, os quais alteraram as concepções femininas, priorizando famílias de tamanho reduzido (BECKER, 1981; LESTHAEGHE, 1985). Além disso, a instabilidade nas relações conjugais opôs-se ao modelo matrimonial central e legal e também à escassa incidência de divórcios nas sociedades do mundo desenvolvido. Assim como o desejo de realização pessoal, além da tendência cada vez mais acentuada para uma autonomia individual.

De acordo com a teoria da privação relativa proposta por Easterlin (1976), as tensões provocadas pelas aspirações de consumo impulsionaram o comportamento familiar. Por causa da escassez de recursos, o casal tende a deixar de ter filhos e a pressão para que a mulher trabalhe é maior. Ademais, o estresse econômico intensifica o estresse do casal, aumentando o número de divórcios e a fecundidade sem vínculo conjugal.

Parte desse processo também se atribui à revolução na contracepção e também à produção industrial de pílulas anticoncepcionais que rapidamente foram não só difundidas, mas também aceitas por expressivo contingente de mulheres. Isso contribuiu para a postergação do casamento e do nascimento dos filhos. Ao mesmo tempo, com a expansão da escolaridade a mulher passa a se engajar na melhoria do seu capital humano, reduzindo o risco de rupturas em sua educação ou em seus planos de ingresso no mercado de trabalho. O nível de escolaridade fez com que as mulheres tivessem maior autonomia financeira, o que repercutiu no adiamento do casamento e na elevação dos índices de separações e divórcios, contribuindo ainda mais com as mudanças estruturais na família.

Essas mudanças fizeram com que as pessoas assimilassem valores e comportamentos racionalizadores, principalmente do ponto de vista da adequação de novos padrões familiares às transformações sociais e econômicas. As mudanças nos diferenciais de gênero masculino versus feminino ocorrem concomitantes a essas transformações na família, pois alcançando a mulher um melhor nível de escolaridade e obtendo melhores resultados acadêmicos, as desigualdades de gênero diminuíram e, em alguns casos, se inverteram.

Como resultado desse investimento em educação, a mulher se insere no mercado de trabalho e integra-se ao setor terciário em grande expansão. A formação da família passa a ser adiada por essas mudanças, agravadas pelo desequilíbrio no mercado do casamento. Outro fator transformador é o das mulheres mais velhas, escolarizadas e com ocupações de maior prestígio social que nem sempre encontram homens mais velhos com maior escolaridade e com emprego superior ao delas (PINNELLI, 2004). Diante dessa autonomia financeira alcançada por essas mulheres, o casamento deixa de ser uma necessidade para a sobrevivência econômica e o divórcio a opção para relações conflituosas.

No caso dos países da América Latina há controvérsias sobre a possibilidade de eles terem enfrentado a STD ou simplesmente passado por tendências que caracterizam alguns de seus componentes (GARCIA; ROJAS, 2001), como é o caso do Brasil. Sendo um país de dimensões territoriais extensas, no Brasil coexiste uma população etnicamente e culturalmente diversificada, com identificação de atributos individuais heterogêneos, o que põe em dúvida a existência da STD de forma

globalizada. Como exemplo, Alves e Cavenaghi (2008) mencionam que em 2000, mulheres menos escolarizadas e com renda baixa apresentavam taxas específicas de fecundidade alta em torno de cinco filhos por mulher, o que não condizia com os fundamentos da STD. No mesmo período, mulheres com maior acesso a educação e renda, tinham taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, assemelhando-se aos países europeus.

Contudo, esses níveis de fecundidade não são os únicos componentes para delimitar a ocorrência ou não da STD porque quando se verifica o comportamento sexual e afetivo, a STD é caracterizada pelo aumento da coabitação e da monoparentalidade. Ainda que tais fenômenos sempre estivessem presentes nas diferentes populações, seus significados e suas causas diferem entre países como o Brasil e os países europeus (VAZ, 2008). Para Garcia e Rojas (2001), adotar a ideia de STD implica em aceitar que tais eventos são uniformes e possuem os mesmos significados em todos os lugares, ou seja, corre-se o risco de interpretar resultados quantitativos semelhantes, mas de conteúdos totalmente diversos. Assim, na visão dos europeus a experiência da coabitação e monoparentalidade são interpretadas como autonomia das mulheres e equidade de gênero. Já no Brasil, assim como na América Latina, a interpretação seria resultado do contexto socioeconômico que inviabiliza o casamento, estimulando, ao mesmo tempo, a monoparentalidade e a coabitação (GARCIA; ROJAS, 2001).

Embora não se tenha clareza do enfrentamento da STD no Brasil, características dela perpassam quando se verifica, ainda, o surgimento de vários arranjos alternativos. O arranjo tradicional casal com filhos, ainda que dominante, vem apresentando tendência de queda; por outro lado famílias monoparentais, unipessoais, reconstituídas e casais do mesmo sexo passam a adquirir maior significância.

Uma das mudanças nas configurações familiares que se observa com grande intensidade é o envelhecimento da população, causado pela queda da fecundidade. Com isso, as pessoas têm cada vez mais oportunidades de vivenciarem várias gerações de famílias e um maior número de gerações vive ao mesmo tempo. As

famílias tornam-se mais verticalizadas e menos colaterais³ (WAJNMAN, 2012). Essa estrutura implica menor número de crianças na família e uma maior probabilidade de não ter filhas, o que pode fazer com que os pais, na velhice, tenham estrutura precária de apoio familiar, uma vez que as mulheres continuam a assumir tais cuidados (MEIL, 2006). No entanto, há também evidências de que a verticalização das famílias permite maior disponibilidade e tempo de convivência entre avós e netos, além de reforçar os laços entre eles, sobretudo quando os pais se tornam indisponíveis.

Embora as baixas taxas de fecundidade conduzam ao reduzido número de parentes, esse fenômeno vem sendo compensado pela expansão dos recasamentos, o qual amplia o fluxo familiar e permite que se tenha uma rede alargada de parentes, potenciais fontes de sustento e apoio para os membros da família nos momentos de necessidades (BENGSTON, 2001). No entanto, há evidências de conflitos nesse ambiente familiar, em razão do aumento da complexidade familiar e das relações que se travam entre meio-irmão, madrasta, padrasto, enteado etc. No caso de uma família de pais biológicos, os laços entre eles são quase naturalmente dados, mas numa família que se recompõe a empatia entre os membros não ocorre de maneira tão automática, sendo o processo de socialização interno dificultado (CHERLIN; FURSTENBERG, 1994).

A incidência do tipo de famílias representadas por casal sem filhos responde a algumas das mudanças observadas na sociedade ao longo do tempo. Rosero-Bixby et al. (2009) discutiram tais arranjos nos países da América Latina, dentre eles o Brasil, em que proporção crescente de mulheres está intencionalmente postergando e, até mesmo, se retirando do processo de procriação (*childlessness*). Para esses autores, coortes mais jovens encontram-se cada vez mais seduzidas a adiar ou abster-se da fecundidade como estratégia plausível para prosseguir no ensino superior, estabelecer no mercado de trabalho, construir seus relacionamentos e lidar com as condições de vida instáveis ou incertezas no contexto econômico. Para a literatura americana, casais em que ambos possuam renda própria e não têm filhos são denominados *Double Income no Kids* (DINC). Recentemente, esses arranjos

³ Modelo denominado pé-de-feijão considera o desenvolvimento de uma estrutura familiar caracterizada pelo aumento do número de gerações que sobrevivem, associado a um encolhimento do número de irmãos e a uma diminuição ainda maior no número de crianças (MEIL, 2006).

vêm sendo bastante estudados no Brasil porque além de representarem um importante indicador de mudança cultural, revelam um novo padrão de comportamento das famílias especialmente das mulheres, frente ao mercado de trabalho e às preferências de consumo (WAJNMAN; MACHADO, 2008).

Os DINC são tidos como aqueles valorizam que a autossatisfação e realização dos desejos de consumo e lazer, em detrimento da satisfação futura prestada pela continuidade geracional. Possuem, em geral, maior nível de bem-estar econômico, autonomia diante das negociações das desigualdades no âmbito doméstico e cobertura previdenciária. Porém, frequentemente são criticados pelas correntes conservadoras e pelos pró-natalistas por não garantirem a sucessão das gerações e a própria continuidade da família, principalmente quando advêm de uniões do mesmo sexo (BARROS et al., 2008).

Críticas também são direcionadas às pessoas que optam por morarem sozinhas. Elas constituem os arranjos unipessoais surgidos em consequência das mudanças demográficas, que vem diminuindo o tamanho dos arranjos em função da queda da fecundidade, do aumento das separações e da longevidade, como também da opção de viver em seu próprio domicílio sem a presença de outros indivíduos (MEDEIROS; OSÓRIO, 2000). Viver sozinho combina com o processo de urbanização e é facilitado pela disponibilidade e incremento de uma variedade de produtos e serviços da atualidade. Produtos alimentares semipreparados, serviços de entretenimento, recreação e comunicação *online* são apenas algumas das comodidades que proporcionam alternativas propícias a esse tipo de arranjo. Porém, são considerados como “bomba-relógio” para o meio ambiente pelo consumo exacerbado de energia elétrica, embalagens, gases e recursos naturais, além da produção ampliada de resíduos comparados a domicílios com mais pessoas (CARVALHO, 2010). Segundo Cioffi (1998), os arranjos unipessoais concentram-se mais nos extremos do ciclo de vida predominantemente na fase jovem e velha, que no caso das mulheres a maior incidência predomina entre as idosas e viúvas - devido às separações conjugais e pela mortalidade do cônjuge. Já para os homens a presença mais expressiva se dá enquanto jovem em razão de estilos de vida específicos, como abandono da casa dos pais para estudo ou trabalho, opção de não se casar ou de viver junto com alguém - porém separados (*Living Apart Together*), separações conjugais, etc.

Por outro lado, também se observa a opção por alguns jovens em prolongarem a convivência familiar e, nesse caso, voluntariamente optarem por morar na casa dos pais, mesmo alguns possuindo condições financeiras para sustento próprio (HENRIQUES, 2004; CODO; SABÓIA, 2010). Denominada “geração canguru”, a decisão de permanecer com os pais encontra respaldo nas questões financeiras, como desemprego e custo habitacional. Já nas questões demográficas há a queda da fecundidade, postergação do casamento assim como aumento do divórcio. Somam-se a isso a maior liberdade conquistada pelos jovens na casa dos pais, o conforto e o padrão de vida usufruídos por eles no âmbito familiar, além do fortalecimento dos laços familiares que tornam os vínculos mais estreitos (CODO; SABÓIA, 2010).

Essas e outras mudanças estão acontecendo em maior ou menor grau em diversos países. Porém, embora a família nuclear, baseada no casal, ainda hoje prevaleça, ela cede lugar para configurações mais diversas e dissocia-se cada vez mais o elo entre casamento e reprodução, tornando frequentes as múltiplas entradas e saídas nas uniões, com e sem reprodução (WAJNMAN, 2012).

Utilizando dados do *US Census Bureau* (2010), Farrell et al. (2012) constataram que a proporção de famílias nucleares americanas constituídas por casal com filhos menores de 18 anos (21%) foi ultrapassada pelas famílias monoparentais (28%). Domicílios unipessoais constituem mais de $\frac{1}{4}$ de todos os domicílios americanos, já os domicílios estendidos vêm sofrendo queda significativa. No Brasil, mudanças similares também estão acontecendo, conforme apresentado nas Tabelas 1, 2 e 3. Nessas tabelas foram identificadas as principais mudanças nos padrões de organização das famílias, nos últimos anos, relacionando a formação de novos padrões domiciliares com o aumento proporcional de arranjos menores e diferentes do modelo clássico de família nuclear (MEDEIROS; OSORIO, 2000).

Pela Tabela 1, verificam-se os números absolutos referentes à evolução da população, dos domicílios e das famílias.

Tabela 1 – Evolução da população brasileira segundo características domiciliares e familiares - Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011

	1996	2001	2006	2011
População total	154.360.589	170.821.274	186.022.641	195.242.800
Número de domicílios familiares	39.837.794	47.011.968	54.310.589	61.470.054
Número de famílias	42.760.394	50.887.726	58.696.271	64.407.269

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE - PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Nota-se que as famílias são em maior número em relação aos domicílios, já que dentro de um domicílio pode haver mais de uma família. Além disso, elas crescem mais do que os domicílios, pois muitas famílias, ao se instituírem, deparam com uma série de dificuldades ou situações econômicas adversas pelas quais as impossibilitam de formar seu próprio domicílio. Como alternativa, incorporam em domicílios já constituídos. Isso é muito comum entre as famílias monoparentais em que, muitas vezes repentinamente, o pai e/ou a mãe deparam-se com a situação de criarem seu(s) filho(s) sozinhos. Diante das dificuldades impostas para conciliar tanto o cuidado quanto o provimento desses filhos, acabam vindo morar com outra família ou permanecem na casa dos pais. Tal estratégia possibilita dividir com os outros membros do domicílio as exigências demandadas pela situação de monoparentalidade.

Nessa tabela pode-se verificar que a taxa de crescimento dos domicílios e das famílias foi maior do que o crescimento populacional, o que é fato atribuído às mudanças que aconteceram no interior dos arranjos, como o envelhecimento da população, a redução no tamanho da família e a queda da fecundidade. Essas mudanças elevam a quantidade de unidades domésticas, embora tenha diminuído o número de pessoas no seu interior.

As Tabelas 2 e 3 exibem os resultados da composição domiciliar onde se verifica que, embora predomine no Brasil o tipo de arranjo constituído por casal com filhos, este arranjo vem sofrendo queda ao longo do tempo. Além disso, nota-se o incremento de arranjos que extrapolam o tradicional e se constituem em arranjos menores em tamanho e em complexidade – como o monoparental, o unipessoal e o

casal sem filhos. Corroborando resultados encontrados por Wajnman (2012), ao comparar a perspectiva dos domicílios e das pessoas nos domicílios (TABELAS, 2 e 3), percebe-se que as classificações domiciliares as quais reúnem menos indivíduos (unipessoal, casal sem filho e monoparentais) têm menor expressão na perspectiva das pessoas do que na de domicílios.

Tabela 2 – Distribuição relativa dos domicílios segundo o tipo de domicílio - Brasil
1996, 2001, 2006 e 2011

	1996	2001	2006	2011
Unipessoal	8,31	9,52	11,07	12,71
Casal sem filhos	10,11	10,68	12,19	14,82
Casal com filhos	49,58	47,06	44,08	40,20
Monoparental	9,46	10,59	11,06	11,48
Família estendida	19,74	19,83	19,67	18,75
Domicílio composto	2,80	2,31	1,94	2,02
Sem classificação	0,00	0,01	0,00	0,01
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Total de domicílios	39.837.794	47.011.968	54.310.589	61.470.054

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE - PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Tabela 3 – Distribuição relativa da população segundo o tipo de domicílio - Brasil
1996, 2001, 2006 e 2011

	1996	2001	2006	2011
Unipessoal	2,14	2,62	3,23	4,00
Casal sem filhos	5,22	5,87	7,11	9,33
Casal com filhos	55,74	53,69	51,61	48,85
Monoparental	7,59	8,53	9,02	9,79
Família estendida	25,90	26,46	26,70	25,31
Domicílio composto	3,40	2,82	2,34	2,71
Sem classificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Total de pessoas	154.360.589	170.821.274	186.022.641	195.242.800

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE - PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

2.1.4 As famílias monoparentais

Inicialmente tratado na sociologia, o termo família monoparental refere-se à mãe ou ao pai que vive sem cônjuge, com um ou mais filhos. Nos estudos jurídicos também se constitui monoparentalidade a entidade familiar que tenha crianças ou adolescentes sob a guarda de um chefe, que não seja um dos genitores, mas algum parente ou não parente⁴ (DIAS, 2007).

Embora não se trate de fenômeno novo, esse fato expandiu-se significativamente nas últimas décadas como consequência da composição do envelhecimento populacional no Brasil deixando de ser prevalente nas classes populares para atingir, também, os outros setores sociais (SAFA, 1999 *op. cit.*; FAVARO, 2009). Sua incidência tem sido, prioritariamente, na monoparentalidade feminina, resultado da permanência de desigualdades de gênero que ainda associam o cuidado dos filhos às mulheres (MEDEIROS; OSORIO, 2000). Tradicionalmente, esse arranjo familiar era determinado em razão do falecimento do cônjuge, do celibato associado à procriação de filhos sem vínculo matrimonial, além da separação conjugal causada pela emigração. Com as mudanças demográficas e familiares, a explicação causal é centrada no divórcio e na fecundidade não marital, bem como na postergação para o casamento (WALL; LOBO, 1999).

Vários autores vêm documentando a relação entre essa estrutura familiar e renda, enfatizando a alta taxa de pobreza (SIGLE-RUSHTON; MCLANAHAN, 2001; MCLANAHAN; PERCHESKI, 2008; CANCIAN; REED, 2009). Outros acrescentaram que o fato de criar filhos sem o pai tem contribuindo para a reprodução da pobreza nas novas gerações e, ainda, potencializando a desigualdade de renda, à medida que adiciona pessoas na parte inferior da distribuição de rendimentos (BURTLES, 1999; MARTIN, 2006). Há, também aqueles que estabelecem relação direta entre o aumento de famílias vivendo na pobreza e o aumento da monoparentalidade feminina, alocando essa tipologia familiar como *proxy* para o desencadeamento de outros fatores de risco (além da pobreza), como promiscuidade sexual, violência,

⁴ Embora esta condição seja aceita na perspectiva jurídica, nesta pesquisa considerou-se filho aquele indivíduo que foi identificado como tal pela pessoa de referência. No caso, considerou-se como filho a pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência do domicílio ou do seu cônjuge.

abandono da escola, depressão e uso de drogas. (GOLDANI; LAZO, 2004; MCLANAHAN, 2004).

A explicação centrada na pobreza desse arranjo familiar é a atribuição do fato de serem as mulheres o único membro provedor que acumula, concomitantemente, as funções de trabalhadoras, cuidadoras e chefes de família. Essa sobrecarga de trabalho representa o principal impedimento para se qualificarem profissionalmente, restando uma inserção laboral em atividades mal remuneradas, em postos de trabalho de pior qualidade e em setores informais sujeitos às oscilações do mercado.

Kalil e Ryan (2010) apontaram outros fatores que contribuem para a pobreza e privação das famílias monoparentais: a capacidade de ganho causada pelo baixo nível educacional, o fato de muitas terem sido mães muito jovens, o que perturba a escolaridade; a propensão maior à debilidade da saúde, ao uso de drogas, de álcool e à depressão. Para esses autores, tais famílias têm dificuldades em acumular ativos e isso pode agravar a sua situação financeira pelo aumento de gastos no cotidiano familiar.

Por trás desses fatores, no entanto, existem diferenças na caracterização de pobres em função do estrato social da mulher. Dessa forma Bilac (1991) assinalou que a monoparentalidade de mulheres de classe média ou alta é bastante diferente daquelas das classes mais baixas. Enquanto grande parte das primeiras administra seus lares delegando as tarefas domésticas às empregadas, as mulheres das classes de renda mais baixa assumem a responsabilidade dos seus domicílios conciliando o cuidado da casa e dos filhos com o trabalho remunerado.

A pobreza então, especialmente a pobreza infantil, é assumida como consequência direta da ausência do pai presente no domicílio (McKEEVER; WOLFINGER, 2011). O percentual de famílias dirigidas por mães só com seu(s) filho(s) é maior quando se trata de domicílio monoparental (DITCH et al., 1998, *op. cit.*; PINNELLI, 2004), apesar de apresentar variações entre diferentes países que oscilam entre os níveis mínimos de menos de 10% nos países escandinavos e em alguns países do Leste europeu (República Checa e Eslováquia), ao nível máximo de mais de 40% no Reino Unido, Canadá e Rússia.

Essa diferença entre países quanto à situação econômica das famílias monoparentais depende das transferências públicas e privadas, assim como das contribuições de seguro social. Na Suécia, além de elas terem alta participação na força de trabalho, o subsídio financeiro das transferências públicas é amplo e abrangente. Já na Alemanha, as mães têm alta taxa de atividade, mas as transferências são menos generosas. EUA e Canadá estão numa posição pior, pois as taxas de atividade das monoparentais são mais baixas e as transferências, além de reduzidas, limitam-se a contemplar os mais pobres. Na França, o problema é minimizado porque a maioria das mães trabalha e, ainda, conta com o apoio de serviço de creche mais desenvolvido e acessível (PINELLI, 2004). Já no Brasil, embora as taxas de atividades das mães só com filhos sejam equivalentes à média nacional das taxas de atividades femininas, essas mães, a exemplo das demais mulheres, recebem baixo nível salarial (GOLDANI; LAZO 2004). Quanto aos benefícios das transferências, em sua maioria, são quantitativamente baixos, seletivos e temporários, mas vem assumindo importância no combate à pobreza e à redução da vulnerabilidade no país (CARLOTO, 2005; MESQUITA; FREITAS, 2013).

Ainda assim, há aquelas que têm optado, de maneira deliberada e planejada, por um projeto familiar e solitário, através da procriação sem um parceiro⁵, também denominada *Single Mother by Choice* (SMC). O rótulo indica uma posição superior na hierarquia entre as monoparentais pela opção escolhida para conceber seu(s) filho(s), geralmente por terem elevado nível econômico e de responsabilidade, além de serem consideradas emocionalmente maduras e mais velhas. Apoiadas e reforçadas pela retórica da igualdade – presente nos discursos políticos, nos meios de comunicação, na vida pública e no sistema educativo –, que questiona a polaridade dos gêneros, defende a igualdade de direitos e oportunidades, tornam-se SMC e abrem possibilidades para a diversidade de estilos de vida pessoal, mas também familiar (BOCK, 2000; RIVAS; JOCILES, 2011).

Na ausência de ambos os pais, famílias constituídas pela composição de avó e neto(s) são também consideradas monoparentais. Segundo Synder et al. (2006), essa tipologia familiar correspondia, em 2000, a ¼ dos domicílios monoparentais femininos nos EUA. A literatura a denomina como *Skipped-Generation* (geração

⁵ Neste caso, as mulheres recorrem ao método da reprodução assistida e/ou da adoção.

pulada) e vem assumindo grandes proporções em função de tendências socioeconômicas e demográficas. O efeito combinado de elevada longevidade, melhores condições de saúde e menor mortalidade feminina tem predominado nas mulheres da população idosa. Além disso, a maior disponibilidade financeira dos idosos, própria do estágio de vida e reforçada pelo papel da seguridade social (WAJNMAN, 2012), pode fazer com que as avós assumam a guarda do neto, num cenário de gravidez indesejada ou mesmo doenças, uso de drogas, morte, cárcere e trabalho que impeça a criação dos filhos pelos pais (MINKLER, 1999). Nos estudos de Baker (2010), a formação desses domicílios acontece de forma inesperada, na maioria das vezes, tornando-se agravada pela carência de política focalizada nesse arranjo. Por isso, esse autor problematizou a situação desses arranjos, mostrando a escassez de atendimento às necessidades básicas e concluindo que as pessoas ali inseridas são mais propensas à privação material⁶, a possuir saúde mais debilitada e a viver em estruturas mais precárias. Ainda que a aposentadoria do idoso seja relevante para a renda domiciliar, um membro adicional no domicílio, principalmente quando improdutivo, tende a modificar a partilha de recursos, diminuindo sua disponibilidade entre os membros da família. Esse fato pode agravar a situação financeira da família, considerando que o idoso, na maioria das vezes, não dispõe de meios para completar a renda domiciliar, em razão da sua incapacidade laboral e da escassez de trabalho para essa categoria.

Em países com regimes fracos de proteção social e com estruturas formais de creches ainda incipientes, a principal alternativa à fragilidade econômica é a dependência familiar. Pode-se supor que a coresidência com outros parentes é uma das principais formas de apoio familiar prestada às famílias monoparentais (WALL; LOBO, 1999). A composição domiciliar estendida era a marca das sociedades pré-industriais, porém condições demográficas como a alta mortalidade, além da elevada idade ao casar não permitiam a coresidência multigeracional de parentes⁷. Diante do domínio da família nuclear (imposta, frequentemente pela escassez de

⁶ De acordo com Baker (2010), cerca de 60% deles vivem na pobreza ou próximo a ela, em comparação com os domicílios em que os pais estavam presentes.

⁷ Rugles calculou a probabilidade de indivíduos com parentes disponíveis viverem juntos, o que é chamado de propensões residenciais. Esse modelo é equivalente a calcular os efeitos hipotéticos da variação demográfica na estrutura familiar, se as preferências residenciais são mantidas constantes. Tal modelo contribuiu na avaliação da proposição de que a proporção de domicílios estendidos na Inglaterra foi limitada por restrições demográficas – alta mortalidade e elevada idade ao casar – e não por regras de formação da família nuclear (DE VOS; PALLONI, 1989).

peças expostas ao risco de coabitar com seus familiares), por muito tempo considerou-se que a família baseada nos laços de parentesco estava perdendo sua força em detrimento da família nuclear (WAJNMAN, 2012). Com a queda da mortalidade e a redução da idade para o casamento, a forma estendida tornou-se mais frequente em países da Europa Ocidental e da América do Norte, vindo a sofrer queda em meados do século passado (RUGLESS, 1987, 1993 *op. cit.* WAJNMAN, 2012). Entretanto, nos países em desenvolvimento como os da América Latina, dentre eles o Brasil e em alguns desenvolvidos, essa queda não é verificada. Keneddy e Ruggles (2012) atribuíram a esse fator o aumento da monoparentalidade, em que a coresidência com parentes é extremamente comum devido à fragilidade econômica desse arranjo familiar. O nível de bem-estar entre os indivíduos que compõem a família monoparental estendida depende do que o outro indivíduo coresidente pode ou está disposto a oferecer contra os custos adicionais de espaço compartilhado e da perda de privacidade.

Ainda que a extensão familiar nem sempre seja resultado de uma medida proativa para melhorar a situação financeira e o bem-estar familiar, há evidências de que possa reforçar a base de recursos das famílias por meio da incorporação de renda extra ou por facilitar o engajamento dos membros da família em atividades de geração de renda (CHANT, 2007). Espera-se, em geral, que a incorporação de um membro na família seja capaz de proporcionar maior acesso e diversidade de recursos, permitir ganhos de especialização ou fornecer segurança contra as incertezas do mercado. Emocionalmente, espera-se prover suporte social e emocional capaz de influenciar atitudes, aspirações e bem-estar, sobretudo para mães que assumem o duplo papel de provedora e cuidadora (SIGLE-RUSHTON; MCLANAHAN, 2001).

Para Goldani e Lazo (2004), no Brasil, a incorporação de parentes no domicílio está associado com as necessidades econômicas e/ou cuidados de crianças e pessoas idosas e, ou, doentes. Grande parte da extensão familiar é composta pela presença de avós em função da longevidade, disponibilidade e condições financeiras que permitem ampliar as relações multigeracionais. Para Costa (2012), viver com filhos é o tipo mais comum de arranjo domiciliar entre os idosos que vivem em países em desenvolvimento, já que a função que os idosos vêm ocupando nos domicílios tem se tornado cada vez mais importante na provisão de bem-estar, tanto material

quanto emocional. Atualmente, mais do que uma redução na dependência, os dados sugerem uma inversão na direção desta, ou seja, o fluxo de transferências intergeracionais tem se concentrado, em maior proporção, partindo do idoso para seus filhos adultos e netos. Assim, as melhorias nas condições de vida das idosas brasileiras - potencializadas pelo provimento da seguridade social - contribuíram para a diminuição de famílias extensas pobres (CAMARANO, 2002; GOLDANI; LAZO, 2004).

Diante dos grupos de apoio que se envolvem as mães sós, a experiência da monoparentalidade pode-se tornar, muitas vezes, transitória. As mães que vivem sozinhas casam ou recasam, porque a união seria central na vida delas como forma de criar vínculo social e funcionaria como uma rede de trocas que fornece suporte nos momentos de crise. Assim:

(...) As famílias chefiadas por mulheres podem ter aspectos positivos, e não ser vinculada com a pobreza, com menos submissão a autoridade marital, maior sentimento de autoestima, maior liberdade para escolher um parceiro ocasional, maior flexibilidade para desempenhar um trabalho remunerado, redução ou eliminação de abuso físico e emocional, padrão mais equitativo e orientado para a nutrição e os gastos com educação e acesso a apoio social e comunitário (CEPAL, 2004, p. 24).

Não é sempre, porém, que as mães sozinhas com filho têm possibilidades de estabelecer novas uniões. O fato de muitas delas terem perfil de ciclo vital mais “maduro”, como acontece no Brasil e identificado no trabalho de Goldani e Lazo (2004), além de deterem a guarda dos filhos dificulta novas relações conjugais. Quanto mais velhas, menor a disponibilidade de parceiros para o matrimônio, devido ao efeito acumulado da mortalidade que acentua o desequilíbrio na razão de sexo. Ademais, os padrões culturais de diferença de idade entre os cônjuges no Brasil supõem a procura masculina por parceiras mais jovens, o que amplia as chances de casamento das mulheres de menor idade e reduz as das mais velhas. Portanto, a experiência da monoparentalidade tende a perpetuar com a idade e, ainda, a agravar se a mulher possui nível socioeconômico mais elevado, pela dificuldade acumulada de encontrar um parceiro de nível igual ou superior ao dela (BERQUÓ, 1986; MARTIN, 1994; PINELLI, 2004).

Ainda que haja dificuldades em encontrar novos parceiros, algumas políticas debatem a promoção do casamento como uma estratégia de redução da pobreza.

Lichter e Crowley (2004) estimaram os efeitos hipotéticos de transições de casamento das mães sozinhas com filhos sobre a pobreza infantil considerando as mudanças nas famílias, em que muitas crianças estão vivendo somente com um dos pais (na maioria das vezes, com a mãe), fruto do nascimento fora de uma relação matrimonial e da taxa ampliada de divórcio. Num exercício contrafactual considerando que essas mães ao se casarem teriam a mesma situação econômica de mães casadas com características semelhantes, seus resultados apontaram para uma queda na taxa de pobreza, em maior e menor grau, em grupos diferenciados. Assim, os grupos que mais se beneficiariam com o casamento das mães seriam aqueles mais vulneráveis, ou seja, os das crianças negras e aqueles com filhas de mães solteiras.

Contudo, Thomas e Sawhill (2002) recomendaram a necessidade de considerar algumas ressalvas nos trabalhos que vêm subsidiando as políticas de geração de casamento em famílias monoparentais: primeiro, o potencial de mudanças de comportamento provocado pelo casamento nem sempre inclui queda da fecundidade e aumento da participação dos membros na força de trabalho. Ao considerar esses dois fenômenos (que nem sempre ocorre), pode haver superestimação da redução da pobreza dentro do casamento. Em segundo lugar, a evidência de que políticas sociais possam ter efeito significativo sobre os padrões de formação de família é limitada. E, finalmente, essas análises restringem-se ao bem-estar das crianças do ponto de vista econômico, desprezando as demais interfaces que envolvem uma situação de bem-estar. Além disso, para aqueles autores, vale considerar que aumentar a taxa de casamentos entre mães monoparentais de baixa renda pode ser alternativa escassa, mediante a falta de parceiros expostos ao risco de se casarem com mulheres nessa situação. Ou, ainda, pode servir para incluir homens, com pouco ou nenhum recurso, nas famílias cujos rendimentos já são insuficientes, potencializando a dificuldade econômica de todos os demais membros da família. Então, a ideia de que o casamento possa ou não favorecer a diminuição da pobreza nas famílias monoparentais deve ser relativizada, para evitar que seja uma panaceia econômica e social fruto do imaginário de seus defensores (SIGLERUSHTON; MCLANAHAN, 2002).

A ausência de um companheiro não constitui empecilho para que mães solteiras, separadas ou viúvas tenham um mundo doméstico em que prevaleçam o conforto e

o bem-estar dos seus membros. Em geral, elas tendem a ampliar seu universo de contato com o desenvolvimento de redes de relações sociais, visando benefícios mútuos (KLEIST, 1999; FAVARO, 2009). Como realizam em maiores proporções as despesas relacionadas à alimentação, saúde e educação, admite-se que essas mães priorizam a família na administração da renda (MEHRA et al., 2000; CHANT, 2007). Assim, ainda que as mães só com filhos enfrentem a desvantagem de uma renda mais exígua, os padrões de distribuição intrafamiliar e os investimentos em capital humano em favor das crianças podem significar bem-estar no curto prazo. Além disso, denotam também segurança e, ou, mobilidade socioeconômica, num espaço de tempo mais prolongado.

É nesse contexto que autores como Kleist (1999) e Kendig e Bianchi (2008) apontaram o lado positivo dessa tipologia familiar. Pesquisa realizada por estes autores identificou algumas famílias monoparentais apresentando vantagem relativa às biparentais, em termos de destinação de recursos e de dispêndio de tempo para o cuidado dos filhos. Em condições semelhantes de idade materna, idade dos filhos, tipo de trabalho e nível educacional, as mães só com filhos despendem de mais tempo para se dedicarem exclusivamente aos filhos. Uma vez que elas não contam, no cotidiano, com os pais para dividirem o cuidado e a atenção aos filhos, acabam concentrando o máximo de energia para dedicação a eles. Nesse sentido, as diversas responsabilidades enfrentadas pelas mães sozinhas com filhos não acarretam perdas no cuidado da prole, como foi verificado por Bianchi (2000). Já as mães de famílias biparentais, para esse autor, tendem a distribuir seus afazeres domésticos, priorizando mais o cuidado da casa ao dos filhos.

Vitale (2002) corroborou com esse fato mencionando que as relações afetivas na família monoparental feminina se expressam como fator aglutinador pelo qual promove uma relação de troca contínua, respeitosa e afetuosa dos filhos com suas mães e destas para com aqueles. As mulheres conseguem dedicar-se aos filhos, fortalecendo o ambiente familiar. Incentivam a auto-superação dos entraves financeiros, a partilha e o diálogo, que são os alicerces para viverem e atuarem na sociedade.

No Brasil, a literatura centrada nos arranjos monoparentais em geral identifica estes arranjos como os mais vulneráveis à pobreza. A justificativa perpassa pelo *status* da

figura responsável por estes domicílios, que por se tratar de mulheres que vivenciam o compartilhamento de tarefas reprodutivas, além das produtivas, prevalece a limitação de tempo e de recursos para investir em formação profissional. Isso as impossibilita de buscarem alternativas melhores de trabalho. Inserem-se, assim, no mercado de trabalho informal e na condição de trabalhadoras temporárias, com escassas perspectivas de qualificação profissional. Essa ocupação prevaiente tende a ser de pior qualidade, recebendo salários mais baixos, menor proteção da legislação trabalhista e previdenciária, como também menos perspectivas de mobilidade ascendente nas carreiras. (BRUSCHINI, 2000; NOVELLINO, 2004). Pesquisa realizada por Pinto et al. (2011) identificou, que algumas dessas mulheres passaram por dissolução conjugal conflituosa porque foram vítimas de violência doméstica em suas mais variadas vertentes, incluindo-se a violência “invisível” a qual não deixa marcas exteriores, mas sequelas que dificultam a reconstrução de sua identidade como mulher e como cidadã.

Por outro lado, Sabóia e Soares (2004) ao comparar o rendimento das famílias em que a mulher tem filhos e não tem cônjuge e das famílias formadas por casais com filhos com base na PNAD 2002 constataram que nas primeiras 28,8% vivem com um rendimento *per capita* de até meio salário mínimo. Enquanto nas últimas 28,6% vivem nessa mesma faixa salarial. Com este indicador as autoras concluem que a ausência do cônjuge não se traduz em piora das condições de rendimento nas famílias com responsabilidade feminina. Contudo, a presença de crianças é um fator determinante para a proporção de famílias pobres. Dos 7,7 milhões de famílias cuja pessoa de referência era do sexo feminino e tinham crianças de zero a seis anos de idade, 35% tinham rendimento *per capita* até meio salário mínimo; enquanto nas famílias com as mesmas características independente da idade dos filhos, essa proporção era de 28,8%.

A literatura enfatiza, ainda, que no Brasil diante da ausência do marido-pai, as mães sós com seus filhos buscam estratégias para conciliar o trabalho e o cuidado da prole. As estratégias disponíveis são variáveis em função dos recursos disponíveis e dos serviços existentes. As mães com maior acesso financeiro recorrem ao mercado para contratação de trabalhadoras domésticas e, ou serviços privados de cuidados. Já aquelas mais afetadas pela pobreza recorrem a membros da comunidade, da vizinhança e da família em geral. Isso pode gerar consequências para as crianças

como o aumento do trabalho infantil e da evasão escolar, enquanto que para as trabalhadoras pode causar a ampliação da jornada de trabalho e a redução de oportunidades profissionais (FAVARO, 2009; OIT, 2009).

Além das redes informais, essas mães sós com seus filhos buscam, muitas vezes, amparo em políticas sociais que viabilizam serviços para os membros do domicílio. Na maioria das vezes, procuram aqueles destinados à assistência à infância para diminuir o ônus da dupla jornada e promover a educação e o cuidado das crianças (GOLDANI; LAZO, 2004). O serviço de creches para os filhos das mães trabalhadoras é essencial para a conciliação das responsabilidades familiares com as obrigações do trabalho. Porém, no Brasil mesmo que existam planos governamentais para ampliação do número de crianças de 0 e 6 anos de idade frequentando creche ou pré-escola na rede pública, as metas ainda não foram totalmente atingidas. Restando à maioria das mulheres com filhos pequenos, a busca de soluções individuais e privadas para a guarda das suas crianças (CORDEIRO, 2008).

Diante da escassez da oferta e da cobertura de serviços pré-escolares no Brasil, as famílias monoparentais tendem a ampliar seu universo de relações formando redes sociais que se configuram em importantes fontes de apoio. Então, constituem arranjos estendidos, agregando membros ao domicílio como forma de partilha dos recursos financeiros, prestação de cuidados e organização doméstica. Barroso (1978) enfatiza que é possível que parte das chefias monoparentais que não tem rendimentos, estejam recebendo auxílio da sua rede de parentesco, que ainda funciona, em certo grau, como um sistema, ainda que precário, de previdência social. Por meio das redes referenciadas principalmente nas mulheres - tias, sogras, avós, entre outras, definem-se os padrões de sobrevivência e resistem às carências, na medida do possível (BILAC, 1991; OLIVEIRA, 1992; BUTTO, 1998; FAVARO, 2009).

2.1.5 As famílias biparentais

O modelo de família conjugal denominado “*breadwinner*”, com o homem no papel de provedor e a mulher de cuidadora do lar e dos filhos, por muito tempo representou o cenário propício para pro(criação) dos filhos.

Prevalecia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico era regida por diferentes princípios, em que as regras do mercado aplicar-se-iam à produção, enquanto o trabalho doméstico seria um dote natural que as mulheres aportavam ao casamento em troca do seu sustento (SORJ, 2004).

O casamento era considerado uma oportunidade de autonomia para as mulheres, já que a perspectiva escolar e a inserção no mercado de trabalho não se apresentavam como alternativas reais. No entanto, esse modelo veio perdendo espaço cada vez mais no mundo ocidental, inclusive no Brasil.

De acordo com Alves e Cavenagui (2012) casais com filhos que representavam quase 65% em 1980 caiu para 61,3% em 1991, 58,8% em 2000 e chegou a 52,5% em 2010. Isso demonstra quão o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está prestes a perder a maioria absoluta; e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares.

Tais mudanças cedem espaço a novas e diferentes configurações familiares, como as famílias “monoparentais”, “reconstituídas”, “unipessoais”, de “casais sem filhos”, de casais “em coabitação” ou “do mesmo sexo”, entre outras. Fatores diversos se combinam para explicar e realimentar essa reconfiguração dos lares contemporâneos. Dentre eles podem-se destacar a modernização econômica, a maior liberdade sexual, o aumento do número de divórcios, o adiamento do casamento, os avanços na equidade de gênero. Além disso, destaca-se a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e sua maior autonomia de decisão na esfera privada, a melhoria nos indicadores educacionais e de renda, a queda da fecundidade e a ampliação do mercado e da tecnologia de serviços domésticos (GUERRA, 2013).

Assim, no interior das famílias biparentais modificou-se o número de mulheres que passaram a trabalhar por remuneração. Se antes grande parte delas se ocupava dos

afazeres domésticos e do cuidado dos membros da família, atualmente consolida-se cada vez mais o aumento das taxas de atividade feminina. As principais manifestações dessa consolidação se expressam de acordo com Leone et al. (2010), na elevação da proporção de famílias com mulheres em atividade econômica e no caráter cada vez mais permanente da contribuição do rendimento da mulher na renda total familiar.

O engajamento das mulheres em atividades econômicas contribui para aumentar a proporção de adultos geradores de renda nas famílias biparentais, aumentando o nível de renda familiar *per capita*, o que amortece a desigualdade da distribuição de renda familiar. Por outro lado, reduz o tempo disponível das mulheres em atividade domésticas e de cuidados com os membros da família. Isso faz com que muitas delas optem por ocupações mais vulneráveis e menos rentáveis, em troca de uma maior flexibilidade de jornada. Isso porque embora inseridas no mercado de trabalho, as atribuições definidas a partir da tradicional divisão sexual do trabalho, permanece como função padrão feminina em nossa sociedade.

Por outro lado, ainda que se valorize o trabalho da mulher, há ainda aquele momento da vida dos casais em que, conforme enfatiza Becker (1981), contabilizam o custo do cuidado com as crianças ao decidirem se é vantajoso ou não que a esposa trabalhe remuneradamente fora de casa. Para Budig e Hodges (2010), embora a penalidade da maternidade esteja presente entre todas as mulheres, é entre as situadas na distribuição inferior salarial onde o problema se intensifica. Diante do escasso acesso a creches e pré-escolas, da inflexibilidade dos horários de trabalho, a alternativa de muitas mulheres é isentar do mercado e cuidar dos filhos, o que contribui para diminuir as oportunidades de ganho e desequilibrar o orçamento no domicílio.

Quanto aos filhos dos arranjos biparentais, vários estudos sobre estrutura familiar comparam o comportamento das crianças oriundas de famílias biparentais, monoparentais e criadas com um dos pais não legítimos. Esses estudos enfatizam que as crianças que vivem com ambos os pais biológicos são associadas a uma série de resultados positivos em relação ao desempenho acadêmico, bem-estar econômico e problemas comportamentais (SIGLE-RUSHTON; MCLANAHAN, 2002). Outros autores se dedicaram a associação da estrutura familiar e saúde infantil,

demonstrando que as crianças oriundas de estruturas biparentais são menos propensas a terem problemas como acidentes e lesões (MACLANAHAN; SANDERFUL, 1994).

De acordo com Parke (2003), os efeitos positivos da biparentalidade sobre o bem-estar da criança são provavelmente derivados não só do casamento em si, mas de características distintas dos pais que se unem e permanecem unidos. Sua hipótese é de que há alguns benefícios no casamento, como o acesso ao seguro de saúde e benefícios fiscais, que contribuem para o aumento da probabilidade de bem-estar da criança. Além disso, é possível que aqueles que se casam tenham atributos como compromisso, lealdade e orientação futura, que os distinguem de quem não se casam ou não permanecem casados. É também possível que o próprio ato de casar-se altera atitudes e comportamentos dos casais de maneira positiva, assim como as dos outros em relação a eles. Berger e Maclanahan (2012) enfatizam, ainda, que a base jurídica e o apoio público envolvido na instituição do casamento ajudam a criar condições propícias para o desenvolvimento de fatores que as crianças precisam para prosperar-se consistentemente. Para Brown (2010) não é a estrutura de biparentalidade que influencia o bem-estar das crianças, mas a propensão dos pais que permanecem unidos em serem indivíduos melhor ajustados e ricos em recursos estáveis.

Independente disso, a família biparental tradicional vem dando lugar as mais diversas estruturas, seja pelo aumento de separações, divórcio, seja pelo aumento de famílias monoparentais, ou ainda pelo acréscimo de casais de mesmo sexo e da homoparentalidade.

2.1.6 A pobreza com base na renda das famílias

O tema da pobreza é assunto que vem sendo amplamente discutido, por isso há vários trabalhos de autores que enfrentaram esse desafio. Aqui, nesta seção, o objetivo será apenas contextualizar a situação econômica pelas quais passam as famílias.

A pobreza, apesar de mostrar diminuição nas últimas décadas, é, ainda, um problema de grande dimensão, além de ser um foco importante das políticas

públicas, constituindo-se num dos principais parâmetros de identificação das condições socioeconômicas da população.

Na literatura, várias são as abordagens científicas que buscam caracterizar e mensurar o fenômeno. A evolução do pensamento científico sobre o tema aponta para uma abordagem complexa e multidimensional, articulada em aspectos objetivos e subjetivos. Assim, coexistem diversas maneiras de dimensioná-la, representadas pela expressão da insuficiência de renda disponível para consumo de uma cesta de produtos e serviços básicos, pelas análises ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos e, finalmente, pelos estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa, mas não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas (ROCHA, 2005).

A pobreza como síndrome da insuficiência de renda está vinculada às questões de sobrevivência física e relaciona-se à renda disponível de uma família⁸. O valor dessa renda é menor que um nível estabelecido denominado linha de pobreza⁹, para custear despesas de produtos e serviços considerados básicos para satisfazer as necessidades de sobrevivência. A magnitude da pobreza relaciona-se à quantidade de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita*, abaixo dessa linha e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação a essa linha de pobreza. O estabelecimento desse parâmetro de valor considera o preço e também a quantidade de um conjunto de itens de alimentação, conforme a estrutura da unidade familiar, imbricado de uma conotação relativa, já que as necessidades de cada sociedade incorporam aspectos subjetivos inerentes a ela. Trata-se de uma abordagem de fácil mensuração, além de ser bastante difundida, porém é considerada limitada pela perspectiva vinculada unicamente aos aspectos monetários e pela subjetividade da definição do que representa as necessidades básicas para grupos populacionais diferenciados (WORLD BANK, 2000; CEPAL, 2004; ROCHA, 2005).

⁸ Unidade preferencial de análise.

⁹ Ressalta-se que não existe um consenso do valor monetário das linhas de pobreza no Brasil. Encontram-se na literatura nacional aqueles que utilizam $\frac{1}{2}$ salário mínimo como linha de pobreza e $\frac{1}{4}$ desse salário para mensurar os indigentes. Também, é comum encontrar os que preferem usar as linhas que se diferenciam por Estado do país, determinadas em Rocha (2011).

Diante das limitações da noção de pobreza baseada exclusivamente na renda, surgiu em meados do século XX uma concepção mais ampla centrada nas necessidades básicas em que se identificam as famílias sujeitas à privação absoluta de patamares mínimos de bens e serviços. Bens como roupas, alimentos, abrigo etc. e serviços sanitários, de saúde, de educação etc., necessários à sobrevivência. Essa abordagem multifacetada enfatiza não apenas o caráter multidimensional da pobreza, mas também o reconhecimento da inter-relação entre os diversos tipos de carências (TOWNSEND, 1993; ROCHA, 2005). Contudo, há controvérsias sobre quais necessidades devem ser consideradas essenciais ou relativas. Essenciais seriam aquelas imprescindíveis para a manutenção da vida e compartilhadas por pessoas de diferentes culturas e civilizações. Relativas seriam aquelas que se definem por comparação, uma vez que constituem necessidades a serem supridas apenas quando se considera o padrão de vida vigente em dada realidade socioeconômica (ROCHA, 2005; CODES, 2008).

O conceito de pobreza enquanto privação relativa tem sua fundamentação teórica na inclinação de indivíduos e de famílias em desenvolver certas capacidades essenciais, que lhes permitam exercer direitos elementares ou mesmo constitutivos de cidadania social. As formulações conceituais sobre o tema avançam com as contribuições do economista Amartya Sen. Em seus estudos da década de 1980, Sen inaugurou a perspectiva da pobreza como “privação das capacidades”. A pobreza é entendida como a carência de recursos que impede as pessoas de cumprir algumas atividades básicas, como permanecer vivo e gozar de uma vida digna e saudável, reproduzir e transmitir sua cultura às gerações seguintes, interagir socialmente, ter acesso ao conhecimento, ou gozar de liberdade de expressão e pensamento. Nesse enfoque, a luta contra a pobreza consistiria em não somente identificar, mas também potencializar as capacidades das pessoas para melhorar seu bem-estar (SEN, 1988, 1997; CEPAL, 2004; CODES, 2008).

Ainda que existam diversos conceitos de pobreza, os estudos convergem para o entendimento de um fenômeno complexo e multidimensional - resultado de um processo socioeconômico, cultural e político - em que as diferentes dimensões acabam por interagir de várias maneiras, reforçando-se mutuamente.

Com base nessas abordagens analíticas, um grupo de feministas identificou uma série de fenômenos dentro da pobreza que afetavam de maneira específica as mulheres. Então, foi cunhado o termo *feminização da pobreza* pela socióloga Diana Pearce (1978). Ela indicou o aumento de mulheres entre os pobres e também o crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres.

Ao tomar como objeto de estudo os domicílios chefiados por mulheres – mais precisamente os monoparentais, Pearce e seus seguidores apontaram para as consequências da ausência do homem provedor no domicílio, o que conduziria ao empobrecimento das mulheres e dos seus filhos. Nessa linha, vários trabalhos foram desenvolvidos traçando um rótulo pejorativo entre monoparentalidade e pobreza, incorporando, ainda, a conotação de desorganização familiar (FAVARO, 2009).

As características mais comumente associadas à pobreza (com base na renda) nesses domicílios incluem o perfil da responsável que, além do fato de se tratar de mulheres, encontra-se muitas vezes numa situação de desvantagem com relação a aspectos de capital humano, de categoria ocupacional, de raça e de etnia, do ciclo de vida, dentre outros.

Snyder et al. (2006) detectaram que o índice de pobreza das famílias monoparentais ainda é muito alto, mesmo com a expansão econômica ocorrida na última década. Domicílios em que as mães são negras apresentaram 2,4 vezes mais chances de serem pobres em relação às brancas, além de experimentarem períodos mais prolongados de pobreza. Explicações para as diferenças de renda entre grupos raciais ou étnicos são centradas em estereótipos negativos ligados ao negro no imaginário social e nas relações de trabalho. Assim como em variações de habilidades de trabalho, padrões de trabalho e vida familiar (LITCHER, 1987). A dimensão da pobreza pode se aprofundar quando se vinculam monoparentalidade, sexo e etnia, pois as famílias monoparentais negras podem apresentar menor probabilidade de terem nível educacional elevado e trabalhar em empregos estáveis e bem remunerados. Além disso, elas são mais propensas a serem mães solteiras que criam seus filhos sozinhas por tempo prolongado, o que pressupõe condições de vida ainda mais difíceis para esses grupos (LITCHER, 1987; CARLOTTO, 2005).

Pinheiro et al. (2006) identificaram, explorando a questão da raça no Brasil, quão as mulheres negras são em maior número as responsáveis por famílias do tipo monoparental, em comparação com as mulheres brancas. Entretanto, as brancas tendem a predominar na estrutura unipessoal, o que pode estar relacionado às melhores condições econômicas da população branca em relação à negra. Já Henriques (2002) destacou que, apesar de as mulheres terem nível de escolaridade superior à dos homens, a igualdade salarial só é alcançada com uma diferença de pelo menos cinco anos a mais de escolaridade. Quando a mulher é negra, essa diferença sobe para oito anos, configurando o aspecto discriminatório do mercado de trabalho a despeito da educação e raça.

Hoffman (2000) ainda destacou a localidade geográfica de trabalho, mostrando o quanto as pessoas que trabalham na área urbana são bem mais remuneradas do que aquelas que habitam na área rural. Isso é explicado, por Waquil e Mattos (2002), em razão das raízes históricas, da adoção de modelos macroeconômicos e de políticas de desenvolvimento, pela elevada concentração fundiária somada à baixa rentabilidade das atividades agrícolas, por causa de investimentos insuficientes em capital humano e social e infraestrutura rural, além das dificuldades de consideração da heterogeneidade no meio rural, de questões étnicas e de gênero.

A expressão da fragilidade econômica dos arranjos monoparentais também é resultado do ciclo de vida pelo qual a pessoa responsável pelo domicílio enfrenta. O grupo mais jovem, representado pelas idades entre 15 a 24 anos é, geralmente, formado pelas mães solteiras, com possibilidades altas de virem a se casar no futuro. Muitas residem com os pais ainda vivos por não desfrutarem de autonomia financeira que lhes dê condições de viverem longe da família. O segundo grupo compõe aquelas com idade entre 25 a 39 anos, constituídas por solteiras, divorciadas ou viúvas. Nesse grupo diminui-se a condição de membro de famílias chefiadas por outros, o que sugere o crescimento de alternativas mais autônomas. Porém, enfrentam demandas conflitantes de cuidado dos filhos ainda pequenos e do trabalho fora de casa. O terceiro grupo compreende as mais maduras, com idade de 40 a 59 anos. As mulheres desse grupo possuem grandes chances de estar a mais tempo no mercado de trabalho, tendo maiores possibilidades de sustento, independentemente das famílias de origem. As de idade mais avançada

compreendem aquelas que se encontram acima dos 60 anos, nesse grupo predominam as viúvas. São menos qualificadas que as de menor idade, elas possuem menores capacidades competitivas no mercado de trabalho e muitas delas são aposentadas. Elas organizam seu universo doméstico, já que não dispõem de pais vivos, reduzindo as possibilidades de viverem em famílias chefiadas por outros. Porém, algumas se associam às famílias dos filhos sendo tal alternativa capaz de diminuir as condições de autonomia (OLIVEIRA, 1992).

Entre os principais determinantes da pobreza com base no critério renda, a educação ocupa lugar privilegiado pelo fato de possuir um peso decisivo sobre as chances de integração do indivíduo à sociedade, bem como à sua capacidade de mobilidade ou ascensão social. Para Schwartzman (2004), a educação é o principal instrumento para solucionar os problemas de pobreza, desigualdade e falta de oportunidades, que afetam os segmentos mais pobres. A educação contribui com pelo menos três aspectos nos indivíduos: aumenta a produtividade gerando riqueza, aumenta a oportunidade reduzindo a desigualdade social e também fortalece o capital social gerando confiança, honestidade e credibilidade.

Assim, o nível educacional das mães sozinhas representa a principal limitação de muitas delas, o que pode levá-las à fragilidade econômica, juntamente com os membros dos domicílios as quais dirigem. Os benefícios do investimento em capital humano ajudam a atingir outras dimensões do desenvolvimento, como segurança, alocação de renda mais bem distribuída e inclusão social.

2.2 AS ESTRUTURAS DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS

2.2.1 Processo decisório de consumo

A literatura tem procurado demonstrar o processo decisório de alocação de recursos no interior das famílias, particularmente no que diz respeito às escolhas de consumo e ofertas de trabalho entre seus membros. De forma geral, a literatura reconhece a família como unidade de decisão, em que prevalecem nas concepções de escolhas cotidianas as preferências individuais e o poder de barganha dos indivíduos que

compõem o domicílio (BECKER, 1981; PINHEIRO; FONTOURA, 2007; DOSS, 2011).

Distinguem-se três modelos teóricos para explicar o processo de tomada de decisão nas famílias, no que se refere ao uso dos seus recursos. O denominado modelo unitário remonta aos estudos desenvolvidos por Gary Becker, que pressupõe um comportamento harmonioso entre os membros da família. O segundo modelo admite o conflito intrafamiliar, mas incorpora o poder de barganha e a cooperação no processo decisório, já o terceiro pressupõe não haver nenhuma cooperação ou barganha entre os agentes, sendo o conflito resolvido por mecanismos cujas regras são aceitas pelos parceiros (FEIJÓ; VALENTE, 2003).

Apesar de ser formada por diversos indivíduos com diferentes preferências, no modelo unitário a família age como se fosse um único agente tomador de decisão. Logo, o comportamento quanto às decisões de consumo é o resultado do processo de maximização de uma função de utilidade, que representa a preferência única da família, sujeita a uma restrição orçamentária comum (ALDERMAN et al., 1995; DOSS, 1996; QUISUMBING; MALUCCIO, 1999; FERNANDES, 2005). Neste modelo há o pressuposto introduzido por Becker, em que em toda família existiria um membro altruísta. Ele seria capaz de administrar a renda familiar, além de alocar os recursos em função das necessidades da família ao longo do ciclo de vida e, diante dos períodos de incertezas, garantindo o bem-estar de todos (POLLAK, 2003).

Ainda que esse modelo forneça importantes *insights* sobre o comportamento de consumo do agregado familiar, pouco oferece sobre as alocações de recursos diante das preferências individuais. É por isso que se colocam restrições aos modelos unitários e, uma delas é a hipótese da renda conjunta – *income pooling hypothesis*. Nessa hipótese pressupõe-se que as rendas de todos os membros da família são agregadas num fundo para aquisição de bens de uso comum, isso implica que a individualidade dos agentes geradores da renda não tem efeito nas alocações de recursos da família (FEIJO; VALENTE, 2003). Alguns trabalhos já realizados testaram e rejeitaram essa hipótese e, no caso do Brasil, um dos estudos destacados é o de Thomas (1990). Ele concluiu que a renda familiar sob o controle da mãe tem maior impacto sobre variáveis de saúde familiar do que quando está no controle do pai. Para esse autor, a administração da renda pelas mães aumenta em

20 vezes a chance de sobrevivência dos filhos na infância, isso ocorre pela diferença de direcionamento dos recursos entre indivíduos do mesmo domicílio.

A partir da década de 1980 surgem outras abordagens alternativas as quais relaxam a premissa do modelo unitário para incorporar preferências individuais à tomada de decisão de alocação de recursos domiciliares. São modelos que consideram os domicílios formados por mais de um indivíduo e cada um tem suas preferências em função de suas heterogeneidades. Admitem o conflito e a perspectiva de barganha entre os indivíduos – seja cooperativa, seja não cooperativa –, o que determinará o comportamento econômico da família (ALDERMAN et al., 1995; BROWN, 2009).

Nos modelos de barganha cooperativa, o processo decisório intrafamiliar é visto como o resultado de um jogo de barganha, de forma que cada membro buscará alocar recursos considerando os bens e serviços dos quais valoriza. Os padrões de consumo familiar não dependem mais da renda total, mas dos recursos controlados por cada um dos indivíduos (PINHEIRO; FONTOURA, 2007). Há entre os membros um jogo de negociação em que o resultado será a maximização dos ganhos de utilidade para todos. Modelos de barganha têm sido aplicados a casamentos, onde o casal prioriza a cooperação na solução de problemas. O cálculo no qual os indivíduos fazem em permanecer no casamento ou sair dele tende a governar o processo de barganha entre os cônjuges (ALBERMAN et al., 1995; FEIJÓ; VALENTE, 2003; DOSS, 2013). Fatores exógenos ao casamento podem influenciar a capacidade de negociação no interior dele. Como exemplo, uma política que aumente os salários das mulheres pode aumentar o poder de barganha dentro do domicílio. Da mesma forma, o reforço do direito das mulheres sobre o divórcio dá a elas maior poder de barganha dentro do casamento. Assim, ainda que os indivíduos possuam funções de utilidade diferentes eles alcançam a eficiência de Pareto, isto é, um membro não pode estar melhor tendo o outro parceiro em pior situação (QUISUMBING; MALUCCIO, 1999; FEIJÓ; VALENTE, 2003).

Grande parte das pesquisas com ênfase no processo de barganha no casamento tem implicações intergeracionais significativas. Decisões sobre quanto de recursos alocarem, para a educação e saúde dos filhos ou como direcionar outros ativos ao longo de gerações, tem implicações para a transmissão intergeracional da pobreza e do potencial de mobilidade ascendente ao longo de gerações (DOSS, 2013).

Por fim, há os modelos não cooperativos. Nesse caso, cada indivíduo dentro do agregado familiar maximiza sua própria utilidade, em relação às suas próprias limitações de orçamento. Isso ocorre quando cada membro dentro do domicílio tem seu próprio interesse e age de forma egoísta no processo de tomada de decisão, não chegando a um consenso sobre a alocação eficiente dos recursos domiciliares (ALDERMAN, 1995). Tal modelo não só permite que as pessoas tenham preferências diferentes definidas em relação ao seu próprio lazer e consumo, mas também permite a elas tomarem decisões de consumo e produção, com base em seu próprio trabalho e acesso aos recursos. É consistente com esse modelo o equilíbrio não Pareto eficiente (DOSS, 1996).

Cada um desses modelos foi estruturado para embasar diferentes questões. Cada qual incorpora suas ideias e seus pressupostos, dando suporte para entender e também interpretar o mecanismo por meio do qual as decisões sobre o consumo das famílias são tomadas. Estudar a estrutura, assim como o comportamento dessas unidades de decisão, considerando sua interação com os fenômenos demográficos é importante para orientar e também avaliar propostas e resultados de políticas públicas.

2.2.2. Padrões de consumo e orçamento familiar

Os estudos de orçamentos familiares historicamente se apoiaram nas afirmativas do estatístico Ernest Engel sobre o impacto da renda nos gastos familiares. Na “Lei de Engel” à medida que o rendimento das famílias cresce, o peso das despesas em alimentação tende a diminuir, aumentando, por sua vez, o peso das despesas com outros produtos e investimentos. Tal afirmativa parece óbvia pelo fato de existir mesmo com o aumento da capacidade de aquisição de maior volume de alimentação, um limite de ingestão de quantidade alimentar pelas pessoas. Porém, ela indica outros aspectos importantes: primeiramente, famílias mais pobres investem a maior parte dos seus recursos na satisfação das necessidades vitais como alimentar e, em menor escala, morar e vestir. Nesse caso, sabe-se que em muitas situações a alimentação ingerida não é de alto valor nutricional, o que pode comprometer a saúde e educação das populações mais carentes. Em segundo lugar, quando aumentam os recursos familiares, a proporção de outros dispêndios

além da alimentação passa a fazer parte integrante do orçamento das famílias, como a educação e o lazer (CALLEGARO, 1882 *op. cit.*; CARVALHO, 2010). Estudos como o de Diniz et al. (2007), ao verificarem o gasto mensal familiar *per capita*, enfatizam que os 20% mais pobres gastam, em média, 70% das despesas de consumo em alimentação e habitação. Se acrescentar os dispêndios com vestuário e transporte, os gastos chegam a atingir 84% da renda. Entretanto, para os 50% mais ricos a distribuição das despesas perde importância relativa, diminuindo a participação dos gastos com alimentação, habitação e vestuário. Além disso, à medida que a renda aumenta, crescem em importância os gastos com transporte, educação, recreação e cultura, saúde e também aumento de ativos.

Com base na teoria da “Lei de Engel”, os estudos de orçamento familiar tendem sempre a priorizar a renda como fator principal na composição do orçamento. Como aponta a teoria econômica, a renda é um dos principais condicionantes do consumo, porém não é a única. Ademais, ao tratar de gastos, constatou-se que a demanda das famílias não é por um bem homogêneo, mas por vários produtos, cuja composição se altera com as mudanças no padrão demográfico, nas desigualdades sociais e nas preferências.

No plano demográfico, ressalta-se o ciclo de vida no qual descreve como a renda e padrões de consumo se alteram ao longo da sucessão de etapas que medeiam a formação da família. A teoria do ciclo de vida procura interpretar tais indagações mostrando, como atestaram Xião et al. (2011), os consumidores maximizando suas utilidades ao longo das suas diferentes fases, dado um conjunto de oportunidades de negociação intertemporal. Como exemplo, pode-se verificar as decisões de consumo dependentes do montante total de recursos (renda disponível no momento ou aquela que alcançará no futuro), associadas a preferências e preços relativos.

Tal teoria do ciclo de vida postula ainda que, embora a renda possa ter variações ao longo do tempo, os indivíduos preferem manter o nível de consumo constante ao longo de suas vidas. Esse desejo leva os indivíduos a pouparem (BAEK; HONG, 2004).

A hipótese dessa teoria pressupõe a economia dos consumidores durante seus anos de trabalho para gastarem quando se aposentarem. Embora a teoria do ciclo de vida

seja muito utilizada, há críticas sobre seu fundamento porque ela considera apenas a idade e não o tamanho e a composição familiar (BAEK; HONG, 2004). Porém, estudiosos vêm, recentemente, aperfeiçoando essa teoria incorporando aspectos psicológicos e sociológicos para gerarem previsões mais realistas e que não estejam contempladas nos modelos tradicionais.

Os estágios do ciclo de vida são reconhecidos como ferramenta útil para explicar o comportamento de consumo (WILKIE, 1995). Entretanto, incorporar estágios do ciclo de vida tem sido complicado pela dificuldade em defini-lo devido às divergências em relação às estruturas de suas categorias. Atualmente, a constituição familiar tem-se tornado cada vez mais heterogênea, distanciando-se da formação familiar tradicional. Embora não haja concordância em uma única definição, admite-se que idade, estado civil e presença de crianças no domicílio são componentes necessários para construir os estágios do ciclo de vida e indicar perfis específicos de consumo (BAEK; HONG, 2004). Dominik et al. (2012), ao analisarem o consumo das famílias nos diferentes estágios do ciclo de vida, verificaram que famílias com crianças gastam mais com alimentação, vestuário e recreação. Já no ciclo de vida mais avançado, onde provavelmente há a presença de pessoas em idade elevada, prevaleceram, entre os itens de maior consumo, a saúde, o transporte e o aumento de ativos.

Além do ciclo de vida, a perspectiva de gênero aparece como outra variável capaz de explicar o comportamento de consumo e o orçamento das famílias. Para Pinheiro e Fontoura (2007), argumentos pelos quais visam aumentar a eficácia de algumas políticas públicas defendem a ideia de que as mulheres “gastam melhor” por destinar os recursos para educação, saúde e bem-estar de suas famílias e filhos.

O efeito combinado do empoderamento da mulher e da redução das desigualdades de gênero tem produzido mulheres mais autônomas, enquanto consumidoras, com maior poder de decisão familiar e controle da maior parte das compras. Admite-se que homens e mulheres gastam diferentemente, sobretudo pelos papéis socialmente atribuídos aos indivíduos. Esses gastos se diferem de acordo com o sexo e refletem em suas opções de consumo (PINHEIRO; FONTOURA, 2007; CARVALHO, 2010).

Quisumbing e Maluccio (1999), ao analisarem os recursos controlados pelas mulheres e também pelos homens em Bangladesh, Indonésia, Etiópia e África do Sul, concluíram que suas alocações intrafamiliares diferem significativamente. De forma geral, recursos em poder das mulheres têm efeito significativo sobre as alocações de despesas em educação, assim como em vestuário para os filhos. Já para os homens, especificamente na Etiópia e na Indonésia, a posse de bens sob o seu controle faz com que o consumo de álcool e fumo seja maior.

Todavia, Li e Wu (2011) propuseram um modelo para medir o poder de decisão das mulheres em consumir nutrientes na China. Esse modelo relaciona-se com o sexo do primogênito devido à preferência por filhos homens naquele país, pois quando uma mulher dá à luz a um menino o seu *status* se eleva dentro da família. Nesse caso, há um maior poder de decisão para as mulheres em adquirir e ingerir calorias e proteínas, diminuindo as possibilidades de se apresentarem com baixo peso. Ainda que tais resultados sejam carregados de conotação cultural, a preferência por filhos homens é predominante na Ásia Oriental, havendo, assim, impactos significativos para grande parte da população.

Para a realidade brasileira, destaca-se o estudo de Pinheiro e Fontoura (2007) que, ao utilizarem a POF 2002-2003, avaliaram o padrão de gastos e rendimento de acordo com o sexo do chefe de família. Para essas autoras, o fato de ter um chefe homem ou mulher traz implicações quanto à forma como as famílias administram seus orçamentos. À mulher reflete o consumo dirigido ao cuidado dos outros e do espaço doméstico, enquanto ao homem cabem os gastos ligados à manutenção do veículo e ao transporte. Assim, não só gastos, mas também investimentos de homens e mulheres têm sido apontados como diferenciados. Além disso, estão ligados a diferentes prioridades no domicílio, sendo esses domicílios mantidos por mulheres aqueles com uma melhor distribuição e acesso mais democrático de todos os membros aos recursos. (CARVALHO, 1998).

O consumo depende, ainda, das alterações e distribuição de renda e dos preços dos produtos. No Brasil, várias evidências apontam para mudanças no comportamento de compra dos indivíduos, facilitado pelo controle dos preços que permitiu o aumento da concessão de crédito às pessoas físicas, fazendo com que boa parte da população ganhasse um maior poder de compra. Com isso, as pessoas

diversificaram seu consumo, o que permitiu ampliação do mercado de diversos produtos, ao mesmo tempo em que amorteceu a venda de mercadorias tradicionais (BERTASSO, 2006; MEDEIROS et al., 2006).

Pelos argumentos apresentados, observou-se que os indivíduos comportam-se de formas diferentes e suas decisões poderão levar a *trade-offs* com consequências. As estruturas familiares vão moldando o comportamento de consumo das famílias podendo influenciar as necessidades individuais, bem como as transferências de tempo e de recursos monetários entre os moradores (MEDEIROS; OSORIO, 2002).

3 BASE DE DADOS E MÉTODO

Para a realização deste trabalho, foram utilizados dados de duas pesquisas realizadas pelo IBGE: a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Optou-se por essas duas fontes por fornecerem dados¹⁰ diferenciados que complementam as informações necessárias para atender os objetivos propostos.

A PNAD possibilitou caracterizar a situação socioeconômica dos domicílios de interesse em quatro pontos no tempo. Elegeu-se uma série quinquenal com início em 1996 e término em 2011. O ano de 1996 coincidiu com o início do período pós-estabilização do Plano Real¹¹; e o de 2011 considerou os dados disponíveis mais recentes no momento do início desta pesquisa. Os anos 2001 e 2006 foram os intermediários entre 1996 e 2011. Essa base forneceu, ainda, as variáveis de renda, o que, de acordo com DINIZ et al. (2007), por ser mais expressiva tem a vantagem de alcançar maior precisão na mensuração das rendas que não sofrem variações durante o ano, como as rendas de aposentadoria e pensões, e do trabalho e de empregos formalizados.

A POF permitiu identificar a estrutura dos gastos de acordo com a composição domiciliar. Os dados utilizados neste trabalho foram do biênio 2008-2009.

3.1 PNAD

A PNAD foi implantada progressivamente no Brasil desde 1967, com o objetivo de produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios, estruturado em temas gerais (educação, trabalho, rendimento e habitação) e específicos (migração, fecundidade, nupcialidade, saúde etc.). As especificidades são incluídas no sistema em razão das necessidades de abordagens relevantes para o país. A

¹⁰ Todo o processo de tratamento do banco de dados, construção de variáveis e análise foi feito através do programa estatístico STATA – *Data Analysis and Statistical Software*, versão 12.

¹¹ De acordo com Rocha (2013), considera-se este período de maior estabilidade nos preços e na renda dos brasileiros.

partir de 1971, os levantamentos passaram a serem anuais com interrupções nos anos de realização dos Censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; e em 1994, por razões excepcionais (IBGE). O plano de amostragem da PNAD é realizado por meio de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em três estágios de seleção: unidades primárias (municípios); unidades secundárias (setores censitários); e unidades terciárias (unidades domiciliares: particulares e coletivos). O desenho amostral da pesquisa possibilita a expansão dos seus resultados para Brasil, grandes regiões, unidades da federação e nove regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). Isso, porém, não garante representatividade da amostra para níveis geográficos menores, como município, distrito, setores censitários e demais regiões metropolitanas (IBGE).

O número de domicílios abrangidos pelas PNADs, que foram utilizados nesta tese, bem como o número de pessoas que residem nesses domicílios, é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Amostra de domicílios e pessoas pesquisadas pelas PNADs – Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011

	1996	2001	2006	2011
Domicílios	105.059	126.858	145.547	146.207
Pessoas	331.263	378.837	410.241	358.919

Fonte: Dados IBGE - PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Após o recorte e a eliminação dos domicílios que não foram de interesse para esta pesquisa, a amostra ficou constituída conforme está evidenciada na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição amostral dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e biparentais - Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011

Arranjos domiciliares	1996		2001		2006		2011		1996-2001-2006-2011	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Monoparental	8.618	16,05	11.615	18,28	14.000	20,10	13.518	21,82	47.751	19,19
Sem extensão										
Com criança	4.206	7,83	5.378	8,47	5.979	8,58	5.343	8,63	20.906	8,40
Com adulto	3.129	5,83	4.467	7,03	5.814	8,35	6.079	9,81	19.489	7,83
Com extensão										
Com criança	710	1,32	840	1,32	938	1,35	795	1,28	3.283	1,32
Com adulto	573	1,07	930	1,46	1.269	1,82	1.301	2,10	4.073	1,64
Biparental	45.085	83,94	51.879	81,69	55.656	79,89	48.399	78,13	201.019	80,77
Sem extensão										
Com criança	34.853	64,89	38.491	60,61	39.164	56,22	32.764	52,89	145.272	58,38
Com adulto	6.620	12,33	9.318	14,67	12.318	17,68	11.866	19,16	40.122	16,12
Com extensão										
Com criança	2.794	5,2	2.963	4,67	2.847	4,09	2.331	3,76	10.935	4,39
Com adulto	818	1,52	1.107	1,74	1.327	1,90	1.438	2,32	4.690	1,88
Total	53.703	100,00	63.494	100,00	69.656	100,00	61.917	100,00	248.770	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE - PNAD 1996, 2001, 2006 e 2011.

Ressalta-se que os bancos de dados das quatro PNADs utilizadas nesta tese foram organizados de forma independente e empilhados. Na forma independente foram construídas as variáveis de interesse no ano de 1996, atentando para que cada uma fosse correspondente à variável dos demais anos subsequentes. Este formato foi utilizado quando se desejava avaliar a evolução dos arranjos domiciliares no contexto brasileiro ao longo de 15 anos. Já a forma empilhada foi utilizada quando se desejava obter a média de determinada variável ao longo de quinze anos, construindo, assim, um banco único com os quatro anos¹².

3.1.1 Variáveis utilizadas para a caracterização sociodemográfica

As seguintes variáveis foram construídas para descrever as características dos domicílios monoparentais e biparentais, com e sem extensão familiar: número de moradores (definido como o total de pessoas que moram no domicílio); número de filhos (definido como o total de indivíduos que são filhos da pessoa de referência ou do cônjuge e moram no domicílio); número de idosos (definido como o total de pessoas ≥ 60 anos que moram no domicílio); número de parentes (definido como o total de indivíduos que são parentes da pessoa de referência ou do cônjuge e moram no domicílio); posse de bens (definida como a posse de produtos e, ou serviços no domicílio, como casa própria, água encanada, banheiro, energia elétrica, geladeira, telefone, fogão, filtro, rádio, televisão e máquina de lavar); localização regional (definida como a região onde o domicílio está inserido, podendo ser norte, nordeste, sudeste, centro-oeste e sul); raça (definida como branco e não branco); situação censitária (definida como rural e urbana); idade do chefe (calculada com base na data de nascimento e medida em anos completos); escolaridade do chefe (definida pelos anos de estudo que variou de 1 a 17) e condição de ocupação do chefe do domicílio (definida como ocupado, desempregado e inativo. Definiu-se como ocupado o indivíduo em que sua condição de atividade na semana de referência era economicamente ativo e ocupado. Como desempregado, considerou-se o indivíduo em que sua condição de atividade na semana de referência era

¹² A forma empilhada justifica-se nesta tese, principalmente, para as variáveis que de acordo com a literatura são mal declaradas como, por exemplo, a renda. Pressupôs-se que uma má declaração num determinado ano possa ser compensada nos demais anos obtendo-se, assim, uma média mais próxima da realidade.

economicamente ativo e desocupado. Já como inativo o indivíduo em que sua condição de atividade na semana de referência era não economicamente ativo).

3.1.2 Variáveis utilizadas para a composição dos rendimentos

No Quadro 1, a seguir, são especificadas as variáveis de rendimento utilizadas para compor a renda total dos arranjos de interesse desta tese. O somatório das variáveis de rendimento contempladas no domicílio dividido pelo seu número de moradores determinou a “renda domiciliar *per capita*¹³” dos arranjos de relevância para este trabalho.

Quadro 1 – Variáveis de rendimento e sua descrição

Variável	Descrição
rend_tra_pp	Rendimento mensal oriundo do trabalho principal
rend_nmon_tra_pp	Rendimento mensal em valor dos produtos ou mercadorias recebidas no trabalho principal
rend_tra_sec	Rendimento mensal oriundo do trabalho secundário
rend_nmon_tra_sec	Rendimento mensal em valor dos produtos ou mercadorias recebidas no trabalho secundário
rend_outros_tra	Rendimento mensal oriundo dos outros trabalhos
rend_nmon_outros_tra	Rendimento mensal em valor dos produtos ou mercadorias recebidas nos outros trabalhos
rend_mes_apos	Rendimento mensal oriundo de aposentadoria de instituto de previdência ou governo federal
rend_mes_pensao	Rendimento mensal oriundo de pensão de instituto de previdência ou governo federal
rend_out_apos	Rendimento mensal oriundo de outros tipos de aposentadoria
rend_out_pensao	Rendimento mensal oriundo de outros tipos de pensão
rend_abo_per	Rendimento mensal de abono de permanência
rend_mes_alu	Rendimento mensal de aluguel
rend_mes_doa	Rendimento mensal de doações
rend_jur_pou	Juro mensal de caderneta de poupança e outras aplicações

Fonte: Dados básicos. IBGE- PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

¹³ A variável de rendimentos foi deflacionada pelo deflator para rendimentos da PME, conforme a recomendação de Corseuil e Foguel (2002).

3.2 POF

Utilizou-se nesta tese a POF em razão da sua riqueza de informações sobre aspectos que envolvem a estrutura orçamentária, como despesas e rendimentos dos domicílios brasileiros. A variedade de informações da POF possibilita a análise da composição dos gastos de acordo com os rendimentos e a estrutura familiar, bem como o perfil das condições de vida dos diferentes arranjos a partir da análise de seus orçamentos (IBGE, 2010). Para esta tese, optou-se pela pesquisa mais recente realizada pelo IBGE, correspondente ao biênio 2008-2009.

Os objetivos da POF são permitir a atualização da base de ponderação dos índices de preços de cada instituto e prover informações sobre a pauta de consumo e gastos com produtos e serviços. Tais informações se prestam a subsidiar estudos sobre mudanças de estruturas de despesas familiares e sobre o custo de vida relativo de cada item de gasto no orçamento doméstico (saúde, educação etc.). Além disso, permitem atualizar a composição e o valor da cesta básica de alimentos dos programas voltados para a questão da pobreza (DINIZ et al., 2007).

A POF 2008-2009 foi uma pesquisa realizada por amostragem em todo o território nacional entre os dias 19/05/2008 e 18/05/2009. Foram investigados domicílios particulares permanentes. O desenho da amostra foi estruturado, dando representatividade para o Brasil, grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste) e áreas urbana e rural. Para as Unidades de Federação os resultados contemplam o total e a situação urbana. Nas regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) e nas capitais das Unidades de Federação, os resultados correspondem à situação urbana. No domicílio, foi identificada a unidade básica da pesquisa, denominada unidade de consumo, que compreendeu um único morador ou um conjunto de moradores que compartilhava da mesma fonte de alimentação ou das despesas com moradia. Essa unidade de consumo equivaleu, na POF, ao termo “família” (IBGE, 2010).

A POF 2008-2009 foi a terceira pesquisa que o IBGE realizou no Brasil. A primeira com ênfase nos rendimentos e no consumo da população foi o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), realizada em meados de 1970 e que se destacou

pela profundidade e cobertura, sendo considerada referência nas pesquisas sociais do país. Em razão do seu alto custo, adaptou-se a POF, de caráter menos detalhista, porém com fonte de dados mais direcionada ao consumo e aos rendimentos (DINIZ et al., 2007).

Ao todo, a POF 2008-2009 compreendeu sete questionários. O primeiro, POF-1, foi relativo às características do domicílio e dos moradores; o segundo, POF-2, tratou das despesas coletivas, ou seja, foram investigados os dispêndios com serviços públicos, aluguéis, taxas, decoração, melhorias e reformas do domicílio, bens de consumo duráveis e serviços domésticos; o terceiro, POF-3, também conhecido como caderneta de despesa, apurou os gastos diários da unidade de consumo e de seus membros individualmente, com produtos alimentares, de higiene e limpeza; o quarto, POF-4, referiu-se às despesas individuais, como vestuário, saúde, educação, higiene pessoal, transporte etc.; o quinto, POF-5, investigou os rendimentos em que foram captadas as diversas modalidades de renda, provenientes do trabalho, de transferências, das vendas e dos aluguéis e das aplicações financeiras, bem como as respectivas deduções (impostos, taxas e outras deduções); o sexto, POF-6, buscou informações sobre a avaliação das condições de vida; e o último, POF-7, averiguou o bloco de consumo alimentar pessoal.

Nas datas de referência para obtenção das informações sobre despesas, considerou-se que gastos de menor valor ocorrem com maior frequência; e os de maior, geram memória em longo prazo. Assim, foram estipulados quatro períodos de referência para obtenção das informações: 7 dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, variando de acordo com a frequência e o valor da aquisição. Quanto aos rendimentos, foi utilizado um período de 12 meses para seu registro.

3.2.1 Estrutura da POF

A POF 2008-2009 apresenta suas informações distribuídas em 16 tipos de registros, equivalentes a banco de dados individuais. Ao todo, a amostra da POF 2008-2009 abrangeu 55.970 domicílios, onde residiam 190.155 pessoas. No Quadro 2, apresenta-se a descrição de cada registro, bem como aqueles que foram e os que não foram usados neste estudo.

Quadro 2 – Descrição dos registros e relação dos escolhidos para o estudo

Nº do registro	Tipo de registro	Descrição	Uso
1	Domicílio	Registros gerais sobre os domicílios	sim
2	Pessoas	Registros das características de todos os moradores do domicílio	sim
3	Pessoas – Imputação	Registros de imputação das variáveis de pessoas	não
4	Condições de vida	Registros de condições de vida da UC	não
5	Inventário de bens duráveis	Registros sobre as quantidades e aquisição de bens duráveis	não
6	Despesas de 90 dias	Registros das despesas de aquisição coletiva em um período de referência de 90 dias	sim
7	Despesas de 12 meses	Registros das despesas de aquisição coletiva em um período de referência de 12 meses	sim
8	Outras despesas	Registros de despesas não incluídas nos registros 5 e 6	sim
9	Despesas com serviços domésticos	Registros das despesas com serviços domésticos	sim
10	Aluguel estimado	Registros dos valores de aluguel estimado	sim
11	Caderneta de despesas	Registros das aquisições de uso comum na UC	sim
12	Despesa individual	Registros das despesas caracterizadas de uso ou finalidade individual	sim
13	Despesa com veículos	Registros das despesas com aquisição de veículos	sim
14	Rendimentos e deduções	Registros sobre rendimentos recebidos e deduções do trabalho principal	sim
15	Outros rendimentos	Registros sobre rendimentos e recebimentos não derivados do trabalho principal	sim
16	Consumo alimentar	Registros das quantidades de alimento consumidas	não

Fonte: Dados básicos. IBGE – POF, 2008-2009.

3.2.2 A construção dos arranjos domiciliares

Para definição dos arranjos domiciliares¹⁴, utilizou-se o banco de Pessoas - Registro 2 do Quadro 2. Inicialmente, criou-se a variável “tipo de domicílio”¹⁵. Essa variável utiliza informações que classificam cada membro do domicílio com a pessoa de referência. No Quadro 3, está evidenciado como é definida essa relação.

Com base nessa classificação, os domicílios foram categorizados por: (i) unipessoais; (ii) casal sem filhos; (iii) casal com filhos; (iv) monoparentais; (v) famílias estendidas, em que, além do núcleo, há outros parentes; e (vi) domicílios compostos, onde se agregam ao núcleo familiar não parentes, podendo haver ou não também outros membros familiares.

Quadro 3 – Condição na unidade domiciliar em relação à pessoa de referência

Posição no domicílio	Condição na unidade domiciliar
Pessoa de referência	Pessoa responsável pela unidade domiciliar ou que assim fosse considerada pelos demais membros
Cônjuge	Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não o vínculo matrimonial
Filho	Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge
Outro parente	Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge
Agregado	Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar, nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação
Pensionista	Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação
Empregado doméstico	Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar
Parente do empregado doméstico	Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar

Fonte: Notas metodológicas. IBGE – POF, 2008-2009.

¹⁴ Embora a construção dos arranjos domiciliares seja especificada nesta tese apenas na POF, vale ressaltar que o mesmo procedimento foi feito para as PNADs de 1996, 2001, 2006 e 2011. Assim como na POF, os arranjos domiciliares foram construídos utilizando o arquivo de Pessoas.

¹⁵ Para a construção dessa variável, utilizou-se o padrão adotado pelo IPUMS que cria e codifica a variável HHTYPE para permitir comparações internacional e intertemporal.

A desagregação da variável “tipo de domicílio” deu origem à outra variável denominada “tipo de domicílio detalhado” que possibilitou fazer o recorte dos domicílios de interesse desta pesquisa. Após a desagregação, eliminaram-se os domicílios que fogem aos interesses deste estudo. São eles: (i) unipessoais; (ii) aqueles que não tinham filhos; (iii) aqueles que tinham não parente¹⁶ em sua composição. Restaram, assim, os domicílios biparentais e monoparentais com e sem parentes que determinam os arranjos de interesse deste estudo. Adicionalmente, os arranjos biparentais e monoparentais foram ainda mais desagregados. Para isso, utilizaram-se as variáveis “idade” e “sexo”, sendo o desenho final constituído como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Arranjos domiciliares e sua composição

Arranjos domiciliares	Composição
Monoparental	
Sem extensão	
Com criança	Mãe e filho, sendo a idade de pelo menos um filho < 16 anos
Com adulto	Mãe e filho, sendo a idade do(s) filho(s) >= 16 anos
Com extensão	
Com criança	Mãe, filho e extensão familiar, sendo a idade de pelo menos um filho < 16 anos e extensão >=16 anos
Com adulto	Mãe, filho e extensão familiar, sendo a idade do filho e da extensão >= 16 anos
Biparental	
Sem extensão	
Com criança	Pai, mãe e filho, sendo a idade de pelo menos um filho < 16 anos
Com adulto	Pai, mãe e filho, sendo a idade do(s) filho(s) >= 16 anos
Com extensão	
Com criança	Pai, mãe, filho e extensão familiar, sendo a idade de pelo menos um filho < 16 anos e extensão >=16 anos
Com adulto	Pai, mãe, filho e extensão familiar, sendo a idade do filho e da extensão >= 16 anos

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

¹⁶ Não parente correspondeu aos agregados, pensionistas, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. A presença destes elementos configura-se uma estrutura complexa no domicílio que não é do interesse desta pesquisa. De acordo com Medeiros e Osório (2000), os arranjos domiciliares no Brasil são predominantemente familiares, com a maior parte da população possuindo algum tipo de parentesco com o chefe, o que faz com que a classificação dos arranjos domiciliares segundo a presença de Não Parentes seja necessária apenas em estudos específicos.

Optou-se por trabalhar apenas com os arranjos monoparentais chefiados por mulheres. Os chefiados por homens foram excluídos por causa da sua pequena representatividade, como se evidencia na Tabela 6. Quanto aos arranjos biparentais, embora tenha apresentado, também, representatividade reduzida para os chefiados por mulheres, não foi feito nenhum recorte nesse arranjo. Considerou-se, nesse caso, que há dificuldades na declaração da pessoa de referência pelos membros do domicílio, já que depende da subjetividade do respondente; e os critérios para seu apontamento são questionáveis. Assim, caso fossem cortados, os resultados poderiam ser viesados.

Tabela 6 – Distribuição dos arranjos monoparentais e biparentais em relação ao sexo do chefe - Brasil, 2008-2009

Arranjos domiciliares	Pessoa de referência		Total
	Masc.	Fem.	
Monoparental			
Sem extensão			
Com criança	10,17	89,83	100,00
Com adulto	13,31	86,69	100,00
Com extensão			
Com criança	8,35	91,65	100,00
Com adulto	11,96	88,04	100,00
Biparental			
Sem extensão			
Com criança	89,05	10,95	100,00
Com adulto	89,65	10,35	100,00
Com extensão			
Com criança	85,13	14,87	100,00
Com adulto	87,22	12,78	100,00
Total	75,78	24,22	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE – POF, 2008-2009.

Após todos os recortes mencionados anteriormente, a amostra foi constituída conforme apresentada na Tabela 7. O peso amostral, ou fator de expansão de cada domicílio, permitiu que se obtivessem as estimativas das variáveis da pesquisa para todo o universo, dando representatividade para análises das regiões metropolitanas,

áreas rurais e urbanas das grandes regiões e populações totais e urbanas dos estados.

Ressalta-se que foi focalizada a existência de filhos e parentes com idades inferiores a 16 anos e igual ou superior a 16 anos, pois considerou-se que a presença de menores no domicílio influenciaria a quantidade e o tipo de produtos e serviços demandados pelos diferentes arranjos, influenciando as despesas e, conseqüentemente, a disponibilidade e o uso da renda. O corte de 16 anos atendeu aos critérios da Constituição Federal (Art. 7º, inc. XXXIII de 1998) e da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto Lei nº 5.452 de 01/05/1943) que reconhecem a necessidade de proibir o trabalho infantil, estabelecendo a idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho.

Tabela 7 – Distribuição amostral dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e biparentais – Brasil, 2008-2009

Arranjos domiciliares	Frequência	%
Monoparental		
Sem extensão		
Com criança	2.876	9,04
Com adulto	2.487	7,82
Com extensão		
Com criança	395	1,24
Com adulto	467	1,47
Biparental		
Sem extensão		
Com criança	18.943	59,56
Com adulto	4.874	15,32
Com extensão		
Com criança	1.247	3,92
Com adulto	516	1,63
Total	31.805	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

3.2.3 A construção das variáveis de consumo

Para a construção das variáveis de consumo, foram utilizados alguns dos registros apresentados no Quadro 2. São eles: registro 06 (despesas de 90 dias), registro 07 (despesas de 12 meses), registro 08 (outras despesas), registro 09 (despesas com serviços domésticos), registro 11 (caderneta de despesas), registro 12 (despesas individuais) e registro 13 (despesas com veículos).

Os registros utilizados nesta pesquisa foram organizados individualmente. Em cada um, foram identificadas as variáveis de interesse e construídas as variáveis adicionais; posteriormente, todos os arquivos foram mesclados a fim de formar um banco único. O Plano Tabular¹⁷ do IBGE foi utilizado como base; entretanto, posteriormente, foi construído o plano tabular apropriado a esta pesquisa. Com isso, os resultados podem divergir de outros divulgados pela POF e por outras pesquisas similares. O banco final criado contém as variáveis do Quadro 5.

A construção da variável “despesa domiciliar *per capita*” foi obtida por meio da soma dos diversos dispêndios monetários e não monetários médios mensais de todos os indivíduos residentes no domicílio, dividido pelo número de moradores do domicílio.

¹⁷ Trata-se da agregação dos itens de consumo e renda que dão origem a codificação da base de dados.

Quadro 5 – Variáveis de despesas geradas a partir da POF 2008-2009

Variáveis de despesas geradas	
Despesas com alimentação	Despesas totais com alimentação
Despesas com habitação	Despesas com serviços e taxas Despesas com manutenção do lar Despesas com condomínio Despesas com aluguel Despesas com mobiliário, eletroeletrônicos e artigos do lar
Despesas com vestuário	Despesas com roupas pessoais Despesas com tecidos e armarinhos Despesas com calçados Despesas com joias e bijuterias
Despesas com transporte	Despesas com transporte urbano Despesas com combustível Despesas com aquisição de veículos Despesas com viagens esporádicas Despesas com manutenção e acessórios Despesas com outros
Despesas com higiene e cuidados	Despesas com produto pessoal Despesas com produtos diversos
Despesas com saúde	Despesas com remédios Despesas com plano de saúde Despesas com consulta e tratamento Despesas com hospitais, exames e cirurgias Despesas com outros
Despesas com educação	Despesas com livros e artigos Despesas com cursos Despesas com outros
Despesas com recreação e cultura	Despesas com livros e revistas não didáticas Despesas com esporte Despesas com brinquedos e jogos Despesas com outros
Despesas com fumo	Despesas totais com fumo
Despesas com serviços pessoais	Despesas com cabelereiro/manicure Despesas com consertos pessoais Despesas com outros
Despesas diversas	Despesas com jogos e apostas Despesas com comunicação Despesas com serviços profissionais Despesas com festas Despesas com imóveis de uso ocasionais Despesas com outras
Despesas correntes	Despesas com serviços bancários Despesas com previdência Despesas com pensões Despesas com impostos Despesas com outras
Despesas com aumento de ativos	Despesas com imóveis Despesas com outros investimentos Despesas com aquisição e reforma
Despesas com diminuição do passivo	Despesas com empréstimo Despesas com prestação de imóveis

Fonte: Dados básicos. IBGE-POF, 2008-2009.

3.3 MÉTODO

A manipulação dos dados compreendeu a análise descritiva da estrutura orçamentária, que diz respeito à renda, à posse de bens e aos dispêndios agregados e por itens dos arranjos investigados. Na sequência, apreendeu, de forma sintética, a pauta de gasto dos domicílios monoparentais e biparentais nos componentes indicadores de investimento nos filhos crianças que esta tese busca caracterizar.

3.3.1 Para determinar a estrutura orçamentária

3.3.1.1 Renda, posse de bens e dispêndio agregado dos arranjos domiciliares

Diante do interesse em ordenar os arranjos domiciliares segundo a renda, a posse de bens e o dispêndio agregado, estimou-se o valor predito desses parâmetros para os diferentes arranjos. Para isso, buscou-se inicialmente a equação que explica a variação da variável dependente pela variação dos níveis das variáveis independentes. O método adotado foi o dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)¹⁸. Trata-se de uma técnica que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados. Assim, dada a equação:

$$Y_i = \hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_2 X_i + \hat{u}_i \quad (1)$$

em que \hat{Y}_i é o valor estimado e

$$\begin{aligned} \hat{u}_i &= Y_i - \hat{Y}_i \\ &= Y_i - \hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_2 X_i \end{aligned} \quad (2)$$

tem-se que \hat{u}_i (resíduos) são as diferenças entre os valores observados de Y e os estimados. O MQO adota o critério dos mínimos quadrados de tal modo que:

¹⁸ Método atribuído ao matemático alemão Carl Friedrich Gauss.

$$\sum \hat{u}_i^2 = \sum (Y_i - \hat{Y}_i) \quad (3)$$

$$= \sum (y_i - \hat{\beta}_1 - \hat{\beta}_2 X_i) \quad (4)$$

seja o menor possível. Ao elevar os \hat{u}_i^2 ao quadrado, esse método tenta ajustar a melhor reta, minimizando a soma dos quadrados das diferenças entre a curva ajustada e os resíduos. O método admite como requisitos a linearidade nos parâmetros, a independência dos resíduos e a aleatoriedade de sua distribuição (GUJARATI, 2006).

No primeiro exercício, combinou-se o perfil de rendimentos e dos gastos por arranjo domiciliar. A variável dependente incluída no modelo, bem como as explicativas, está especificada no Quadro 6. A escolha das variáveis de controle privilegiou as características demográficas e socioeconômicas, que, de acordo com a teoria, explicam as variações na renda e nos gastos dos arranjos investigados.

Estimou-se, no segundo exercício, o índice que ordena a posse de bens, dado os diferentes arranjos. Gerou-se, nesse caso, a variável dependente representada por uma escala aditiva padronizada com uma análise de consistência interna medida pelo *Alpha de Cronbach*.

A escala construída partiu dos escores de itens presentes no domicílio. Esses itens foram organizados no formato de *dummies* para posse de casa própria, água canalizada, banheiro, iluminação elétrica, telefone, fogão, filtro, rádio, televisão, geladeira e lavadora de roupas (sendo 1 para presença e 0 para ausência desses serviços e, ou, equipamentos no domicílio). Cada um desses itens foi transformado em uma variável padrão. Padronizar os valores de uma variável significa subtrair de cada valor original a sua média e dividir o resultado pelo seu desvio padrão. Por ser padronizada, a escala pode apresentar valores negativos, nulos e positivos; porém, quanto maior o valor, maior o escore na escala de posse.

Quadro 6 – Sequência de modelos estimados para análise da renda e do dispêndio por arranjo domiciliar

Modelos	Variável dependente	Variáveis explicativas
Modelo 1	Renda mensal domiciliar <i>per capita</i>	Monoparental sem extensão e criança Monoparental sem extensão e adulto Monoparental com extensão e criança Monoparental com extensão e adulto Biparental sem extensão e criança Biparental sem extensão e adulto Biparental com extensão e criança Biparental com extensão e adulto Situação censitária Localização regional Raça Idade do chefe Escolaridade do chefe
Modelo 2	Gasto mensal domiciliar <i>per capita</i>	Monoparental sem extensão e criança Monoparental sem extensão e adulto Monoparental com extensão e criança Monoparental com extensão e adulto Biparental sem extensão e criança Biparental sem extensão e adulto Biparental com extensão e criança Biparental com extensão e adulto Situação censitária Localização regional Raça Idade do chefe Escolaridade do chefe Renda mensal domiciliar

Fonte: Dados básicos. IBGE – PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011 e POF, 2008-2009.

Para avaliar a confiabilidade da consistência interna da escala, estimou-se o *Alpha de Cronbach*. Tal confiabilidade foi avaliada pelas correlações interitens ou covariâncias para grupos de variáveis. A pontuação *alpha* varia entre 0 e 1,0. O limiar 0,7 é considerado aceitável. Abaixo desse valor, a consistência interna da escala é considerada baixa. Por outro lado, o valor máximo esperado é 0,9, sendo considerado acima desse valor redundância de itens. O valor de *alpha* é influenciado tanto pelo número de itens que compõem uma escala como pelo tamanho da amostra. Números elevados de itens fazem aumentar a variância, resultando em um valor superestimado da consistência da escala. Da mesma forma, quanto maior o número de observações, maior é a variância esperada. Na Tabela 8, apresenta-se a

pontuação *alpha* estimada equivalente a 0,7124, de acordo com os itens presentes no domicílio.

Tabela 8 – Pontuação *alpha* para a escala gerada de acordo com os itens presentes nos domicílios

Itens	Obs	Item-test correlation	Item-rest correlation	Average interitem correlation	Alpha
Condição ocupação	248837	0,2538	0,0771	0,2153	0,7329
Água canalizada	248837	0,4092	0,2446	0,1960	0,7092
Banheiro	248837	0,6327	0,5055	0,1683	0,6693
Iluminação	248837	0,6176	0,4871	0,1702	0,6722
Telefone	248837	0,5731	0,4334	0,1757	0,6806
Fogão	248837	0,4773	0,3215	0,1876	0,6978
Filtro	248837	0,3279	0,1557	0,2061	0,7220
Rádio	248837	0,4047	0,2396	0,1966	0,7099
TV cor	248837	0,6724	0,5547	0,1634	0,6613
Geladeira	248837	0,7119	0,6046	0,1584	0,6531
Máquina de lavar	248837	0,5066	0,3552	0,1839	0,6927
Test scale				0,1838	0,7124

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

O procedimento de estimação do *alpha* considera X como sendo uma matriz $n \times k$, em que cada linha n representa um domicílio e cada coluna k , um item. O coeficiente *alpha* é mensurado de acordo com a equação:

$$\alpha = \frac{k}{k-1} = \left[\frac{\sigma_t^2 - \sum_{i=1}^k \sigma_i^2}{\sigma_t^2} \right] \quad (5)$$

em que σ_i^2 corresponde à variância de cada item e σ_t^2 é a soma de todas as variâncias. Se há consistência nos itens quantificados, então σ_t^2 terá um valor em que α tende a um. Em contrapartida, itens quantificados ao acaso fazem com que σ_t^2 seja comparável com a soma das variâncias individuais σ_i^2 , fazendo com que o α tenda a zero.

Em seguida, combinou-se a escala de posse de bens *alpha* por arranjo domiciliar. A variável dependente incluída no modelo, bem como as explicativas está especificada no Quadro 7.

Quadro 7 – Modelo estimado para análise da posse de bens por arranjo domiciliar

Modelos	Variável dependente	Variáveis explicativas
Modelo 3	Escala de posse <i>alpha</i>	Monoparental sem extensão e criança Monoparental sem extensão e adulto Monoparental com extensão e criança Monoparental com extensão e adulto Biparental sem extensão e criança Biparental sem extensão e adulto Biparental com extensão e criança Biparental com extensão e adulto Situação censitária Localização regional Raça Idade do chefe Escolaridade do chefe

Fonte: Dados básicos. IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Para validar o uso de tais modelos, realizaram-se testes empíricos, que estão descritos sumariamente a seguir:

Variance Inflation Fator (VIF): esse teste auxilia na detecção da multicolinearidade, que representa um problema no ajuste do modelo podendo causar impactos na estimativa dos parâmetros. É uma medida do grau em que cada variável independente é explicada pelas demais variáveis independentes e é calculado pela equação:

$$VIF = 1/1-R^2$$

Gujarati (2006) sugeriu que o valor limite do VIF para estabelecer se uma variável não é colinear é 4; se esse valor ultrapassar a 10, a variável é considerada altamente colinear.

Teste de White: Esse teste avalia a heterocedasticidade ou dispersão dos dados perante um modelo regredido. A presença da heterocedasticidade viesia os coeficientes estimados dos erros-padrão devendo, então, ser corrigida. A hipótese

nula é dada por ausência de heterocedasticidade. Os erros-padrão dos coeficientes estimados foram corrigidos pelo estimador Huber & White através da opção *robust* no comando da regressão.

3.3.1.2 Dispêndio por itens de consumo dos arranjos domiciliares

No terceiro exercício, buscou-se um método que represente a alocação dos recursos das famílias, diante dos diversos tipos de despesas domiciliares e da restrição orçamentária. Propôs-se, nesse caso, o sistema de equações aparentemente não relacionado (*Seemingly Unrelated Regressions* – SUR) por se tratar de um sistema linear de modelos de equações com erros que são correlacionados entre equações para um dado indivíduo, mas não estão correlacionados entre indivíduos. (ZELLNER, 1962). Assim, dada a restrição orçamentária inerente à realidade das famílias, a decisão em alocar recursos em um determinado item de despesa pode comprometer os outros itens de despesa no domicílio.

Sua técnica permite estimar um conjunto de parâmetros para um sistema de equações considerando heterocedasticidade e correlação contemporânea entre os termos de erro das equações (ZELLNER, 1962). Por isso, o método que oferece o melhor estimador para o modelo é o de Mínimos Quadrados Generalizados, que modela a função de heterocedasticidade e utiliza os dados para estimar os parâmetros desconhecidos do modelo. Nesse caso, o método Mínimos Quadrados Ordinários perde a eficiência por não considerar a informação relevante da correlação dos erros entre equações distintas, o que levaria a estimadores viesados.

A especificação geral do sistema de regressões não relacionadas consiste em $j=1...m$ equações de regressão linear para $i=1...N$ indivíduos. A j_{th} equação para o indivíduo i é:

$$y_{ij} = x'_{ij}\beta_j + u_{ij}$$

Com todas as observações, o modelo para a j_{th} equação pode ser escrito como:

$$y_j = x'_j\beta_j + u_j$$

Podem-se unir as m equações dentro de um modelo SUR:

$$\begin{bmatrix} y_1 \\ \vdots \\ y_m \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} x_1 & \cdots & 0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ 0 & \cdots & x_m \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \beta_1 \\ \vdots \\ \beta_m \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} u_1 \\ \vdots \\ u_m \end{bmatrix}$$

Assume-se que o termo de erro é igual a zero e são independentes entre os indivíduos. Para um dado indivíduo, os erros são correlacionados através da equação:

$$E(u_{ij}u_{ij}' | x) = \sigma_{jj} \text{ e } \sigma_{jj'} \neq 0 \text{ em que } j=j'$$

O termo de erro u_j satisfaz as seguintes suposições:

- Média do termo de erro: $E(u_j | x) = 0$
- Variância do termo de erro: $E(u_j u_j' | x) = \sigma_{jj} I_N$
- Covariância dos termos de erro em torno das equações j e j' : $E(u_j u_{j'}' | x) = \sigma_{jj'} I_N$ em que $j \neq j'$

Em suma, as suposições indicam que a variância do erro é constante, mas alterna de uma equação para outra sinalizando a ocorrência de heterocedasticidade. Além disso, aponta para a existência da correlação contemporânea, ou seja, existe correlação entre os erros das diferentes equações para o mesmo período de tempo. O sistema de equações estimado foi composto por 14 equações assegurando os 14 grupos de gastos, conforme apresentado no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Modelo estimado para análise do gasto por tipo de despesa

Modelo	Variáveis dependentes	Variáveis explicativas
Modelo 1	Gasto mensal domiciliar <i>per capita</i> em: Alimentação Habitação Saúde Educação Lazer Transporte Vestuário Higiene Fumo Serviços pessoais Despesas diversas Despesas correntes Aumento de ativos Diminuição do passivo	Monoparental sem extensão e criança Monoparental sem extensão e adulto Monoparental com extensão e criança Monoparental com extensão e adulto Biparental sem extensão e criança Biparental sem extensão e adulto Biparental com extensão e criança Biparental com extensão e adulto Situação censitária Localização regional Raça Idade do chefe Escolaridade do chefe Renda mensal domiciliar

Fonte: Dados básicos. IBGE-POF, 2008-2009.

3.3.2 Para determinar o gasto direcionado ao investimento nos filhos

Para atender a esse objetivo, o método SUR também se mostrou eficiente, pois considera-se que os resíduos de uma equação, que estima o gasto com determinado item de investimento no filho, estão correlacionados com os de outra equação de gasto em outros itens de investimento.

A variável-chave para esse exercício foi “filhos crianças residentes”. Para sua construção, relacionou-se a pessoa que era considerado filho, enteado, adotivo ou de criação da pessoa de referência ou do seu cônjuge. Contudo, tal variável apresentou a desvantagem de não captar informações dos filhos que já saíram do domicílio ou que moram com outros parentes.

Em seguida, partiu-se para a seleção dos grupos de gastos que têm relação com o investimento¹⁹ nos filhos, elegendo aqueles que agreguem capital humano ao indivíduo. Baseou-se, então, na Teoria do Capital Humano, proposta e estudada por economistas neoclássicos da década de 1950 como Schultz e Becker. Essa teoria prioriza a educação como elemento essencial na potencialização da capacidade de

¹⁹ Este estudo se limita a verificar o gasto com itens de investimento dos diferentes arranjos domiciliares sem, contudo, investigar aspectos qualitativos sobre a aplicação desses recursos.

trabalho (BECKER, 2002). Aliada a essa constatação, destaca-se a relevância do papel da educação como bem essencial para determinar a trajetória futura de um indivíduo.

Considerou-se, portanto que há outros elementos que podem incorporar capital humano²⁰ ao indivíduo. Assim, a saúde por ser um investimento na formação física do filho, pode ter consequências sobre sua formação intelectual e sobre a sua capacidade cognitiva e produtiva. O lazer pode estar associado a eventos sociais, culturais e esportivos, constituindo parte da formação pedagógica, física e moral da criança (RODRIGUES, 2009). Com base nesses pressupostos, construíram-se as variáveis gasto em educação, saúde e lazer²¹, utilizando-se o registro nº12 “Despesas individuais”. Ao mesclar este registro com o registro nº2 “Pessoas”, captou-se o gasto destinado ao filho.

Neste trabalho, a proposta de mensuração dos gastos com os itens de consumo que agregam capital humano foi utilizada como *proxy* para o investimento nos filhos.

A estimação foi feita apenas para os arranjos monoparentais e biparentais, com e sem extensão familiar e criança. Os arranjos com adultos foram retirados da análise, pois considerou-se que os investimentos na infância têm o potencial de proporcionar maiores oportunidades e melhores resultados em termos de acesso à educação, à qualidade da aprendizagem, ao crescimento físico e à saúde. O investimento nas crianças ocorreria, então, via gastos com itens, que são de alguma forma, relacionados ao aumento do retorno econômico do filho no futuro.

As variáveis de gastos em investimento foram construídas agregando as diversas composições de gastos, conforme Quadro 9. A soma dessas diversas composições de gastos mensais dividido pelo número de filhos residentes gerou a variável “gasto total mensal *perfilho*”. O sistema de equações estimado foi composto por quatro

²⁰ Ressalta-se que o investimento nas crianças envolve grande variedade de efeitos, tendo, de certa forma, relação com a formação de capital humano. Assim, gastos com alimentação, moradia, vestuário etc. representam componentes importantes para embasar tanto a qualidade de vida quanto a capacidade produtiva dos indivíduos. Dessa forma, é importante destacar que a relação proposta nesta tese de mensurar apenas os gastos com educação, saúde e lazer deve ser interpretada como uma aproximação do investimento total nas crianças.

²¹ Esses grupos de gastos estão contemplados apenas no registro nº 12 – Despesas Individuais.

equações, seguindo os quatro grupos de gastos, de acordo com o esquema apresentado no Quadro 10.

Quadro 9 – Grupos de despesas segundo a composição dos gastos relacionados ao investimento nos filhos

Grupos de despesas	Composição dos gastos
Educação	Livros didáticos
	Revistas técnicas
	Artigos escolares
	Cursos regulares e superiores
	Outros cursos e outras atividades
Saúde	Remédio
	Plano de saúde
	Consulta e tratamento
	Hospitais, exames e cirurgias
Lazer	Livros e revistas não didáticas
	Recreações e cultura
	Esporte
	Brinquedos e jogos
	Outros

Fonte: Dados básicos. IBGE-POF, 2008-2009.

Quadro 10 – Modelo estimado para análise do gasto *perfilho* em itens potencializadores de investimento em capital humano

Modelo	Variáveis dependentes	Variáveis explicativas
Modelo 1	Gasto mensal domiciliar <i>perfilho</i> em: Educação Saúde Lazer Outros	Monoparental sem extensão e criança Monoparental sem extensão e adulto Monoparental com extensão e criança Monoparental com extensão e adulto Biparental sem extensão e criança Biparental sem extensão e adulto Biparental com extensão e criança Biparental com extensão e adulto Situação censitária Localização regional Raça Idade do chefe Escolaridade do chefe Proporção de pessoas ocupadas

Fonte: Dados básicos. IBGE-POF, 2008-2009.

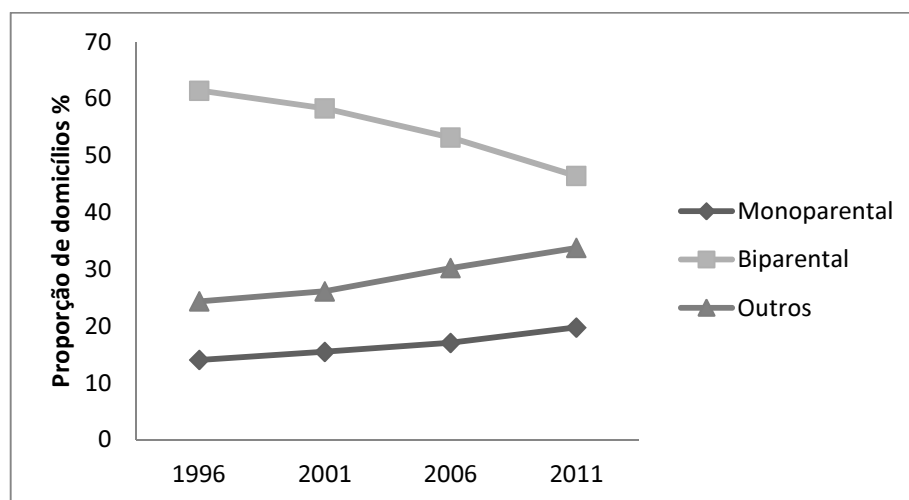
4 RESULTADOS

Este Capítulo é dividido em duas sessões. A primeira apresenta um panorama descritivo dos arranjos domiciliares de interesse deste trabalho, destacando suas principais características e apontando alguns fatores socioeconômicos e demográficos que se observam. A segunda é apresentada os resultados dos modelos econométricos estimados para as análises da renda, da posse de bens e das despesas agregadas e por itens dos diferentes arranjos investigados nesta pesquisa. Também são abordadas as proporções dos gastos relacionados ao incremento de capital humano dos filhos crianças, pertencentes aos diferentes arranjos.

4.1 EVOLUÇÃO DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS E BIPARENTAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Para traçar o perfil dos diferentes arranjos, primeiramente é importante evidenciar a distribuição percentual dos monoparentais e biparentais no total de domicílios existentes no país ao longo de 15 anos, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do percentual de domicílios monoparentais, biparentais e outros, no total de domicílios brasileiros - Brasil 1996, 2001, 2006 e 2011



Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Verificam-se as mudanças ocorridas nas estruturas familiares com a redução do tradicional modelo de família composto por casal com filhos, seguido do aumento da proporção de domicílios monoparentais e de outros tipos de arranjos. Inseridos nesses outros arranjos, destacam-se os casais sem filhos, casais do mesmo sexo e arranjos unipessoais, configurando-se, assim, ampliação de modelos domiciliares cada vez mais heterogêneos e padrões diferenciados de comportamento dentro das famílias.

Fatores diversos se combinam para explicar e realimentar essa reconfiguração dos lares contemporâneos. Dentre eles, destacam-se a modernização econômica, a maior liberdade sexual, o aumento do número de divórcios, os avanços na equidade de gênero, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e sua maior autonomia de decisão na esfera privada, a melhoria nos indicadores educacionais e de renda, a queda da fecundidade e a ampliação do mercado e da tecnologia de serviços domésticos etc. (GUERRA, 2013).

Na Tabela 9, apresentam-se os valores absolutos e relativos dos domicílios monoparentais e biparentais com as subclassificações estabelecidas nesta tese num período de 15 anos. Observou-se que em 2011 mais de sete milhões de domicílios no Brasil são dirigidos por mulheres sem cônjuge, com filhos, tendo ou não parentes corresidentes. Por outro lado, aproximadamente 26 milhões de domicílios são biparentais. Isso equivale, em média, a 21,44% de domicílios monoparentais e a 78,56% de domicílios biparentais considerando apenas esses dois grupos na análise.

Ao analisar apenas os domicílios monoparentais, notou-se que ao longo dos anos esses vêm aumentando sua proporção absoluta e relativa em todas as subclassificações estabelecidas nesta tese. Percebeu-se que a presença de parentes no domicílio não é tão significativa, sendo a proporção relativa dos monoparentais sem extensão muito superior aos monoparentais com extensão.

Tabela 9 – Distribuição do total de domicílios brasileiros segundo a composição (100%/ano) - Brasil (1996, 2001, 2006 e 2011)

Arranjos domiciliares	1996	2001	2006	2011
Monoparental				
Sem extensão				
Com criança	7,34	8,00	8,15	8,37
Com adulto	5,80	7,06	8,41	9,88
Com extensão				
Com criança	1,17	1,23	1,26	1,19
Com adulto	1,02	1,44	1,71	1,99
N	3.886.396	5.147.335	5.702.789	7.288.965
Biparental				
Sem extensão				
Com criança	65,12	60,38	56,01	52,50
Com adulto	12,81	15,51	18,54	19,95
Com extensão				
Com criança	5,19	4,62	3,99	3,72
Com adulto	1,55	1,75	1,92	2,39
N	21.457.342	23.897.092	25.130.040	26.716.539

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Ressalta-se que nos arranjos monoparentais quando há presença de parentes, a incidência destes acontece principalmente no momento em que os filhos são adultos. A coresidência de parentes com familiares que se encontram num ciclo de vida mais avançado dá margem à dupla interpretação. Por um lado, pressupõe o fluxo de ajuda da família para o parente, já que há maior chance de os membros familiares serem mais autônomos e independentes. Nesse caso, a presença do parente no domicílio faz surgir custo de consumo e tempo, podendo comprometer as despesas dessa família. Por outro lado, o fluxo partiria do parente para a família, associado, principalmente, a ajuda financeira como uma importante fonte de sustento familiar.

Na maioria das vezes, essas relações são construídas com base nas trocas, em que o parente fornece ajuda financeira, serviços domésticos e, ou, cuidados e recebe moradia, companhia e, ou, afeto.

Quanto aos biparentais, percebeu-se ao longo de 15 anos aumento absoluto no número de domicílios, seguido da diminuição relativa na sua proporção. Isso mostra que diante das mudanças que vêm acontecendo na sociedade, como a diversidade de organização familiar, a mudança nos padrões de relacionamento, a liberalidade sexual, o aumento de separações e divórcios etc., o número de domicílios biparentais não diminuiu e sim a sua proporção, quando comparados a outros tipos de arranjos domiciliares.

Em relação aos domicílios biparentais com extensão, constatou-se que ao mesmo tempo em que a proporção desses diminuiu onde os filhos eram crianças, houve aumento onde os filhos eram adultos. Esse fenômeno pode ser atribuído à combinação de vários fatores demográficos. Primeiro, o envelhecimento populacional causado pela queda da fecundidade, que diminui a frequência de famílias com filhos pequenos e a necessidade de parente corresidente. Segundo, a tendência de muitos filhos adultos em permanecerem na casa dos pais pelas dificuldades encontradas no mercado de trabalho, pela postergação do casamento, pelo aumento do número de divórcio e pela maior liberdade conquistada na casa dos pais. No que se refere ao aspecto econômico Wajnman (2006) mencionou que as taxas de atividade dos jovens têm declinado em razão das maiores exigências em qualificação nos diversos setores da economia. Como resultado, esses permanecem até idades avançadas na dependência de suas famílias, adiando a formação de novos domicílios. Por fim, os altos padrões nupciais e de fecundidade do passado que disponibilizam, nos anos mais recentes, maiores proporções de filhos adultos em famílias biparentais.

Ao comparar monoparentais e biparentais, destacou-se a maior importância do parente para os primeiros. Observou-se que enquanto nos monoparentais a proporção entre domicílios com extensão e sem extensão é de aproximadamente 1 para 6²², nos biparentais é de aproximadamente de 1 para 11. Isso sugere que a incidência da extensão familiar é proporcionalmente maior nos monoparentais. Além disso, ao longo dos anos, tal corresidência tem características diferentes para os monoparentais e biparentais.

²² Essa proporção foi calculada somando os domicílios sem extensão e os com extensão separadamente; exemplo: em 1996, nos arranjos monoparentais sem extensão: $7,34 + 5,80 = 13,14$; com extensão: $1,17 + 1,02 = 2,19$. Assim, a cada domicílio monoparental com extensão há seis domicílios monoparentais sem extensão.

Para os monoparentais, a proporção de domicílios com extensão familiar e criança aumentou até 2006, observando-se queda em 2011. Isso pode estar sinalizando o desinteresse por esse tipo de coresidência de ambas as partes envolvidas. Do lado da família, pode significar a busca de alternativas (que não o parente) para o cuidado e a segurança das crianças, diante da ausência do pai e da necessidade de trabalho da mãe. Do lado do parente, pode expressar uma tendência da importância dada para a privacidade e da opção pela autonomia em dirigir seu domicílio. Sabe-se que as famílias monoparentais tendem a apoiar nas redes de referências para aliviar as demandas conflituosas entre família e trabalho (RUSHTON; MCLANAHAN, 2001; CHANT, 2007). Contudo, autores como Sorj et al. (2007) ponderaram que a disponibilidade desse recurso tem-se alterado. Muitas avós, por exemplo, que sempre colaboraram atenuando esses conflitos, são diferentes das anteriores. São mulheres mais educadas e que se encontram mais conectadas ao mundo do trabalho. Há indícios de que muitas delas vêm optando por continuarem engajadas no mundo público mesmo nas etapas mais avançadas da vida.

Já para os biparentais, a queda da proporção de domicílios com extensão e criança vem sendo observada desde 1996. Infere-se que a composição familiar formada pelo casal que assegura maior proporção de adultos no domicílio faz com que a necessidade de outro parente seja menor, pela possibilidade de divisão das tarefas domésticas e pela obtenção de recursos oriundos da dupla renda. Além disso, fenômenos demográficos, como a queda da fecundidade, ao reduzir o número de filhos nos domicílios, reduziram, também, a proporção relativa de atividades domésticas, o que dispensa, parcialmente, a necessidade do parente coresidente enquanto agente auxiliar de trabalho e de cuidados destinados à família.

A queda dos domicílios biparentais com extensão e criança pode, ainda, estar refletindo um empoderamento das mulheres devido às melhores condições financeiras destas, o que permite a elas adquirir “bens substitutos” à extensão, e da disponibilidade de serviços públicos, como provisão de creches e assistência à saúde da criança, que reduzem a necessidade da presença de parente coresidente para provimento de serviços.

Nos domicílios biparentais com extensão e adultos percebeu-se um aumento relativo ao longo dos anos, o que é explicado pela maior incidência de coresidência no

passado. Pode-se considerar, neste caso, efeito de inercia, sendo que as proporções só diminuem no momento em que for expurgado todo o acúmulo de experiências de coresidência elevada com parentes no passado.

4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DOS ARRANJOS MONOPARENTAIS E BIPARENTAIS

Exibem-se, na Tabela 10, os resultados referentes às características domiciliares e às relacionadas aos chefes dos domicílios. Observou-se que o número de moradores varia conforme o ciclo de vida e a estrutura domiciliar, que determinam as entradas e saídas de seus membros. Domicílios biparentais com extensão e criança são os mais numerosos, pois combinam o ciclo de vida jovem em que os filhos ainda residem com os pais assegurando no mínimo quatro pessoas. Por outro lado, a menor proporção de moradores quando os filhos são adultos indica perda de membros por morte ou evasão domiciliar, já que o ciclo de vida familiar se encontra num estágio mais avançado.

Com relação ao número de parentes, pôde-se perceber que os domicílios monoparentais apresentam proporções mais elevadas, quando comparados com os biparentais. Favaro (2009) explicou que as mães sem cônjuge têm maior necessidade de buscar nas redes familiares o amparo doméstico, principalmente quando deparam com o insuficiente número de creches públicas e de serviços de proteção social no país.

O número de filhos coresidentes na maioria dos arranjos foi abaixo da fecundidade ao nível de reposição. Isso representa o resultado da queda da fecundidade que se observa ao longo dos anos. Para Medeiros e Osório (2000), além da queda da fecundidade, proporção baixa de pessoas na posição de filhos nos domicílios pode ser resultado de mudanças nos padrões de formação de arranjo domiciliar e no ciclo de vida, que levam os filhos a constituírem novos arranjos, ocupando posições de chefe ou cônjuge. Já para Carvalho (2014) há descompasso entre preferência por determinado número de filho e implementação reprodutiva, o que tem levado significativo número de mulheres que finalizam seu período reprodutivo tendo menos filhos do que é desejado, esvaziando-se assim, os lares contemporâneos.

Tabela 10 – Valores médios e proporcionais de algumas características relacionadas aos domicílios e às chefias monoparentais femininas e biparentais – Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011

Variáveis	Monoparental				Biparental			
	Sem extensão		Com extensão		Sem extensão		Com extensão	
	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto
Características domiciliares								
Número de moradores	3,22	2,51	4,25	3,72	4,21	3,64	5,40	4,72
Número de parentes	0,00	0,00	1,23	1,26	0,00	0,00	1,16	1,14
Número de filhos	2,23	1,51	2,01	1,46	2,20	1,64	2,21	1,57
Número de idosos	0,01	0,44	0,39	0,85	0,03	0,53	0,47	1,10
Idade média do parente	0,00	0,00	46,71	41,21	0,00	0,00	48,56	45,50
Raça								
Branco	58,64	64,44	65,36	67,53	69,24	74,41	73,11	78,39
Não branco	41,36	35,56	34,64	32,47	30,76	25,59	26,89	21,61
Situação censitária								
Rural	9,48	8,61	7,20	7,60	19,07	13,81	16,26	14,22
Urbano	90,52	91,39	92,80	92,40	80,93	86,19	83,74	85,78
Região								
Norte	6,43	4,12	8,67	5,12	6,59	4,04	7,70	5,03
Nordeste	29,14	23,74	27,42	28,44	27,06	21,22	26,62	23,58
Sudeste	42,51	51,64	42,16	48,17	42,46	51,55	42,29	47,64
Centro-oeste	7,75	6,44	8,51	6,27	7,62	6,68	6,90	6,24
Sul	14,18	14,06	13,25	11,99	16,28	16,51	16,49	17,51
Características do chefe								
Idade média	38,14	58,53	37,23	61,47	38,12	55,62	38,51	58,01
Anos de estudo	7,87	6,43	8,49	6,19	7,65	7,17	7,74	6,67
Ocupado*	73,60	43,35	70,46	37,71	90,52	70,54	90,08	63,67
Desempregado*	7,49	1,96	7,94	1,23	3,16	2,17	3,39	1,20
Inativo*	18,91	54,69	21,60	61,05	6,32	27,30	6,54	35,13

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

* Definiram-se como ocupado o indivíduo em que sua condição de atividade na semana de referência era economicamente ativo e ocupado; como desempregado, o que em que sua condição de atividade na semana de referência era economicamente ativo e desocupado; e como inativo, o que em sua condição de atividade na semana de referência era não economicamente ativo.

Observou-se que os arranjos biparentais têm, em média, mais filhos vivendo no domicílio do que as mulheres sem cônjuge. Porém, o arranjo que apresentou maior número médio de filhos foi o que não conta nem com o cônjuge nem com o parente corresidente no domicílio (monoparental, sem extensão e criança = 2,23). Isso pode significar um problema considerando a propensão maior à pobreza que essa situação representa. Leone et al. (2010) corroboraram demonstrando em seus estudos que ao aumentar o número de componentes em uma família eleva-se, também, a chance de pobreza dessa família. Isso por causa do aumento da razão de dependência em relação à renda auferida pelo chefe. Além disso, o fato de os filhos serem crianças e pertencerem a um arranjo monoparental feminino eleva em duas vezes a chance de essa família ser pobre, em relação a um casal com filhos também menores. Waldfogel et al. (2010) enfatizaram, ainda, que o fato de ter apenas um adulto responsável por todas as funções domésticas acarreta redução do bem-estar, já que esse adulto tem dificuldades de suprir as demandas físicas e psicológicas advindas dos demais membros.

Em relação ao número de idosos, percebeu-se que nas diversas subclassificações de arranjos monoparentais o número médio de idosos presentes no domicílio é menor quando comparado com os biparentais. A idade média dos chefes ajuda a explicar tal fenômeno. Percebeu-se que os chefes, nos arranjos biparentais, na maioria das vezes são mais jovens do que nos monoparentais, aumentando a probabilidade de se terem idosos no domicílio. Outra influência é a disponibilidade de parentes, já que no biparental a probabilidade de ter um idoso é maior, porque os pais de ambos os cônjuges podem estar presentes no domicílio. Além disso, pode-se considerar que a situação de monoparentalidade feminina, muitas vezes, desestimula a corresidência com parentes idosos, potenciais demandadores de cuidados, em razão do reduzido tempo da mulher, a quem é delegada a tarefa de cuidados, sem prescindir da participação no mercado de trabalho.

Infere-se que a incidência de idosos em arranjos mono(bi)parental com extensão e criança, possam ser os avós que corresidem com os filhos para prestar cuidados às crianças e aos afazeres domésticos. Diante das dificuldades em atender as demandas familiares, os avós representam uma estratégia das famílias a fim de liberar, principalmente, as mães para o mercado de trabalho e para os demais afazeres.

Já os idosos presentes nos arranjos com adultos, como no mono(bi)parental com e sem extensão, pressupõe-se ser os pais que já se encontram numa idade mais avançada. A idade média do chefe permite fazer tal inferência, situados entre 55 e 61 anos. Nesse caso, é comum a dependência do idoso, sendo os filhos, muitas vezes, os responsáveis pelo cuidado dos pais na velhice, formando arranjos com familiares de diferentes gerações. No Brasil, mesmo que muitos idosos estejam morando sós ou em instituições asilares, persiste o ambiente domiciliar como modalidade importante de residência do idoso. O compartilhamento do espaço físico com os filhos ou parentes se dá, frequentemente, em razão da falta de renda e, ou, da autonomia do idoso para lidar com as atividades do cotidiano. Em outras situações, a renda do idoso pode tornar a coresidência mais atrativa para os filhos que buscariam usufruir de seus benefícios (PAULO, 2008; CAMARANO, 2003).

A maior parte das pessoas que vivem nos domicílios investigados nesta pesquisa declarou ser branco. Os não brancos tiveram maior representatividade nas subclassificações de monoparentais.

A distribuição dos domicílios entre as regiões do país apresenta poucas diferenças em relação à subclassificação dos arranjos monoparentais e biparentais. Mais da metade deles concentram-se nas Regiões Sudeste e Nordeste, o que reflete a própria distribuição da população pelo país. Os domicílios monoparentais constituem um fenômeno predominantemente urbano; apenas uma minoria, entre 7% e 9%, encontra-se no meio rural, enquanto entre os biparentais essa proporção é quase duas vezes maior. Essa sobre representação de biparentais no meio rural tem relação com a chefia do domicílio que por ser, frequentemente, do sexo masculino, encontra respaldo na atividade agrícola que é considerada predominantemente masculina.

Assim, como atestou Azzoni et al. (2005), a presença de homens chefe de família no meio rural tem fundamentos sociológicos e nas condições das atividades rurais. Para esse autor, a seletividade de gênero no meio rural pode ser explicada, tanto pela dinâmica econômica das áreas urbanas nos últimos anos quanto pelas mudanças sociais observadas e assimiladas mais rapidamente por essas regiões.

A idade média da pessoa de referência é, frequentemente, maior nos domicílios monoparentais, quando comparada com a dos biparentais nas diversas subclassificações estabelecidas nesta tese, o que parece indicar dificuldade para a mulher mais jovem em chefiar uma família na ausência do cônjuge. Por isso, diante da situação de monoparentalidade, muitas mulheres optam por permanecerem na casa dos pais ou de parentes, ou engajar-se em uma nova união para poder sobreviver (FAVARO, 2009; PINTO, et. al. 2011). Porém, percebeu-se que o arranjo monoparental com extensão e criança foi o único que ao ser comparado com o biparental, tendo a mesma subclassificação, apresentou menor idade média do chefe. Presume-se que mães jovens diante da maternidade e sem o cônjuge, ao decidirem encabeçar seu domicílio, o fazem mediante redes de apoio familiar para minimizar a sobrecarga laboral.

A idade elevada das chefias femininas é respaldada por Pinheiro e Fontoura (2007), os quais enfatizaram que o fenômeno da chefia feminina não é novo. Há muito tempo esse vem sendo incorporado na sociedade, relacionando-se, principalmente, com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, as mudanças culturais, a facilidade na dissolução dos casamentos e a maior expectativa de vida entre as mulheres. Isso retrata, cada vez mais, chefias femininas viúvas e, ou, com idade mais avançada.

Os anos médios de estudo dos chefes monoparentais e biparentais com as diversas subclassificações de arranjos são apresentados na Tabela 10. De forma geral, a média concentrou-se entre seis e oito anos, que corresponde às séries do ensino fundamental.

Verificou-se que os maiores níveis de instrução encontram-se nas chefias mais jovens. Isso já era esperado pelo incremento, nos últimos anos, de políticas direcionadas para a expansão e garantia de permanência no sistema de ensino dos brasileiros, que atingiu de forma significativa os mais jovens.

Percebeu-se que nos domicílios com filho adulto, os biparentais têm mais anos de estudos, quando comparados com os monoparentais, o que pode estar relacionado, às condições educacionais das chefias monoparentais em idade mais avançada, que apresentaram taxas elevadas de subescolarização. Considerou-se, ainda, o

quanto a situação de não ter o cônjuge no domicílio pode desestimular os estudos da chefe/mãe em razão da necessidade de conciliar o tempo em atividades geradoras de renda e cuidado do filho.

Já nos domicílios com criança, essa situação se inverteu, indicando que para as chefias monoparentais mais jovens, mesmo diante da carga de trabalho e responsabilidades inerentes a essas, o uso do tempo tem sido conciliado com a educação formal. Esse dado é relevante quando se associa a fragilidade econômica da chefia monoparental e o retorno salarial futuro, considerando que o nível educacional alcançado pelo indivíduo tende a maximizar as oportunidades econômicas que ele terá ao longo de sua vida. Além disso, famílias em que a pessoa de referência possui maior número de anos de estudos tendem a influenciar os filhos a alcançarem maiores níveis educacionais; não apenas pelo exemplo dos pais, mas, também pela valorização atribuída à educação no ambiente domiciliar.

O efeito ter extensão familiar no domicílio tem relação positiva com os anos de estudo das chefias monoparentais e biparentais, quando os filhos são crianças. Infere-se que a presença de parente no domicílio possivelmente aumenta o poder de barganha do chefe, o que lhe permite maior flexibilidade de tempo para uso no investimento do seu capital humano. Já quando os filhos são adultos a relação é negativa. Nesse caso, o parente pode demandar cuidados e exigir suporte da chefia, dificultando sua inserção educacional.

Podem-se destacar algumas evidências quando se analisa a ocupação dos chefes de domicílios. A primeira delas é a diferença das proporções dos chefes mais jovens das dos mais velhos, tanto nos monoparentais quanto nos biparentais. Conforme esperado, os mais jovens são proporcionalmente mais ocupados, por se encontrarem em plena fase de atividade laboral e por ser a renda do trabalho a maior fonte de renda domiciliar. Analogamente, entre os inativos, destacam-se os chefes mais velhos que possivelmente vivem dos recursos de aposentadoria. Percebeu-se que os arranjos biparentais foram proporcionalmente os mais ocupados e os menos inativos, quando comparados aos monoparentais. Isso pode ser

respaldado no sexo da chefia²³, o que ajuda a explicar as maiores taxas de participação no mercado de trabalho para o homem, bem como as altas taxas de mulheres vivendo, possivelmente, de aposentadorias e pensões. Outra hipótese explicativa pode ser efeito de subenumeração das atividades econômicas das mulheres por estarem provavelmente inseridas na informalidade e não registrarem adequadamente o trabalho fora do setor formal.

4.3 PERFIL DOS RENDIMENTOS DOS ARRANJOS DOMICILIARES

Na Tabela 11, são evidenciados os resultados do modelo de regressão múltipla usado para testar a renda domiciliar *per capita* dos diferentes arranjos pesquisados para esta tese, considerando fatores demográficos e socioeconômicos importantes para explicar o rendimento. O modelo foi estimado com as quatro bases de dados empilhadas, referentes aos anos de 1996, 2001, 2006 e 2011.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a maioria das variáveis de controle apresentou sinal positivo, com exceção da *dummy* que identifica domicílio em situação rural. Todas as variáveis foram significativas ao nível de 5%.

O sinal positivo do conjunto de variáveis que identificaram os arranjos domiciliares sugere que todos os arranjos analisados possuem renda domiciliar *per capita* maior do que o arranjo-referência, que, nesse caso, foi o monoparental sem extensão e criança. Assim, pertencer ao domicílio monoparental sem extensão e filho adulto aumenta em 69% a renda domiciliar *per capita* em relação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. Da mesma forma, fazer parte de um domicílio monoparental com extensão e filho criança aumenta em 23% a renda domiciliar *per capita* em comparação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. O arranjo que teve a maior porcentagem de renda em relação ao arranjo-referência foi o biparental sem extensão e filho adulto com ganho de 78%.

²³ Nesta tese, os monoparentais foram exclusivamente femininos e os biparentais pressupõem-se serem predominantemente masculinos.

Tabela 11 – Coeficientes estimados a partir do modelo de regressão múltipla para análise do efeito das variáveis apresentadas sobre a renda domiciliar *per capita* entre os diferentes arranjos domiciliares. Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011

	Coeficiente	Desvio padrão	P> t
Arranjos domiciliares			
Mono_semextensão_criança (omitida)			
Mono_semextensão_adulto	0,6991	0,0128	0,000
Mono_com extensão_criança	0,2315	0,0208	0,000
Mono_comextensão_adulto	0,6447	0,0182	0,000
Bipa_semextensão_criança	0,3549	0,0096	0,000
Bipa_semextensão_adulto	0,7829	0,0110	0,000
Bipa_comextensão_criança	0,5383	0,0124	0,000
Bipa_comextensão_adulto	0,7726	0,0163	0,000
Região de residência			
Nordeste (omitida)			
Norte	0,1792	0,0081	0,000
Sudeste	0,3835	0,0061	0,000
Centro-Oeste	0,4601	0,0078	0,000
Sul	0,5005	0,0068	0,000
Situação do domicílio	-0,3109	0,0061	0,000
Características socioeconômicas			
Branco	0,1799	0,0050	0,000
Idade chefe	0,0192	0,0002	0,000
Escolaridade chefe	0,1087	0,0005	0,000
Constante	3,3313	0,0148	0,000
Número de observações	248.825		
R ² ajustado	0,2933		
Significâncias de 5%			

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

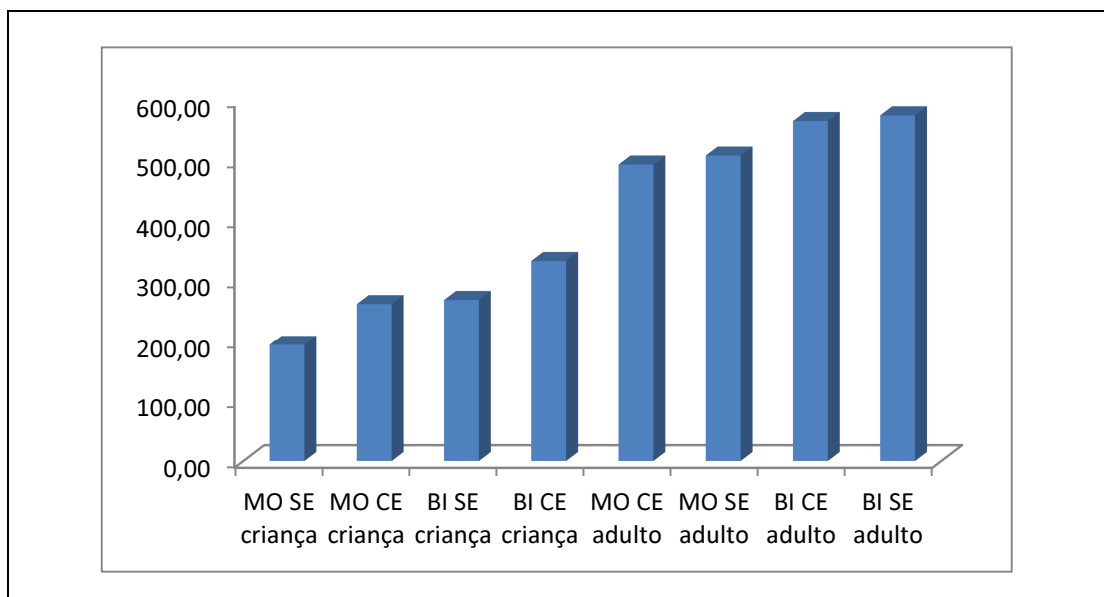
Quanto à região de residência, os arranjos situados na Região Norte possuem 17% a mais de renda domiciliar *per capita*, quando comparados com os situados no Nordeste. Os arranjos da Região Sul foram os que apresentaram maior ganho em relação à Região Nordeste alcançando 50%. Em contrapartida, morar na zona rural diminui em média 31% a renda domiciliar *per capita* dos arranjos investigados. Isso condiz com a literatura ao mencionar que, apesar do incremento de oportunidades de geração de renda à população rural, as atividades que absorvem mão de obra rural são geralmente aquelas que remuneram pior e não exigem, na maioria das vezes, qualificação ou especialização profissional (AZZONI et al., 2005). Assim, são

as condições no mercado de trabalho, sobretudo no meio urbano e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que são mais modernizadas, que incrementam significativamente o rendimento das famílias.

Da mesma forma, características individuais como ser branco e escolaridade do chefe aumentam respectivamente em 17% e 10% a renda domiciliar *per capita* nos arranjos investigados. Por fim, a variável idade média do chefe, embora tenha apresentado relação positiva com a renda domiciliar *per capita*, incrementa apenas 1,9% no rendimento dos arranjos estudados. Infere-se que chefes com idade acima ou abaixo da idade média determinada para cada arranjo pode valer-se para uma renda mais ou menos elevada.

Apresenta-se, no Gráfico 2, o *ranking* da renda domiciliar *per capita* estimada para os diversos arranjos, de acordo com a média dos valores recebidos. Observa-se que os arranjos com a presença de filhos crianças tiveram menores rendimentos quando comparados com aqueles em que os filhos eram adultos. Esse resultado era esperado já que a contribuição marginal de renda das crianças no domicílio é pequena ou nula.

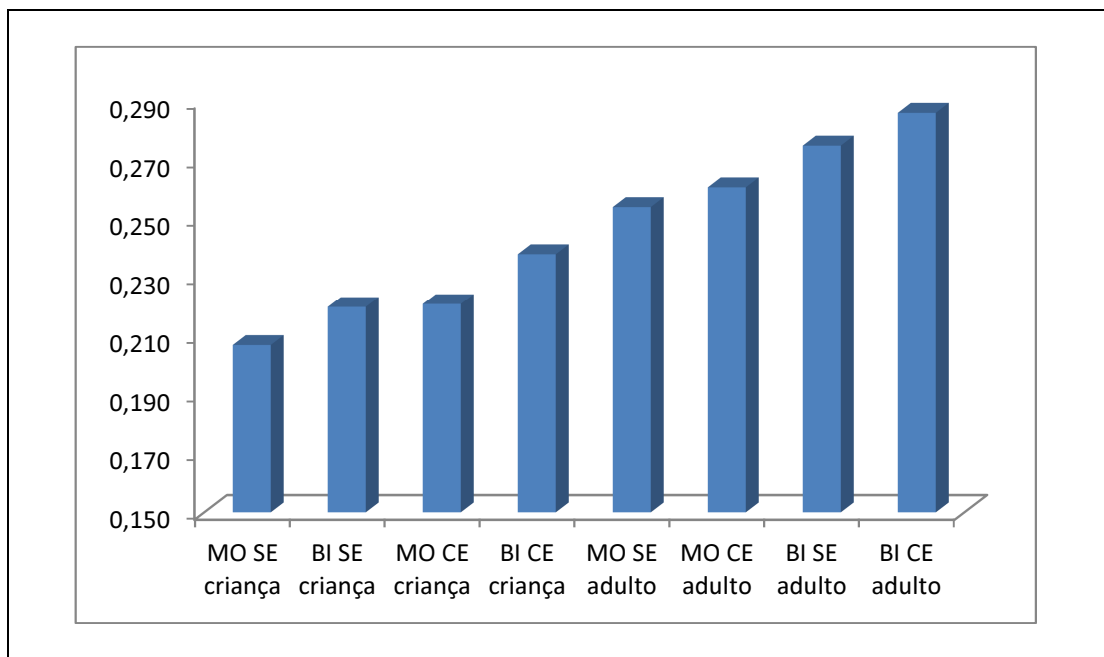
Gráfico 2 – Classificação de diferentes arranjos domiciliares em relação ao rendimento médio *per capita* domiciliar (\$R) - Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011



MoSeCriança (Monoparental sem extensão e criança); MoCeCriança (Monoparental com extensão e criança); MoSeAdulto (Monoparental sem extensão e adulto); MoCeAdulto (Monoparental com extensão e adulto); BiSeCriança (Biparental sem extensão e criança); BiCeCriança (Biparental com extensão e criança); BiSeAdulto (Biparental sem extensão e adulto); BiCeAdulto (Biparental com extensão e adulto).

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Gráfico 3 – Classificação de diferentes arranjos domiciliares em relação ao índice de posse - Brasil, 1996, 2001, 2006 e 2011



MoSeCriança (Monoparental sem extensão e criança); MoCeCriança (Monoparental com extensão e criança); MoSeAdulto (Monoparental sem extensão e adulto); MoCeAdulto (Monoparental com extensão e adulto); BiSeCriança (Biparental sem extensão e criança); BiCeCriança (Biparental com extensão e criança); BiSeAdulto (Biparental sem extensão e adulto); BiCeAdulto (Biparental com extensão e adulto).

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-PNAD, 1996, 2001, 2006 e 2011.

Dado que o arranjo tem filhos criança no domicílio, os monoparentais apresentaram renda inferior aos biparentais. Infere-se que essa maior fragilidade econômica dos monoparentais é associada, em grande medida, à vinculação das mulheres provedoras em trabalhos mal remunerados, informais, em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família (PINTO et al., 2011; CARVALHO, 1998). Certamente, os desafios da precarização do mercado laboral, bem como a conciliação entre filhos e trabalho, não acometem economicamente somente as mulheres em situação de monoparentalidade. Porém, o fato de essas serem as únicas mantenedoras financeiras do domicílio é o fator que maximiza a marginalidade econômica em que muitas se encontram. Para Lavinias et al. (2006), as mulheres brasileiras reduziram significativamente hiatos de renda e reverteram definitivamente hiatos educacionais; entretanto, a inserção ocupacional de muitas ainda é extremamente precária em razão da ausência de vínculos garantidores de direitos àquelas sem poder de

barganha. Da mesma forma, dado que o arranjo tem filhos adultos no domicílio, os monoparentais continuam com renda média *per capita* inferior aos biparentais.

Dado que o domicílio é mono(bi)parental e tem filhos criança, o fato de ter extensão familiar aumenta a renda *per capita* do domicílio. Chant (2007), também evidenciou em suas pesquisas o reforço na base de recursos pela incorporação de renda extra, com a presença de parentes nos domicílios monoparentais. Mas, esta autora não distinguiu estes domicílios pela idade dos filhos conforme foi feito nesta pesquisa. Pelos resultados encontrados, quando há filhos adultos no domicílio mono(bi)parental essa situação se inverte, ou seja, a extensão familiar faz com que a renda *per capita* seja menor. De posse desse resultado, pode-se sugerir que o aporte do parente ao domicílio perpassa por duas situações: de um lado, concentram-se aquelas famílias que necessitam articularem papéis familiares e profissionais e deparam com circunstâncias adversas, como a ausência de instituições para cuidar das crianças pequenas ou a falta de recursos para remunerar um profissional para realizar essas tarefas. Nesse caso, a demanda dessas famílias por parentes para coresidir aponta para a garantia de apoio assistencial aos membros familiares, tratando-se de pessoas que provavelmente liberam os membros adultos para trabalhar, o que indiretamente contribui para o ganho de renda da família. Autores como Oliveira (1992), Butto (1998) e Favaro (2009) discutem estas possibilidades indicando que as redes referenciadas nas mulheres, como tias, sogras, mãe, avós, etc., são importantes fontes de amparo nos momentos de necessidades. Costa (2012) destaca, ainda, que em países em desenvolvimento, a opção dos pais em viver com filhos tem se tornado comum, em razão da provisão de bem-estar material e emocional que este é capaz de prestar. Para esse autor, mais do que uma redução na dependência, os dados sugerem uma inversão na direção desta, ou seja, o fluxo de transferências se concentraria, em maior proporção, partindo dos pais para seus filhos.

Do outro lado, agrupam-se aquelas famílias que vivenciam um estágio mais avançado no ciclo de vida e necessitam, muitas vezes, acolher parentes que enfrentam limitações de diversas ordens como sociais, econômicas, psicológicas, comportamentais ou de incapacidade. Um aspecto essencial para a compreensão desse fenômeno tem relação com o apoio da família a parentes que necessitam de moradia para estudar ou trabalhar ou idosos dependentes. Isso pode ser comum,

considerando o processo de envelhecimento populacional brasileiro, em que se consolida cada vez mais a dependência do idoso aos membros da família. Para Camarano e El Ghaouri (2003), ainda que os idosos tenham alcançado maior proteção em termos de seguridade social no país, não se pode prescindir do apoio da família diante do avanço da idade, do aparecimento de doenças crônico-degenerativas e da incapacidade física. Nessa situação, o papel da família é importante no amparo desses parentes, o que leva muitas vezes à coresidência, diminuindo a renda domiciliar.

Por fim, pôde-se perceber que em algumas situações os domicílios monoparentais têm renda domiciliar *per capita* superior aos biparentais. Isso acontece na presença ou ausência de parentes coresidentes e filhos adultos, quando comparado aos domicílios biparentais com e sem parentes e filhos criança. De acordo com esse dado, a falta do cônjuge parece ser compensada pela contribuição dos filhos adultos para o incremento da renda familiar. Isso reforça as perspectivas de autores ao defenderem que a monoparentalidade não pode ser relacionada com a fragilidade econômica de forma direta e unívoca (BILAC, 2002; CHANT, 2003; SABOIA; SOARES, 2004; COSTA et al., 2005). Pode-se inferir, ainda, que a renda exígua de um casal com filho criança pode ser fundamentada na opção de muitas esposas em cuidar das crianças a trabalhar remuneradamente fora de casa, o que aumenta a razão de dependência, já que o marido passa a ser o único provedor daquele domicílio.

No Gráfico 3, apresenta-se, também, a relação entre os tipos de arranjo domiciliar e as condições de vida de seus indivíduos, mensuradas com base na posse de bens do domicílio. Verifica-se que o *ranking* estabelecido para a posse é similar, mas não idêntico, ao auferido pela renda domiciliar *per capita*, implicando que a posse de bens tem relação com a renda recebida pelo domicílio, mas não é totalmente determinada por ela.

Os arranjos que apresentaram menores níveis de posse de bens foram aqueles em que há filhos criança no domicílio. Filhos pequenos indicam, em geral, renda relativamente baixa para maior diversidade de aquisições. Analogamente, aqueles domicílios com a presença de filhos adultos apresentaram maiores níveis de posse.

Dado que o domicílio possui filho criança, o fato de o parente coresidir com a família contribui para aumentar a posse de bens. Infere-se que o parente maximiza os bens e serviços da família, na medida em que acrescenta ao domicílio os recursos que esse dispõe. De maneira complementar, dado que o domicílio tem filho criança e tem ou não parente, a biparentalidade aumenta o índice de posse. Pressupõe-se, nesse caso, que o fato de ter um casal no domicílio aumenta as demandas por maior diversidade de bens.

Para os domicílios com a presença de filhos adultos, o primeiro indicador de posse é o fato de ser biparental. Sendo biparental com filho adulto, o segundo indicador é a extensão familiar. Da mesma forma, sendo monoparental com filho adulto, a extensão familiar contribui com a posse de bens.

Ainda que os domicílios monoparentais sejam considerados os mais frágeis em termos de bens e recursos, observou-se que em algumas situações esses se encontram em melhores condições quando comparados com os biparentais. Verificou-se que quando os filhos são adultos, tendo ou não parentes coresidente, a posse de bens se intensificou tornando-os detentores de níveis elevados de bens, quando comparados com os biparentais com criança.

4.4 GASTO AGREGADO DOS ARRANJOS DOMICILIARES

Os resultados do modelo de regressão múltipla do efeito das variáveis que, de acordo com a literatura, explicam o gasto²⁴ total domiciliar *per capita* dos arranjos averiguados, estão apresentados na Tabela 12.

Pode-se observar, primeiramente, que os coeficientes dos diferentes arranjos aqui investigados seguiram comportamento semelhante ao encontrado com a renda domiciliar *per capita* demonstrada na Tabela 11; ou seja, todos apresentaram coeficiente com sinal positivo. Isso significa que todos possuem dispêndio superior ao arranjo-referência. Assim, pertencer ao domicílio monoparental sem extensão e filho adulto aumenta em 30% o gasto domiciliar *per capita* em relação ao domicílio

²⁴ Ressalta-se que todas as despesas não monetárias foram incluídas nos itens de gasto. As despesas desse tipo correspondem a tudo que foi produzido, caçado, coletado, pescado ou recebido em troca sem ter sido passado pelo mercado na última transação.

monoparental sem extensão e filho criança. Da mesma forma, estar inserido em um domicílio biparental com extensão e filho criança aumenta em 9,4% o gasto domiciliar *per capita* em comparação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. O arranjo que teve maior gasto sobre o domicílio-referência foi o biparental sem extensão e filho adulto com 35% e o que teve menor foi o biparental sem extensão e filho criança com 8,7%.

Tabela 12 – Coeficientes estimados a partir do modelo de regressão múltipla para análise do efeito das variáveis apresentadas sobre o gasto total domiciliar *per capita* entre os diferentes arranjos domiciliares. Brasil, 2008-2009

	Coeficiente	Desvio padrão	P> t
Arranjos domiciliares			
Mono_semextensão_criança(omitida)			
Mono_semextensão_adulto	0,3074	0,0226	0,000
Mono_com extensão_criança	0,0424	0,0383	0,268
Mono_comextensão_adulto	0,2773	0,0383	0,000
Bipa_semextensão_criança	0,0876	0,0155	0,000
Bipa_semextensão_adulto	0,3539	0,0202	0,000
Bipa_comextensão_criança	0,0949	0,0242	0,000
Bipa_comextensão_adulto	0,3030	0,0336	0,000
Região de residência			
Nordeste (omitida)			
Norte	0,1786	0,0137	0,000
Sudeste	0,2584	0,0128	0,000
Centro-Oeste	0,1532	0,0154	0,000
Sul	0,3575	0,0155	0,000
Situação do domicílio			
Rural	-0,3335	0,0120	0,000
Características socioeconômicas			
Branco	0,1885	0,0110	0,000
Idade chefe	0,0039	0,0004	0,000
Escolaridade chefe	0,0155	0,0010	0,000
Renda	0,0003	0,0000	0,000
Constante	4,8523	0,0251	0,000
Número de observações	31.662		
R ² ajustado	0,3969		
Significâncias de 5%			

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

Todas as variáveis de controle foram significativas com exceção daquela que identificou o arranjo monoparental com extensão e filho criança.

As Regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram efeito esperado sobre a Região Nordeste, que é considerada categoria de referência. Observou-se que todas apresentaram uma relação positiva na determinação dos dispêndios, indicando um gasto maior para os arranjos que moram nessas regiões. Os arranjos domiciliares da Região Sul apresentaram maior gasto em relação aos da região de referência; já os da Centro-Oeste tiveram menor gasto.

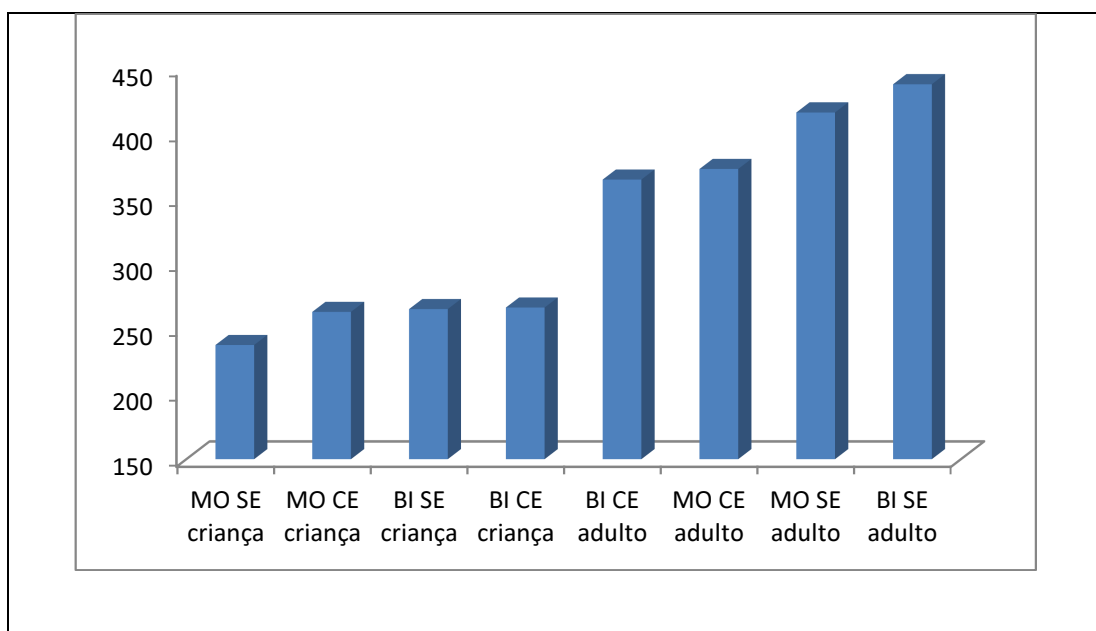
O coeficiente da variável que identificou a situação censitária também foi altamente significativo para a análise do dispêndio de moradores da zona rural. Nesse caso, morar na zona rural diminuiu em 33% o gasto dos arranjos investigados. Esse resultado reflete a menor oferta de produtos e serviços nessas localidades, fazendo com que o consumo seja menos elevado em relação aos residentes da área urbana. Além disso, a produção para o autoconsumo e a troca de excedentes interdomiciliares que se praticam na zona rural contribui para a diminuição dos gastos das famílias.

Da mesma forma, indicadores socioeconômicos como ser branco, idade do chefe, escolaridade do chefe e renda aumentaram respectivamente em 18%; 0,3%; 1,5%; e 0,03% a média do gasto domiciliar *per capita* dos arranjos aqui tratados.

O *ranking* do gasto domiciliar *per capita* dos diversos arranjos investigados está no Gráfico 4. De imediato, observa-se que os arranjos com criança possuem gastos inferiores aos com adulto, independentemente de qualquer subclassificação estabelecida.

Sendo o arranjo composto por filhos crianças, os monoparentais gastam menos, quando comparado aos biparentais. Esse resultado corroborou o encontrado para a renda domiciliar *per capita*, em que arranjos com menor renda apresentam menor gasto, conforme apresentado no Gráfico 2. Por outro lado, sendo o arranjo composto por mono(bi)parental e criança, a extensão familiar aumenta os gastos *per capita* do domicílio.

Gráfico 4 – Classificação de diferentes arranjos domiciliares em relação ao gasto médio *per capita* domiciliar (R\$) - Brasil, 2008-2009



MoSeCriança (Monoparental sem extensão e criança); MoCeCriança (Monoparental com extensão e criança); MoSeAdulto (Monoparental sem extensão e adulto); MoCeAdulto (Monoparental com extensão e adulto); BiSeCriança (Biparental sem extensão e criança); BiCeCriança (Biparental com extensão e criança); BiSeAdulto (Biparental sem extensão e adulto); BiCeAdulto (Biparental com extensão e adulto).

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

Ressalta-se a influência do parente corresidente na estrutura orçamentária dos arranjos mono(bi)parental com criança; ou seja, o parente, nesse caso, possibilita o aumento da renda, da posse de bens e dos gastos. Possivelmente, trata-se de indivíduo que se insere no domicílio para ajudar a família, proporcionando aporte às crianças. O aumento da renda familiar pode ser em razão da contribuição de renda adicional do parente (oriunda do mercado, aposentadoria ou pensão) ou da possibilidade do parente em liberar a família para trabalhar. Ressalta-se que o parente do domicílio mono(bi)parental com criança ao contribuir com aporte financeiro e material, além de cuidado às crianças no domicílio em que vive, provavelmente, não sinta estimulado em colaborar na diminuição dos gastos domésticos, por meio da economia de recursos que ele possa possibilitar. Tendo, ainda, idade avançada pode ampliar os gastos em razão de demandas específicas.

Sendo o arranjo formado por adulto, o parente apresentou comportamento diferente. Nesse caso, a presença dele diminuiu o gasto domiciliar *per capita* tanto no monoparental quanto no biparental.

Ao investigar o resultado da renda, dos gastos e da posse de bens concomitantemente, evidenciou-se o contexto de solidariedade que se firma entre os membros do domicílio; ou seja, o parente no domicílio mono(bi)parental com filho adulto permite diminuir a renda, aumentar a posse de bens e diminuir o consumo. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o parente recebe auxílio evidenciado na diminuição da renda *per capita* domiciliar, oferece sua contribuição aumentando os bens no domicílio em que vive. Além disso, pode-se perceber seu aporte, na medida em que mesmo sendo um indivíduo a mais no domicílio, os custos de consumo não são aumentados. Isso corrobora com Leal et al. (2006) ao mencionarem que ainda que o parente não ofereça uma contribuição econômica direta, esses podem gerar receitas para as famílias que as recebe. Como exemplo, pode-se mencionar a economia de serviços e o melhor uso dos recursos que o parente pode fornecer. Tais autores identificaram a contribuição do parente em serviços como a socialização das crianças, a manutenção da roupa e o preparo de refeições que auxiliam na economia doméstica.

4.5 DISPÊNDIOS POR ITENS DE CONSUMO DOS ARRANJOS DOMICILIARES

A Tabela 13 traz o resultado dos valores proporcionais médios referentes aos gastos com itens de despesas domiciliares. Tais valores foram calculados após a estimação do SUR, em que foram consideradas, em cada equação, as proporções de despesas em função dos diferentes arranjos e das demais variáveis de controle. Assim, ainda que as diferenças apresentadas sejam sutis, essas revelam a forma distinta pela qual os arranjos definem seus itens de consumo.

Tabela 13 – Distribuição dos domicílios monoparentais femininos e biparentais quanto à despesa mensal domiciliar segundo tipo de despesa - Brasil, 2008-2009

	Monoparental sem extensão		Monoparental com extensão		Biparental sem extensão		Biparental com extensão	
	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto
Alimentação	25,31	21,46	23,70	24,37	23,81	21,43	22,80	23,94
Habitação	26,34	25,19	26,60	23,48	22,39	20,73	22,65	21,24
Transporte	8,18	11,00	8,43	12,67	12,96	14,38	12,22	14,27
Vestuário	8,09	6,30	8,12	7,12	6,91	5,92	7,32	6,61
Saúde	5,36	9,24	6,51	9,29	5,37	8,18	8,01	9,31
Lazer	2,31	2,31	2,57	1,96	2,16	2,22	2,24	2,16
Educação	4,08	2,76	4,19	2,89	3,51	3,38	3,50	3,17
Higiene	3,96	3,16	3,69	3,51	3,03	2,83	3,17	3,16
Fumo	0,45	0,68	0,67	0,76	0,45	0,56	0,62	0,64
Serviços pessoais	1,52	1,53	1,51	1,49	1,14	1,30	1,29	1,32
Despesas diversas	2,41	2,62	2,48	3,13	2,76	3,28	2,68	3,66
Despesas correntes	2,41	4,60	3,96	3,98	4,01	5,34	3,85	4,71
Aumento ativo	6,84	6,65	5,39	3,24	8,72	7,96	6,20	3,60
Diminuição passivo	2,75	2,50	2,17	2,10	2,76	2,49	3,43	2,22
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

Observa-se que as despesas mais imediatas, como aquelas realizadas com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente as necessidades e desejos pessoais dos membros da família, correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas dos arranjos investigados. Tais despesas correspondem à alimentação, habitação, transporte, vestuário, saúde, lazer, educação e higiene. Esse resultado corroborou com os apresentados pelo IBGE (2010), cuja estimativa da participação dessas despesas na despesa total foi de 81,3% para as famílias brasileiras. Nota-se que os gastos com alimentação, habitação e transporte constituem-se as maiores despesas perpassando por aproximadamente 58% da média mensal total de gastos dos arranjos aqui tratados. Porém, as participações nesses gastos segundo os grupamentos de arranjos diferiram significativamente. De forma geral, na alimentação e habitação, a proporção nos gastos dos monoparentais superou a dos biparentais; no transporte, essa relação se inverteu, com a participação dos biparentais suplantando a dos monoparentais. Uma das hipóteses explicativa para essas diferenças refere-se à composição de gênero das chefiãs monoparentais e biparentais. Assim, conforme Pinheiro e Fontoura (2007), Mehra et al. (2000) e Chant (2007), as mulheres priorizam seus gastos relacionando-os ao atendimento das necessidades e dos

desejos dos membros da família; enquanto os homens²⁵, às responsabilidades voltadas aos aspectos pessoais e materiais.

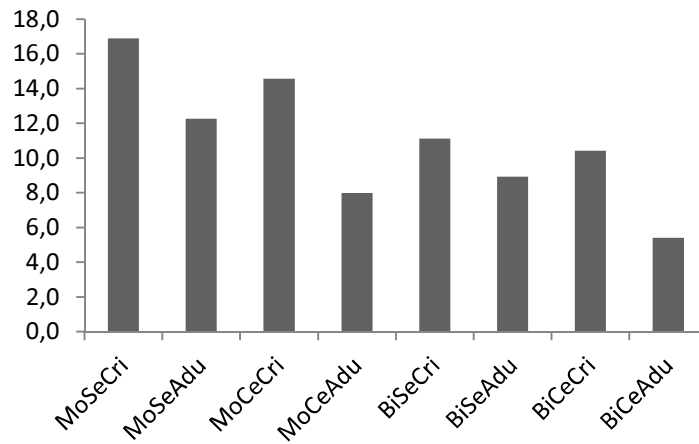
Chama a atenção o peso mais elevado da participação das despesas com habitação nos domicílios com criança comparativamente aos com adultos. Nesse caso, domicílios com menor nível de renda, que correspondem aqueles com a presença de crianças, conforme apresentado no Gráfico 2, gastam mais com habitação. Cabe destacar no diagnóstico dessa situação a elevada participação do aluguel na renda dos arranjos mais vulneráveis, o que, muitas vezes, compromete a capacidade das famílias em atender outras necessidades básicas. No Gráfico 5, ilustra-se essa situação, mostrando a participação do aluguel nas despesas com habitação, dado os diferentes arranjos investigados. Pode-se inferir que a presença de filhos criança indica, em geral, idade jovem dos responsáveis para aquisição de grande porte, como é o caso da compra de um imóvel. Assim, são esses arranjos que mais dependem do aluguel como alternativa de moradia, resultando em ônus mais elevado na média dos gastos com habitação.

Os gastos com vestuário e educação tiveram maior participação nos arranjos com filhos crianças, atendendo o padrão esperado. A criança tende a gastar maior quantidade de roupas por causa do crescimento físico natural e da própria natureza, que a propicia participar de atividades físicas, como esportes e brincadeiras diversas. Isso desgasta mais intensamente as vestimentas, exige maior higienização, demanda a substituição dessas e, conseqüentemente, aumentam os gastos com o vestuário.

Observa-se que a participação das despesas com o vestuário, registrada para os arranjos monoparentais, foi maior quando comparada aos biparentais. Pode-se supor que prevalecem entre os monoparentais traços emocionais que induzem atitudes compensatórias materializadas na compra de roupas, sapatos e acessórios. Assim, a falta do pai/cônjuge, a dedicação demasiada da mãe ao trabalho em detrimento aos filhos e a necessidade de ser aceito perante as regras do grupo podem estimular o desejo de adquirir produtos que conferem adorno e melhoram a autoestima.

²⁵ Apesar de não se ter feito nesta tese o recorte de gênero para os domicílios biparentais, pressupôs-se que o sexo masculino integra a maioria das chefias biparentais.

Gráfico 5 – Participação do aluguel e condomínio (%) no total das despesas em habitação, de acordo com os diferentes arranjos domiciliares - Brasil, 2008-2009



MoSeCri (Monoparental sem extensão e criança); MoCeCri (Monoparental com extensão e criança); MoSeAdu (Monoparental sem extensão e adulto); MoCeAdu (Monoparental com extensão e adulto); BiSeCri (Biparental sem extensão e criança); BiCeCri (Biparental com extensão e criança); BiSeAdu (Biparental sem extensão e adulto); BiCeAdu (Biparental com extensão e adulto).

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

Nota-se, também, que a presença do parente no domicílio aumenta a proporção do gasto em vestuário nos domicílios com criança. A hipótese que pode explicar esse fenômeno pauta-se no sentimento de permuta do parente por ser acolhido pela família, levando-o a expressá-lo por meio das doações de objetos atrelados ao afeto e à gratidão.

No que se refere aos gastos com a educação, verifica-se sua maior participação quando os filhos são crianças. De acordo com Silveira e Bertasso (2004), em famílias com filhos pequenos é alto o gasto com cursos regulares e pré-escolares, que, em sua maioria, são oferecidos pela rede de ensino privada, o que acaba por aumentar o peso das despesas com educação.

O fumo foi o componente de menor gasto tendo maior expressão entre os arranjos com filhos adultos. Os monoparentais tiveram maior participação nesse gasto corroborando com Kalil e Ryan (2010). Para eles, razões subjetivas associadas ao preenchimento de lacunas emocionais são apontadas para o consumo do tabagismo. Nesse caso, a falta do cônjuge/pai, por exemplo, pode induzir à sensação de ansiedade e estresse, oriundos da maior possibilidade de tensões do

trabalho e das responsabilidades domésticas, aumentando a propensão ao uso e, conseqüentemente, ao dispêndio do fumo.

Os domicílios monoparentais apresentaram maior proporção de dispêndio nos componentes higiene e cuidados pessoais. Por serem dirigidos por mulheres, a explicação pode ser centrada na teoria de gênero, que trata da construção social dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher. Assim, artigos como cremes, perfumes e produtos de beleza figuram no imaginário coletivo como pertencentes ao universo feminino. Logo, as meninas desde cedo são estimuladas a utilizarem tais artigos e os meninos, ao contrário, são desencorajados por confrontar com características de virilidade e masculinidade (PINHEIRO; FONTOURA, 2007).

Quanto ao componente saúde, verifica-se gasto maior nos domicílios onde os filhos são adultos e nos onde o parente correside com a família. Famílias em que os membros são adultos podem ter uma despesa mais elevada pelo ônus maior em planos de saúde e remédios. Já aquelas com parente, o encargo maior concentra-se principalmente se o parente é idoso. O envelhecimento aumenta as despesas porque os idosos são usuários mais frequentes de serviços médicos mais complexos e internações mais prolongadas. De acordo com Andrade e Maia (2007), os valores dos planos de saúde para a faixa etária a partir de 59 anos são aproximadamente seis vezes maiores do que para os dos jovens, o que aumenta o dispêndio das famílias.

Os domicílios biparentais gastam proporcionalmente mais com aumento de ativos²⁶, quando comparados aos monoparentais. Esse resultado era esperado já que tais domicílios são, na maioria das vezes, chefiados por homens que auferem maiores salários e valorizam mais esse tipo de gasto. Além disso, os chefes se sentem estimulados à aquisição desses bens por aumentar o patrimônio familiar e por conferir *status* e prestígio mediante a sociedade. Fato curioso foi que as proporções são maiores quando os filhos são crianças, pois muitas famílias, nesse momento, não dispõem de renda suficiente para aquisição de patrimônio. Contudo, são exatamente nessa fase que afloram as necessidades de bens como casa própria, terrenos, veículo etc.; e que muitas famílias estão dispostas a adquiri-los mesmo

²⁶ Pode ser traduzido como o aumento do patrimônio familiar. Correspondem às despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como títulos de capitalização, aquisição de terreno e outras aquisições similares.

mediante endividamento, financiamentos ou empréstimos. Analogamente, os domicílios que investem na ampliação do patrimônio familiar possuem maiores gastos com a diminuição do passivo em que estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos, juros com empréstimos pessoais, dívidas judiciais, carnês de mercadorias e prestação de financiamento de imóvel.

4.6 DISPÊNDIOS EM ITENS POTENCIALIZADORES DE CAPITAL HUMANO

Examinou-se, nesta parte do trabalho, a alocação de gastos que os diferentes arranjos direcionam aos filhos crianças, nos itens que potencialmente maximizam o capital humano desses. Considerou-se que os investimentos em saúde, educação e lazer tem consequências no bem-estar da criança no presente, além de implicações futuras. Na Tabela 14, apresentam-se os valores proporcionais médios estimados com base nas equações do SUR, que considerou as proporções de despesas em função dos diferentes arranjos e das demais variáveis de controle.

Tabela 14 – Distribuição dos domicílios monoparentais femininos e biparentais quanto à despesa mensal domiciliar direcionado aos filhos segundo tipo de gastos potencializadores de capital humano - Brasil, 2008-2009

	Monoparental		Biparental	
	Sem extensão	Com extensão	Sem extensão	Com extensão
	Com criança		Com criança	
Saúde	18,85	19,02	15,29	17,37
Lazer	7,99	9,23	9,28	8,59
Educação	8,73	10,95	6,37	6,17
Outros	64,43	60,80	69,06	67,86
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados IBGE-POF, 2008-2009.

Observa-se que dentre os três grupos de gastos avaliados plausíveis de incorporar investimentos às crianças, a maior participação se deu no componente saúde para todos os arranjos avaliados. Assim, apesar da ampla cobertura fornecida pelo SUS, principalmente entre os segmentos mais pobres da população, as famílias

despendem quantidades significativas do orçamento para garantia da saúde dos filhos. Podem-se levantar algumas hipóteses explicativas desse fenômeno: quando se trata de assegurar a saúde dos filhos, muitas famílias preferem pagar para ter atendimento mais rápido; estão dispostas a comprar serviços e tratamento médico diferenciado que traduzem conforto e segurança aos filhos, como os de hotelaria hospitalar, não cobertos pelo SUS; e confiam que em alguns casos o atendimento privado supera em qualidade o público.

Percebe-se que o fato de ter extensão familiar aumenta a proporção de gastos em saúde, tanto nos monoparentais quanto nos biparentais. Acredita-se, nesse caso, que o parente, principalmente quando se trata de avós, tende a ter preocupações excessivas, influenciando as famílias a despenderem maiores cuidados à saúde das crianças. Assim, podem induzir as famílias a gastarem um montante maior para assegurar o restabelecimento da criança em qualquer vestígio de doença.

O segundo componente de maior participação nos gastos variou quando se tratava de monoparentais e quando se tratava de biparentais. Na educação,²⁷ a proporção nos gastos dos monoparentais superou a dos biparentais; no lazer, essa relação se inverteu, com a participação dos biparentais suplantando a dos monoparentais. Pelos resultados apresentados nesta tese, viu-se que as chefias monoparentais com filhos crianças encontram-se, muitas vezes, em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para Costa et al. (2005), há entre essas maior desigualdade na participação no mercado de trabalho, que se refletem em menores taxas de atividade. Além disso, enfrentam segregação ocupacional atuando em postos mais precários, menos formalizados e recebem menores salários. Nessa conformação, depreende-se que as chefias monoparentais buscam mecanismos capazes de assegurar aos filhos melhores garantias ao exercício de suas profissões e maior *status* econômico no futuro. Por isso, priorizam a educação dos filhos como alternativa de garantir neles uma realidade diferente daquela vivenciada por elas, conforme identificado por Chant (2007).

²⁷ Mesmo sendo os arranjos monoparentais com filhos crianças mais propensos a estudarem em escolas públicas pela carência de recursos a que estão expostos, tais crianças são forçadas a gastos significantes, não só com itens diretamente ligados à escola – como material escolar, livros e outros – mas também com educação adicional – curso de línguas, por exemplo – que são contabilizados na rubrica de gastos em educação.

Cabe, ainda, ressaltar que a presença do parente no domicílio aumenta o dispêndio nos filhos em educação, o que corrobora a contribuição financeira que o parente presta ao corresidir com a família.

Já a prioridade dos domicílios biparentais em detrimento aos dos monoparentais quanto ao dispêndio com o lazer, conforme a Tabela 14 pode ser interpretada pela presença do cônjuge/pai em casa e sua participação no cuidado das crianças. Cia et al. (2006) apontaram para uma divisão estruturada de atividades, com o homem se ocupando da parte social e engajando das atividades físicas e de lazer e as mães dispensando cuidados diários em casa, estabelecendo horários para deitar-se, cuidando das refeições, controlando a higiene e proporcionando conforto, afeto e proteção à criança.

Observa-se que a presença de parentes nos domicílios monoparentais faz com que a proporção de gasto com o lazer seja maior do que nos biparentais. Como hipótese, pode-se destacar a necessidade de compensação que faz com que a família busque mecanismos favoráveis de proteção à criança, diante de fatores adversos a que essa está exposta, como a falta do pai e o encargo de conciliação entre trabalho e família da mãe.

Por fim, considerando que os gastos em saúde, educação e lazer tipificam o maior investimento em capital humano, nota-se que o arranjo domiciliar monoparental com extensão destina maior proporção de gastos quando comparado ao biparental. Isso sugere um empenho por parte da família em sobrepujar os níveis de renda e consumo e contribuir para que os filhos construam seu capital humano, maximizando, assim, seus níveis de bem-estar econômico e social. Sugere, também, que a extensão familiar nos domicílios monoparentais é fundamental para contribuir no investimento nos filhos. Porém, nos domicílios biparentais isso não ocorre com tanta clareza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre famílias no Brasil vem privilegiando as transformações socioeconômicas e as tendências verificadas pelas intensas e rápidas mudanças demográficas. Várias reflexões, fundamentadas na situação econômica dessas, subsidiam intervenções comprometidas com as camadas mais vulneráveis da sociedade. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres despontam nesse cenário pela magnitude com que vem se instalando na dinâmica familiar e pela condição muitas vezes desfavorável em garantir a sua própria sobrevivência e a da sua família.

No entanto, nos estudos verificados, a análise tem se restringido à vulnerabilidade dos arranjos, tendo como unidade básica de investigação a renda domiciliar. De acordo com Pires (2012), há críticas à utilização da renda, pois acredita-se que o bem-estar e as condições de vida são resultantes da interação de diversas dimensões da vida do indivíduo e não só da renda em si. Deaton et al. (2007) alertaram para o viés nas pesquisas ao se utilizar a variável renda, em razão das informações inexatas reportadas pelos inquiridos, das flutuações sofridas ao longo do ano e das dificuldades em sua estimação quando se trata do setor informal, sazonal e dos ocupados por conta própria. Entretanto, a perspectiva exclusiva da renda não é a única que leva à sobrestimação da fragilidade das famílias. A inobservância do compartilhamento da moradia como estratégia dessas diante da exiguidade da renda, também conduz a mensuração truncada do bem-estar das famílias.

Assim, buscando contribuir para a construção de uma base de conhecimento para o avanço da pesquisa em demografia da família no país, este trabalho explorou a situação econômica dos domicílios monoparentais comparativamente aos biparentais, considerando-se a possibilidade de ambos se arranjam com e sem extensão familiar. Privilegiou-se uma visão multidimensional, enfatizando a perspectiva da renda, da posse de bens e do consumo dos diferentes arranjos. De posse das informações de consumo, este trabalho abordou, ainda, o investimento proporcionado pelos pais aos filhos, nos componentes capazes de potencializar o capital humano dos mesmos.

Em primeiro lugar, o exame da distribuição relativa de arranjos monoparentais e biparentais na população brasileira confirmou as tendências já relativamente conhecidas de redução da proporção de domicílios mais tradicionais, como os biparentais, cedendo espaço para formas alternativas como os monoparentais. Quanto à distribuição de domicílios monoparentais e biparentais estendidos, os resultados sugerem um cenário mais complexo agregando informações que a literatura ainda não abordou. Ou seja, a extensão familiar é um fenômeno que vem aumentando apenas nos arranjos monoparentais, revelando-se como estratégia das chefias para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, diante da ausência do marido/pai. Já nos domicílios biparentais, a extensão vem se tornando dispensável possivelmente pela combinação de rendimento e suporte proveniente do casal, o qual assegura o provimento necessário à família.

Domicílios monoparentais e biparentais são essencialmente urbanos, constituindo-se, na maioria das vezes, de número de filhos corresidentes abaixo do que corresponde à fecundidade no nível de reposição; resultado da queda da fecundidade que se observa ao longo dos anos. Localizam-se, basicamente, nas Regiões Sudeste e Nordeste, o que reflete a própria distribuição da população pelo país. Aproximadamente 60% das pessoas que vivem nesses domicílios declaram ser brancas. A idade média da pessoa de referência dos monoparentais é mais elevada quando comparada a de referência dos biparentais, confirmando achados de Goldani e Lazo (2004). Isso indica dificuldade de a mulher mais jovem dirigir seu próprio domicílio na ausência do cônjuge. Quando se deparam com essa situação, muitas permanecem na casa dos pais ou engajam-se numa nova relação conjugal como atesta Barroso (1978), Pinelli (2004) e Chant (2007). Os resultados indicam que essa dificuldade em chefiar uma família faz permanecer, em maior proporção, a extensão familiar nos domicílios monoparentais como recurso para suprir a falta da contribuição prestada pelo cônjuge/pai no domicílio.

A pessoa de referência dos arranjos monoparentais é menos ocupada e mais inativa, quando comparada à pessoa de referência dos arranjos biparentais. Isso reflete a condição de gênero²⁸ e a idade das chefias. Assim, infere-se que a maioria

²⁸ Conforme já estabelecido na metodologia, nesta tese fez-se o recorte apenas para a pessoa de referência dos arranjos monoparentais determinando o sexo feminino. Para os arranjos biparentais não foi feito nenhum recorte, mas pressupõe-se que a maioria seja do sexo masculino.

das chefias monoparentais é constituída por mulheres separadas ou viúvas que vivenciam um estágio mais avançado do ciclo de vida, quando já se retiraram do mercado de trabalho e, por isso, contam principalmente com recursos de aposentadorias e, ou, pensões para sobreviver.

Os resultados sugerem que a situação econômica dos arranjos investigados do ponto de vista da renda e do dispêndio domiciliar *per capita* é influenciada prioritariamente pelo fato de ter crianças no domicílio. Esse resultado dialoga com a literatura que atesta que a presença de filhos crianças é uma característica determinante nas famílias pobres, já que aumenta a razão de dependência e os custos da economia doméstica (SABOIA; SOARES, 2004; SIGLE-RUSHTON; MCLANAHAN, 2002). O mesmo aconteceu com o indicador de posse de bens; ou seja, a maior fragilidade mensurada pela apropriação de bens e recursos intensificase com a presença de crianças no domicílio. Conclui-se que o fator principal de fragilidade econômica é a idade dos filhos e não a falta de cônjuge no domicílio. Assim, considerando que posse de bens, renda e despesa *per capita*, revela-se uma medida de bem-estar por caracterizar a apropriação dos indivíduos, domicílios em que os filhos são adultos encontram-se em melhor situação econômica, quando comparados com aqueles que têm crianças.

Chama a atenção o aporte deste trabalho à literatura vigente, no que se refere ao perfil e a contribuição econômica do parente corresidente nos domicílios monoparentais e biparentais. Pela indicação dos resultados, a extensão familiar tem características diferentes que variam em razão da idade dos filhos dos arranjos analisados. Nos domicílios mono(bi)parentais com filhos crianças, o parente corresidente contribui para aumentar a renda, a posse de bens e o consumo. Trata-se de pessoas com idade média avançada que possivelmente, sejam os avós que corresidem com as famílias para prestar cuidado às crianças pequenas, diante da necessidade de trabalho dos pais e da precariedade dos sistemas públicos de proteção aos menores. Ganhos oriundos do trabalho, aposentadoria ou pensões desses parentes incrementam a renda e a posse de bens no domicílio. Contudo, o consumo da família é ampliado pela presença de mais um membro e pelas demandas inerentes deste parente. Já nos domicílios mono(bi)parentais com filhos adultos, o parente corresidente diminui a renda, aumenta a posse de bens e diminui o consumo. Apresentam idade média mais jovem, quando comparados com o

parente que reside em domicílios mono(bi)parentais com filhos crianças. Pressupõe-se ser indivíduos que necessitam de moradia para estudar ou trabalhar, além da proximidade física da família para receber companhia e suporte econômico. Esse parente possibilita intercâmbio de ajuda, pois se por um lado enfraquece a renda da família, por outro contribui com pertences, ofertando bens e serviços à família. Ademais, é capaz de diminuir o consumo possivelmente pela prestação de ajuda na redução dos gastos domésticos, por meio da economia de recursos.

Pelos resultados encontrados, pode-se concluir que a fragilidade econômica deve ser relativizada em razão do parâmetro que se utiliza para avaliá-la e da estrutura domiciliar a qual se refere. O fato de ter crianças no domicílio é o único indicador que fragiliza economicamente todos os arranjos mediante as condições aqui impostas. Tendo crianças no domicílio, a monoparentalidade fragiliza-o nos parâmetros renda e consumo; tendo adultos no domicílio, a monoparentalidade fragiliza-o em termos de renda e posse de bens.

Ao decompor as despesas nos diversos itens, conclui-se que as despesas com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente as necessidades e desejos pessoais dos membros da família, correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas para todos os tipos de domicílios aqui tratados; e entre essas, a alimentação, a habitação e o transporte tiveram maior participação nos gastos. Estes achados corroboraram com estudos já realizados, referendando o que rege a literatura. Trabalhos como o de Carvalho (2010), Diniz et al. (2007), Pinheiro e Fontoura (2007) e IBGE (2010) já estimaram essas proporções e chegaram a resultados semelhantes. No entanto, diante da desagregação dos arranjos que este trabalho se propôs resultados não surpreendentes, mas novos nos estudos sobre padrões de consumo dos arranjos familiares puderam ser verificados. Assim, os domicílios mono(bi)parentais, onde os filhos são crianças, ao serem comparados com aqueles onde os filhos são adultos, registraram-se participações mais elevadas quanto ao gasto com habitação, vestuário, educação e lazer. Em contrapartida, nos domicílios onde os filhos são adultos, as maiores rubricas de consumo foram as de saúde, transporte e fumo.

Algumas diferenças verificadas na participação de alguns tipos de gastos se devem à influência do gênero da pessoa de referência. Assim, o fato de ter chefe

exclusivamente feminino e predominantemente masculino tem implicações em como as famílias administram seus orçamentos, o que também referendou estudos já realizados, como o de Pinheiro e Fontoura (2007).

Os dados analisados quanto aos grupos de gastos capazes de potencializar o capital humano das crianças apontaram para um investimento maior no componente saúde para todos os arranjos investigados. Quanto aos demais grupos, houve participações diferentes entre domicílios monoparentais e biparentais. Os primeiros destinam maiores recursos à educação; e os segundos, ao lazer. Considerando que os gastos em saúde, educação e lazer tipificam o maior investimento em capital humano, conclui-se que o domicílio monoparental com extensão e criança destina maior participação nesses investimentos. Conclui-se que há maior empenho por parte desse arranjo em sobrepujar os níveis de renda e consumo e contribuir para que os filhos construam seu capital humano maximizando, assim, seu bem-estar econômico e social. Além disso, a coresidência com o parente representa fator propulsor de contribuições, capaz de suprir auxílios financeiros diante da falta do cônjuge/pai no domicílio.

Para além dos resultados, esse trabalho reforça a necessidade de políticas direcionadas às famílias com filhos crianças em estado de vulnerabilidade econômica. Reconhece-se que o País já se mostrou ágil em atingir esse grupo, investindo em políticas de inclusão social e renda atingindo grande contingente populacional. Mas, isso não é tudo. É necessário atentar para os desafios que as famílias com filhos menores enfrentam e efetivar políticas no Brasil, como creches e escolas em tempo integral, flexibilidade no mercado de trabalho, disponibilidade de trabalhos em meio-períodos etc., principalmente para aquelas famílias que não dispõem do cônjuge/pai no domicílio. Vale, ainda, ressaltar a forma como as despesas são realizadas em razão das especificidades dos arranjos, para que os governos possam elaborar com maior eficácia políticas públicas de serviços, como educação, saúde, recreação, que melhorem a qualidade de vida das famílias.

Várias limitações podem ser destacadas com este trabalho. Dentre elas, o fato de utilizar a despesa *per capita* como forma de apropriação dos domicílios, considerando-a como *proxy* de bem-estar. Essa mensuração falha por investigar somente o total das despesas, sem avaliar se o que foi consumido relaciona-se ao

bem-estar na percepção dos indivíduos que compõem os arranjos investigados. Outra limitação foi o uso de uma única POF correspondente ao biênio 2008-2009, que não permitiu verificar as mudanças na situação econômica dos arranjos que se processaram durante um período mais prolongado. Ressalta-se, ainda, o fato de utilizar os gastos com os filhos crianças como medida do investimento em capital humano sem considerar uma análise longitudinal que não acompanha a evolução dos gastos com o filho até que ele passe a gerar retornos no mercado de trabalho. Além disso, as informações consideram os gastos coletivos dos filhos, sob o pressuposto de que esses são igualmente distribuídos entre os filhos corresidentes. Por último, a desvantagem em determinar o gasto como uma medida de investimento, já que as crianças podem utilizar o sistema público de educação, saúde e lazer e conseguir retornos futuros qualificados. Tais desvantagens advêm, principalmente, da exiguidade de tempo e do desenho das bases de dados domiciliares. Contudo, acredita-se que sistematizar a situação econômica dos arranjos monoparentais e biparentais numa perspectiva multidimensional; traçar a contribuição econômica do parente corresidente ao domicílio; bem como o dispêndio dos arranjos quanto aos grupos de gastos potencializadores de capital humano nos filhos crianças, possa valer-se para ampliar o campo de investigações sobre o orçamento das famílias.

Por isso, os resultados encontrados nesta tese apontam para uma extensa agenda de pesquisa que vai muito além do escopo deste trabalho, que utilizem não somente análises estatísticas, mas a combinação de metodologias para entender as relações mais complexas do orçamento das famílias. Assim, a partir deste trabalho, espera-se que vários outros sejam realizados como forma de validar os resultados aqui apresentados, seja para aperfeiçoá-los, consolidá-los ou mesmo rejeitá-los.

REFERÊNCIAS

- ALDERMAN, H.; CHIAPPORI, P.A.; HADDAD, L.; HODDINOTT, J.; KANBUR, R. Unitary versus collective models of the household: is it time to shift the burden of proof? *The World Bank Research Observer*, v. 10, n. 1, p. 1-19, 1995.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. *População e desenvolvimento: a terceira transição demográfica*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/ttd_aparte_16fev08.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2014.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. *Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. Aparte Inclusão Social em Debate*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- ANDRADE, M. V.; MAIA, A. C. Demanda por plano de saúde no Brasil. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). *Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.
- AZZONI, C. (Coord.); SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. I.; IBARRA, A.; DINIZ, B.; MOREIRA, G. *Perfis dos rendimentos e dos orçamentos familiares brasileiros: o que diferencia o rural?* São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 2005.
- BAEK, E.; HONG, Gong-Soog. Effects of family life-cycle stages on consumer debts. *Journal of Family and Economic Issues*, v. 25, n. 3, p. 359-385, 2004.
- BAKER, L. A.; MUTCHLER, J. E. Poverty and material hardship in grandparent-headed households. *Journal of Marriage and Family*, v. 72, p. 947-962, 2010.
- BARROS, L. F. W.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu. *Trabalhos apresentados...* Caxambu, 2008.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. In: WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. *Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil: uma análise da queda recente*. 2006. Disponível em: <www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_14_EstruturaDomiciliar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.
- BARROSO, C. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1978, Caxambu. *CD-ROM...* Caxambu/MG: ABEP, 1978.
- BECKER, G. S. *A treatise on the family*. Cambridge: Harvard University, 1981.
- BECKER, G. S. Capital humano. *Revista para la Integración y Desarrollo de los Recursos Humanos*, v. 15, n. 153, p. 26-29, 2002.

BENGTSON, V. L. Beyond the nuclear family: the increasing importance of multigenerational bonds. *Journal of Marriage and Family*, v. 63, n. 1, p. 1-16, 2001.

BERGER, L. M.; MCLANAHAN, S. S. *Child wellbeing in two-parent families: how do resources, relationships, and Parenting Matter?* Princeton: University of Wisconsin, 2012. (Fragile Families Working Paper, 11-13-FF).

BERTASSO, B. F. Consumo alimentar dos brasileiros metropolitanos. In: _____. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 213-226, 2006.

BIANCHI, S. M. Maternal employment and time with children: dramatic change or surprising continuity? *Demography*, v. 37, p. 401-14, 2000.

BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: _____. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1991.

BILAC, E. D. *Gênero, arranjos domésticos e (in)satisfação de necessidades básicas*. Campinas, SP: NEPO/Unicamp, 2002.

BOCK, J. D. Doing the right thing? Single mothers by choice and the struggle for legitimacy. *Gender & Society*, v. 14, n. 1, p. 62-86, 2000.

BONGAARTS, J. Household size and composition in the developing world in the 1990s. *Population Studies*, v. 55, n. 3, p. 263-279, 2001.

BROWN, S. L. Marriage and child well-being: Research and policy perspectives. *Journal of Marriage and Family*, v. 72, p. 1059-1077, 2010.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho feminino no Brasil. Novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. In: ROCHA, M.I.B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP/NEPO/Unicamp/Cedeplar-UFMG/Editora 34, 2000.

BUDIG, M.; HODGES, M. Differences in disadvantage: variation in them other hood penalty across White women´s earnings distribution. *American Sociology Review*, n. 75, p. 705-728, 2010.

BURCH, T. K. Household and family demography: a bibliographic essay. *Population Index*, v. 45, n. 2, p. 173-195, 1979.

BURTLESS, G. Effects of growing wage disparities and changing family composition on the U.S. income distribution. *European Economic Review*, Washington, v. 43, p. 853-865, 1999.

BUTTO, A. Gênero, família e trabalho. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. *Famílias com idosos: ninhos vazios?* Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 950).

CAMARANO, A. A. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 858).

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics: methods and applications*. New York: Cambridge University Press, 2005.

CANCIAN, M.; REED, D. Family structure, childbearing, and parental employment: Implications for the level and trend in poverty. *Focus*, v. 26, n. 2, p. 21-26, 2009.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, v. 4, n. 4, p. 1-17, 2005.

CARVALHO, L. M. S. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 7-33, 1998.

CARVALHO, A. A. *Padrão de consumo dos arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil: uma análise por gênero e estratos econômicos*. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado) – ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2010.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. *Entender la pobreza desde la perspectiva de género Unidad Mujer y Desarrollo*. República de Italia, Impresoen Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2004.

CHANT, S. *Female household headship and the feminization of poverty: facts, fictions and forward strategies*. London: Gender Institute, 2003. (New Working Paper Series. 9).

CHANT, S. *Poverty begins at home? Questioning some (mis)conceptions about children, poverty and privation in female-headed households*. Revised paper for UNICEF Report on State of the World's Children 2007. Disponível em: <www.unicef.org/socialpolicy/index_45205>. Acesso em: 17 mar. 2014.

CHERLIN, A. J.; FURSTENBERG, F. F. Stepfamilies in the United States: a reconsideration. *American Review of Sociology*, v. 20, p. 359-381, 1994.

CIA, F.; PEREIRA, C. S.; PRETTE, Z. A. P. D.; PRETTE, A. D. Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filho. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 73-81, 2006.

CIOFFI, S. *Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

COBO, B.; SABOIA, A. L. A “geração canguru” no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambu. *Trabalhos apresentados...* Caxambu: ABEP, 2010.

COSTA, R. S. M. *Arranjos domiciliares e a utilização de serviços de saúde dos idosos brasileiros*. Belo Horizonte, 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M. *A face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2005. 47 p. (Textos para Discussão, 1137).

CODES, A. L. M. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para Discussão, 1332).

CORDEIRO, M. C. Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 30, p. 71-99, 2008.

DINIZ, B. P. C.; SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. F.; MAGALHÃES, L. C. G.; SERVO, L.M.S. As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). *Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007.

DEATON, A. *Guidelines for constructing consumption aggregates for welfare analysis the World Bank*. Washington, D.C.: World Bank, 2002. (Working Paper, 135).

DE VOS, S.; PALLONI, A. Demography. *Population Index*, v. 55, n. 2, p. 174-198, 1989.

DIAS, M. B. *Manual de direitos das famílias*. 4. ed., São Paulo: RT, 2007.

DOMINIK, E. C.; SILVA, N. M.; LORETO, M. D. S.; NORONHA, J. F. Padrão de consumo familiar em diferentes estágios de ciclo de vida e níveis de renda no município de Bambuí-MG. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 201-225, 2012.

DOSS, C. Intrahousehold bargain and resource allocation in developing countries. *The World Bank Research Observer*, v. 28, n.1, p. 52-78, 2013.

DOSS, C. R. *Women's bargaining power in household economic decisions: evidence from Ghana*. St. Paul: University of Minnesota, Department of Applied Economics, College of Agricultural, Food, and Environmental Sciences, 1996. 38 p. (Staff Paper Series, P96-11).

EASTERLIN, R. A. The conflict between aspirations and resources. *Population and Development Review*, v. 2, n. 3, p. 417-25, 1976.

FARRELL, B.; VANDEVUSSE, A.; OCOBOCK, A. Family change and the state of family sociology. *Current Sociology*, v. 60, n. 3, p. 283-301, 2012.

FAVARO, C. S. *Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

FEIJO, C. A.; VALENTE, E. Estatísticas domiciliares e políticas públicas: uma discussão sobre os conceitos de família e domicílio. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 547-572, 2003.

GARCÍA, B.; ROJAS, O. Recent transformations in Latin American families: a sociodemographic perspective. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE OF IUSSP, 24, 2001. *Papers presented...* 2001.

GIGLIO, E. M. *O comportamento do consumidor*. 3.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOLDANI, A. M.; LAZO, A. V. *Brasil: desafios de políticas para as famílias*. Santiago: CEPAL, 2004.

GUERRA, M. F. L. *Composição demográfica da família e trabalho doméstico: reduções e permanências das desigualdades entre os sexos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 2013. (Mimeogr.). (Relatório de seminário da disciplina Demografia da Família).

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006. 811 p.

HENRIQUES, R. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO, 2002. 100 p.

HENRIQUES, C.; JABLONSKI, B.; FERES-CARNEIRO, T. A “Geração Canguru”: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *Revista PSICO*, v. 35, n. 2, p. 195-205, 2004.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R.; BARROS, A. R. (Orgs.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro, 2010.

KALIL, A.; RYAN R. M. Mother's economic conditions and sources of support in fragile families. *Future Child*, v. 20, n. 2, p. 39-61, 2010.

KENDIG, S. M.; BIANCHI, S. M. Single, cohabitating, and married mothers' time with children. *Journal of Marriage and Family*, v. 70, n. 5, p. 1228-1240, 2008.

KENNEDY, S.; RUGGLES, S. *Single parenthood and intergenerational coresidence in developing countries*. In: EUROPEAN POPULATION CONFERENCE, 2012, Stockholm, Sweden. Disponível em: <<http://epc2012.princeton.edu/abstracts/121193>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

KLEIST, D. Single-parent families: a difference that makes a difference? *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, v. 7, n. 4, p. 373-378, 1999.

KUZNETS, S. Size and age structure of family households: exploratory comparisons. *Population and Development Review*, v. 4, n. 2, p. 187-223, 1978.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LAVINAS, L.; ALVES, J. E. D.; NICOLL, M. Pobreza, trabalho e desigualdades de gênero: Conexões diversas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2006. 18 p.

LEAL, S. M. R. A.; SILVA, N. M.; LORETO, M. D. S.; TEIXEIRA, K. M. D. A importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar social, Teixeira, MG. *Oikos*, Viçosa, v. 18, n. 1, p. 156-177, 2007.

LE BRAS, H. *Child and family: demographic developments in the OECD countries*. Paris: OECD, 1979.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.

LEWIS, D. Going it alone: female-headed households, rights and resources in rural Bangladesh. *European Journal of Development Research*, London, v. 5, n. 2, p. 23-42, 1993.

LI, L.; WU, X. Gender of children. Bargaining power and intrahouse hold resource allocation in China. *Journal of Human Resources*, v. 46, n. 2, p. 295-316, 2011.

LICHTER, D. T.; CROWLEY, M. L. Welfare reform and child poverty: effects of maternal employment, marriage, and cohabitation. *Social Science Research*, v. 33, p. 385-408, 2004.

MARTIN, M. A. Family structure and income inequality in families with children. *Demography*, v. 43, n. 3, p. 421-445, 2006.

MARTIN C. Diversité des trajectoires post-désunion. Entre le risque de solitude, la défense de son autonomie et la recomposition familiale. *Population*, n. 6, p. 1557-1584, 1994.

McKEEVER, M.; WOLFINGER, N. H. Thanks for nothing: income and labor force participation for never-married mothers since 1982. *Social Science Research*, v. 40, p. 63-76, 2011.

McLANAHAN, S. Diverging destinies: How children are faring under the second demographic transition. *Demography*, v. 41, n. 4, p. 607-627, 2004.

McLANAHAN, S.; PERCHESKI, C. Family structure and the reproduction of inequalities. *Annual Review of Sociology*, v. 34, p. 257-276, 2008.

MCLANAHAN, S.; SANDEFUR, L. R. *How do marriage, cohabitation, and single parenthood affect the material hardships of families with children?* Washington, DC: Urban Institute, 1994. Disponível em: <www.urban.org>. Acesso em: 13 maio 2013.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil: 1978 a 1998. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 17, n. 1/2, p. 67-85, 2000.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 a 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 886).

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 788).

MEDEIROS, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R. P.; SOARES, S. Notas técnicas sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.

MEHRA, R.; ESIM, S.; SIMMS, M. *Fulfilling the beijing commitment: reducing poverty, enhancing women's economic options*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women, 2000.

MEIL, G. The consequences of the development of a beanpole kin structure on exchanges between generations: The Case of Spain. *Journal of Family Issues*, v. 27, n.8, p. 1085-1099, 2006.

MESQUITA, A. A.; FREITAS, R. C. S. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. *O Social em Questão*, v. 17, n. 30, p. 197-224, 2013.

MINKLER, M. Intergenerational households headed by grandparents: contexts, realities, and implications for policy. *Journal of Aging Studies*, v. 13, n. 2, p. 199-218, 1999.

MOMSEN, J. *Women and development in the third world*. London: Routledge, 1991.
NETO, R. M. S.; MENEZES, T. A. Nível e evolução da desigualdade dos gastos familiares no Brasil: uma análise para as regiões metropolitanas no período 1996 a 2003. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 341-372, 2010.

NOVELLINO, M. S. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1992.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social*. Brasília, 2009. 150 p.

PARKE, M. Are married parents really better for children? What research says about the effects of family structure on child well-being. *Center for Law and Social Policy*, 2003. Disponível em: <www.clasp.org>. Acesso em: 24 maio 2013.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, v. 11, n. 1/2, p. 28-36, 1978.

PINELLI, A. (Org.). *Gênero nos estudos de população*. Trad. por Renato Aguiar; Cristina Cavalcanti. Campinas, SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, S. O. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Orgs.). *Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

PINHEIRO, L.; FONTOURA, N. PRATA, A. C.; SOARES, V. *Retrato das desigualdades, gênero e raça*. 2.ed. Brasília: IPEA, 2006.

PINTO, R. M. F.; MICHELETTI, F. A. B. O.; BERNARDES, L. M.; PACHECO, J. M.; FERNANDES, A. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social*, São Paulo, n. 105, p. 167-179, 2011.

PIRES, D. C. A. *As condições de vida dos arranjos domiciliares brasileiros, medidas pela renda e por indicadores multidimensionais, em 2009*. 66 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Belo Horizonte, MG, 2012.

POLLAK, R. A. *Empowering women, bargaining in families, and marriage markets*. In: WORKSHOP ON MEASURING EMPOWERMENT CROSS-DISCIPLINARY PERSPECTIVES, 2003, Washington, D.C. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/pollak_emp_206.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

QUISUMBING, S. A.; MALUCCIO, J. A. *Intrahousehold allocation and gender relations: new empirical evidence*. Washington, D.C.: The World Bank, 1999.

RIBEIRO, R.; SABOIA, A. L. *Família nas pesquisas domiciliares: questões e propostas alternativas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Textos para Discussão - Sociologia).

RIVAS, A. M.; JOCILES, M. I. Las madres solteras por elección ¿Ciudadanas de primera y madres de segunda? *Revista Internacional de Sociología* (RIS), v. 69, n. 1, p. 121-142, 2011.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 244 p.

ROSETO-BIXBY, L.; CASTRO-MARTIN, T.; MARTIN-GARCIA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? *Demographic Research*, v. 20, n. 9, p. 169-194, 2009.

SABOIA, A. L.; COBO, B. As famílias conviventes no censo demográfico 2000. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Campinas: ABEP, 2005. 12 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Saboiacobopdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SABOIA, A. L.; SOARES, C. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”. *Niterói*, v. 4, n. 2, p. 53-71, 2004.

SEN, A. K. *Hunger and entitlements: research for action*. World Institute for Development Economics, Finland: Research United Nations University, 1988.

SEN, A. K. Poverty: an ordinal approach to measurement. In: SUBRAMANIAN, S. (Org.). *Measurement of inequality and poverty*. Delhi: Oxford University Press, 1997.

SIGLE-RUSHTON, W. ;McLANAHAN, S. *The living arrangements of new unmarried mothers*. Center for Research on Child Wellbeing. Princeton: Princeton University, 2001. (Working Paper, 01-15-FF).

SIGLE-RUSHTON, W.; McLANAHAN, S. The living arrangements of new unmarried mothers. *Demography*, v. 39, n. 3, p. 415-433, 2002.

SIGLE-RUSHTON, W.; McLANAHAN, S. *Father absence and child well-being: a critical review*. Center for Research on Child Wellbeing, 2002. (Working Paper, 02-20).

SCHWARTZMAN, S. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, F.; REIS, J.G.; URANI, A. (Orgs.). *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 481-504.

SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. Tipologia socioeconômica das famílias das grandes regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu, MG, 2004.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

STOCKMAYER, E. G. *The demographic foundations of change in U.S. households in the twentieth century*. 2004. 186 f. Tese (Doutorado em Demografia) – University of California, Berkeley, 2004.

SNYDER, A. R.; MCLAUGHLIN, D. K.; FINDEIS, J. Household composition and poverty among female-headed households with children: differences by race and residence. *Rural Sociology*, v. 71, n. 4, p. 597-624, 2006.

THOMAS, D. Intra-household resource allocation: an inferential approach. *The Journal of Human Resources*, v. 25, n. 4, p. 635-664, 1990.

THOMAS, A.; SAWHILL, I. For richer or for poorer: marriage as an antipoverty strategy. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 21, n. 4, p. 587-599, 2002.

TOWNSEND, P. *The international analysis of poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

UNITED NATIONS. *Improving concepts and methods for statistics and indicators on the situation of women*. New York: Department of International Economic and Social Affairs, 1984. (Studies in Methods, 33).

UNITED NATIONS. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. New York. 2008. (Statistical Papers, 67).

WALDFOGEL, J.; CRAIGIE T. L.; BROOKS-GUNN, J. Fragile families and child wellbeing. *The Future of Children*, v. 20, n. 2, p. 87-112, 2010.

WAJNMAN, S. *Demografia das famílias e dos domicílios no Brasil*. 2012. Tese (Concurso para Professor Titular) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. *Dinâmicas demográficas e políticas públicas: perspectivas dos investimentos sociais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2008. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2008.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

WILLEKENS, F. Family and household demography. In: YI, Z. (Ed.). *Demography (Encycloped.)*. Oxford: UNESCO, 2009.

WALL, K.; LOBO, C. Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, v. 34, n. 150, 1999.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, v. 23, p. 621-644, 2002.

WILKES, R. E. Household life-cycle stages, transitions, and product expenditures. *Journal of Consumer Research*, v. 22, p. 27-42, 1995.

WORLD BANK. World development report 2000/2001. *Attacking poverty*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VAN DE KAA, D. J. Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, v. 42, p. 1, 1987.

VAZ, W. M. C. *Dissoluções e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2008. (Textos Nepo, 56). Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/colecaoTextos.html>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

VITALE, M. A. F. (Org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2002.

XIAO, J. J.; FORD, M. W.; KIM, J. Consumer financial behavior: an interdisciplinary review of selected theories and research. *Family & Consumer Sciences Research Journal*, v. 39, n. 4, p. 399-414, 2011.

ZELLNER, A. An efficient method of estimating seemingly unrelated regressions and tests for aggregation bias. *Journal of the American Statistical Association*, New York, v. 57, n. 298, p. 348-368, 1962.